



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Katharina Jacome Gonçalves

## **RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

FORMAÇÃO EM CONTEXTO PRISIONAL. COM UM PROJETO DE COMUNIDADES  
DE REFLEXÃO

**Relatório Estágio no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação**

Volume 1

Outubro de 2022



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Katharina Jacome  
Gonçalves

## Relatório de Estágio

FORMAÇÃO EM CONTEXTO PRISIONAL. COM UM PROJETO DE COMUNIDADES  
DE REFLEXÃO

Volume 1

**Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação orientado pelo  
Professor Doutor Carlos Francisco de Sousa Reis e apresentado à Faculdade de Psicologia  
e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra**

Outubro de 2022

## **Agradecimentos**

Primeiramente agradecer à minha família por serem o meu suporte, por acreditarem em mim, pelo orgulho que sempre demonstraram e pela confiança que depositaram em mim.

Um agradecimento especial a todos os meus professores, pela generosidade e humanidade que tão bem os caracteriza. Por alargarem os meus horizontes e por fazerem de mim uma pessoa melhor, mais compreensiva e mais informada.

Ao Professor Doutor Carlos Reis, enquanto docente e orientador de estágio por todos os conselhos e dedicação. Por acreditar em mim e por ter sido incansável. Acima de tudo agradeço por todo o cuidado, compreensão e paciência que teve comigo. Um muito obrigado nunca seria suficiente.

Um muito obrigado a todos os técnicos e guardas do Estabelecimento Prisional de Coimbra com quem interagi durante os dez meses de estágio. Pelo acolhimento e simpatia com que me receberam. Às equipas de ambas as instituições (Centro Protocolar para o Setor da Justiça e Estabelecimento Prisional de Coimbra). Especialmente à Dr<sup>a</sup> Elisa Santos, Dr. Carlos Salgado e Dr<sup>a</sup> Emília Machado pela oportunidade que me concederam e por se mostrarem sempre disponíveis em ajudar.

À Dr<sup>a</sup> Olga Vaz, enquanto minha orientadora local agradeço pelo apoio e por todos os conhecimentos que aprendi, de domínio pessoal, social e académico. Foi sem dúvida um privilégio trabalhar ao seu lado, enquanto mediadora e enquanto pessoa.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento muito especial aos reclusos do EPC por ter sido tão bem recebida e tratada durante o tempo em que lá estive. Sem eles, o meu trabalho não teria sido possível. Com eles aprendi imenso e torço para que consigam alcançar novos horizontes quando saírem.

## RESUMO

O trabalho que vamos apresentar surge no âmbito do ciclo de estudos para obter o grau de Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação na Universidade de Coimbra.

Considerando os objetivos do Mestrado em Ciências da Educação como “compreender factos educativos ocorridos em qualquer contexto ou desenvolver atividades de (re)construção de identidades pessoais e profissionais” (Universidade de Coimbra, 2022) fizemos o estágio curricular no Estabelecimento Prisional de Coimbra, mais concretamente no Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça, como entidade parceira que promove a educação e formação de adultos em contexto prisional. Os principais objetivos foram compreender a realidade dos presos. Procuramos ainda saber se as comunidades de reflexão contribuem para a reeducação e reinserção dos formandos.

Trabalho que se apresenta de seguida pretende caracterizar a instituição de acolhimento, apresentar as atividades realizadas no decurso do estágio e, por fim apresentar uma proposta de intervenção que consideramos pertinente e possível de implementar, antevendo-se resultados positivos, como um aumento da autoestima e alteração de valores. O estágio decorreu de forma presencial e online e nem todas as atividades, à semelhança do projeto de intervenção puderam ser implementadas ou concluídas, pelos motivos, explicados no decorrer do presente trabalho.

O balanço foi bastante positivo e salienta-se o apoio e recetividade no acolhimento recebido, por parte de ambas as instituições. Consideramos que o trabalho desenvolvido com este público alvo é altamente desafiante, mas conta profissionais de elevada competência para lhe corresponder. Em particular, no âmbito da reinserção social, a intervenção profissional tem capacidade de vir a suprir todas as necessidades dos destinatários. Motivo, pelo qual, consideramos importante o contributo das Ciências da Educação, de modo a aproveitar o tempo de reclusão para promover a realização pessoal, formativa e, eventualmente, profissional dos reclusos.

**Palavras-chave:** educação e formação de adultos; mediação; prisão; formação; comunidades de reflexão.

## **ABSTRACT**

The following work is presented in the context of the cycle of studies leading to the degree of Master in Educational Sciences by the Faculty of Psychology and Educational Sciences of the University of Coimbra.

Considering the objectives of the Master's Degree in Educational Sciences as "understanding educational facts occurred in any context or developing activities of (re)construction of personal and professional identities" (Universidade de Coimbra, 2022), we chose to develop the curricular internship in the Prison of Coimbra, more specifically in the Protocol Centre for Vocational Training for the Justice Sector, as a partner entity that promotes adult education and training in prison settings. Our main objectives were to understand the reality experienced and perceived by inmates in prison settings. We also sought to know how the communities of reflection could contribute to the re-education and reinsertion of the trainees.

The work that follows aims to characterise the host institution, present the activities carried out during the internship and, finally, present an intervention proposal that we consider relevant and possible to implement, anticipating positive results, such as an increase in self-esteem and a change in values. The internship was conducted in person and online and not all activities, similarly to the intervention project could be implemented or completed, for the reasons explained throughout this work.

The balance was quite positive and we would like to highlight the support and receptiveness received from both institutions. We consider that the work developed with this target public is highly challenging, but has very competent professionals to correspond to it. In particular, within the scope of social reinsertion, professional intervention has the capacity to meet all the needs of the addressees. Thus, we consider important the contribution of Educational Sciences, in order to take advantage of the prison time to promote the personal, formative and, eventually, professional fulfilment of the prisoners.

**Keywords:** adult education and training; mediation; prison; training; reflection communities

## Siglas

- AA - Aprender com Autonomia
- ANEFA - Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos
- ANQ - Agência Nacional para a Qualificação
- ANQEP - Associação Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional
- B1, B2 e B3 – Nível básico do ensino escolar
- CEE - Comunidade Económica Europeia
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CNO - Centros Novas Oportunidades
- CNQ - Catálogo Nacional de Qualificações
- CONFITEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos
- CPJ - Centro Protocolar para o Setor da Justiça
- CQ - Centros Qualifica
- CQ - Certificado de Qualificações
- CQEP - Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional
- DGRSP - Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
- DGSP - Direção Geral dos Serviços Prisionais
- EFA - Cursos de Educação e Formação de Adultos
- EP – Estabelecimento prisional
- EPC - Estabelecimento Prisional de Coimbra
- FMC - Formação Modular Certificada
- IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
- INO - Iniciativa Novas Oportunidades
- MCE - Mestrado em Ciências da Educação
- MJ - Ministério da Justiça
- NS – Nível Secundária
- OI – Operador de Informática
- OMH – Operador de Manutenção Hoteleira
- PIE - Plano Individual de Acompanhamento

PQ - Passaporte Qualifica

RASI - Relatório Anual de Segurança Interna

RCC - Referencial de Competências Chave

RVCC – (processos) Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SIGO - Sistema de Informação e Gestão da Oferta Formativa

SNQ – Sistema Nacional de Qualificações

TORVC - Técnicos de Orientação, Reconhecimento E Validação De Competências

TRC – Técnico de Refrigeração e Climatização

UC – Unidade de Competência

UFCD - Unidades de Formação de Curta Duração

## Índice

1.	Enquadramento Institucional do Estágio.....	9
1.1	Ministério da Justiça.....	10
1.2	DGRSP.....	11
1.3	Estabelecimento Prisional.....	12
1.4.	CPJ.....	14
1.4.1.	Cursos EFA.....	16
1.4.2	FMC.....	19
1.4.3	Processos RVCC.....	20
1.5	Resenha histórica da EFA em Portugal.....	21
1.6.	Mediação e o papel do mediador:.....	27
2.	Descrição das atividades realizadas.....	32
2.1	Acolhimento e integração.....	32
2.2	Atividades burocráticas.....	34
2.2.1	Exploração do Catálogo Nacional de Qualificações e Análise dos Referenciais de Competências Chave.....	34
2.2.2	Listagens de pré seleção de candidatos.....	35
2.2.3.	Entrevistas.....	36
2.2.4	Pesquisa dos contactos das escolas.....	36
2.2.5.	Plataforma SIGO.....	37
2.2.6.	Reuniões pedagógicas e mapas de controlo.....	38
2.2.7.	Preenchimento dos registos biográficos dos formandos.....	39
2.2.8.	Horários dos cursos mensais.....	39
2.2.9.	Folhas de presença.....	39
2.2.10.	Justificação de faltas.....	40
2.2.11.	Requisição e verificação de material.....	41
2.2.12.	Contabilização das horas dos formadores.....	41
2.2.13.	Arquivo de documentos.....	42
2.3	Atividades práticas.....	42
2.3.1	Temas de vida.....	42
2.3.2	Check list com os módulos dos formandos.....	43
2.3.3.	Limpeza dos espaços.....	43
2.3.4	Dossiers dos formandos.....	43
2.3.5	Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA).....	43



2.3.6 Filme “Tempos Modernos”.....	44
2.3.7 Lombadas para os dossiers de PRA .....	45
2.3.8 Apresentação na aula do Mestrado em Ciências da Educação .....	45
2.3.9 Atividades no âmbito do AA .....	45
2.4 Outras atividades .....	49
2.4.1 Cerimónia de comemoração dos 120 anos da entrada dos primeiros reclusos no EPC49	
2.4.2 Atendimentos .....	49
2.4.3 Webinar.....	50
3. Projeto de intervenção: Comunidades de Reflexão .....	50
3.1 Fundamentação do projeto: .....	50
3.2 Objetivos gerais:.....	52
3.3.Objetivos específicos:.....	53
3.4.Metodologia: .....	53
3.5 Recursos: .....	53
3.6 Atividades desenvolvidas no EPC.....	58
4. Considerações finais:.....	59
Bibliografia.....	61

## **Declaração:**

Todos os estágios curriculares se regem pelo funcionamento da instituição de acolhimento e suas condições inerentes. Sabe-se de início que o trabalho idealizado poderá não corresponder ao trabalho efetivado. No caso de um estágio desenvolvido em contexto prisional, com dinâmicas próprias, rotinas fixas, medidas de alta segurança e com as inerentes adaptações decorrentes da pandemia, claramente que existirão constrangimentos associados à implementação de um projeto de intervenção e à conclusão de algumas das atividades. É igualmente claro, que estas limitações em nada colocam em causa, quer o Centro Protocolar para o Setor da Justiça (CPJ) quer o Estabelecimento Prisional de Coimbra (EPC), quanto à disponibilidade, receptividade e acolhimento durante o período de estágio.

De facto, com a pandemia, o EPC encontrou-se encerrado entre dezembro e meados de janeiro, devido a surto pandémico, os reclusos que saíram em precária foram alvo de isolamentos profiláticos e de dias dedicados à sua vacinação, o que impediu as tarefas formativas. Na verdade, as normas de higiene e segurança ditaram o distanciamento entre reclusos, o uso contínuo de máscara, bem como o impedimento de partilha de objetos. Facto que limitou algumas das atividades, tendo sido necessária a sua adaptação. As atividades que não foram concluídas, como o avanço de cursos e/ou formações deveram-se aos motivos já anteriormente mencionados.

Por fim, houve atividades que não decorreram no tempo previsto, visto que poderiam ser requeridas autorizações à direção para entrada de materiais no EPC, os formandos poderiam ter de se ausentar momentaneamente das sessões para irem a uma consulta, diligência policial ou atendimento com a técnica de reeducação. Isto significa que nem todo o tempo previsto para as sessões foi ou pode ser considerado útil.

Sublinhamos que estas são condições inerentes ao funcionamento da instituição e que como tal nem tudo o que foi previsto inicialmente aconteceu como esperado. Assim, o projeto de intervenção contou apenas com algumas sessões e é no relatório que a seguir se apresenta.

## 1. Enquadramento Institucional do Estágio

O presente relatório incide sobre o trabalho desenvolvido no âmbito da unidade curricular Estágio, integrado no segundo ano do plano de estudos do Mestrado em Ciências da Educação, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

O Mestrado em Ciências da Educação tem como objetivos:

“(…) a) Conceber, planificar, desenvolver e avaliar programas e actos educativos, formais ou não formais, que melhor sirvam as necessidades pessoais e das comunidades e contextos onde os indivíduos interagem; b) Caracterizar, descrever e compreender factos educativos ocorridos em qualquer contexto, com qualquer tipo de pessoas, consideradas quer em grupo quer individualmente; c) Desenvolver todas as actividades relativas aos processos de mediação educativa ao longo da vida, nomeadamente dos destinados à (re)construção de identidades pessoais e profissionais; d) Responsabilizar-se pela gestão de projectos e programas de Educação e Formação; e) Participar na Administração e Gestão de Sistemas e Organizações de Educação e Formação, ao nível central, regional e local.” (Universidade de Coimbra, 2022).

Ao estágio junta-se o seminário de acompanhamento com um peso de 50 e 10 ECTS<sup>1</sup>, respetivamente. Das 1350h de trabalho de estágio, 896 correspondem ao trabalho de campo, enquanto o Seminário de Acompanhamento perfaz um total de 270h (Universidade de Coimbra, 2015, p. 2).

O estágio curricular pretende promover competências “analítico-reflexivas e operativas que permitam uma análise e caracterização dos fenómenos educativos, a planificação de intervenções que apontem para a otimização e desenvolvimento/implementação dessa planificação, bem como a sua avaliação” (Universidade de Coimbra, 2015, p. 1).

---

<sup>1</sup> A cada ECTS correspondem aproximadamente 27 h de trabalho por parte do estudante.

Tendo por base os objetivos supracitados, como “caracterizar, descrever e compreender factos educativos ocorridos em qualquer contexto, com qualquer tipo de pessoas, consideradas quer em grupo quer individualmente”, “desenvolver todas as actividades relativas aos processos de mediação educativa ao longo da vida, nomeadamente os destinados à (re)construção de identidades pessoais e profissionais”, bem como a construção do perfil profissional em contexto laboral, o desenvolvimento de competências analítico reflexivas e a planificação de intervenções optou-se por realizar o estágio no Estabelecimento Prisional de Coimbra (EPC), mais concretamente com o Centro Protocolar para o Setor da Justiça (CPJ). Ambos administrados e sob tutela da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) que, por sua vez se encontra tutelada pelo Ministério da Justiça (Anexo 1).

A escolha do local de estágio resultou da absoluta certeza de que não só seria o local certo para atingir os objetivos acima mencionados, como seria igualmente gratificante pelos desafios que acarreta. No nosso entender, este é um lugar privilegiado para a atuação de um técnico superior de educação na medida em que a prisão deve ser colocada ao serviço da reeducação, reinserção social e prevenção da reincidência, ao invés de um cumprimento da pena meramente punitiva.

Importa, neste caso, iniciar com uma referência ao Ministério da Justiça (MJ), seguida da DGRSP e por último ao EPC, uma vez que o trabalho desenvolvido pelo CPJ se encontra dependente do funcionamento destas.

## **1.1 Ministério da Justiça**

Entre os diferentes organismos que constituem o governo, o MJ tem como missão “conceber, conduzir, executar e avaliar a política de Justiça definida pela Assembleia da República e pelo Governo” (Justiça, 2022). Para levar a cabo a sua missão, recorre a serviços de Administração Direta e Indireta do Estado, Órgãos Consultivos e Outras Estruturas. É ainda da incumbência do MJ regular as relações do “Governo com os Tribunais e o Ministério Público, o Conselho Superior da Magistratura e o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais” (Justiça, 2022).

Entre os vários organismos que constituem a Administração Direta do Estado, convém referir a DGRSP.

## 1.2 DGRSP

Enquanto serviço central da Administração Direta do Estado, esta Direção é dotada de autonomia administrativa, sob a égide de um diretor-geral, auxiliado por três sub diretores e um Conselho de Coordenação Técnica.

Tem como missão a prevenção criminal, execução de penas e medidas de reinserção social, bem como assegurar condições dignificantes para as pessoas que se encontram sob sua alçada para defesa da ordem e da paz social.

Segundo uma visão humanista e ressocializadora rege-se por valores como: “crença na mudança do ser humano, defesa e promoção dos direitos humanos, defesa da segurança, da sociedade, valorização da reinserção social e prevenção da reincidência criminal” (Justiça, 2022).

Entre as várias atribuições compete à DGRSP a gestão dos centros educativos e estabelecimentos prisionais, bem como das pessoas que se encontram sob sua tutela. É igualmente da sua competência garantir a segurança, a articulação com diferentes entidades públicas e privadas de forma a alcançar a formação profissional, a empregabilidade e reintegração profissional em contexto de reclusão e pós reclusão. Mas, para além destas incumbências, promove, desenvolve e coordena programas adaptados a cada pessoa com vista à sua readaptação social<sup>2</sup>.

Em conjugação com os serviços centrais, dispõe de unidades desconcentradas como os centros educativos, estabelecimentos prisionais e delegações regionais de reinserção (Justiça, 2022) (Anexo 2).

Relativamente aos estabelecimentos prisionais, estes garantem a “execução de medidas privativas de liberdade, a manutenção da paz social e da ordem, bem como pela gestão das áreas de finanças, administração pública e justiça” (Justiça, 2022).

Os estabelecimentos prisionais, como o caso do EPC, que sejam considerados de nível de segurança alta, e de gestão de elevada complexidade, são dirigidos por um diretor, que depende do diretor geral, com a possibilidade de renovação do mandato por três vezes.

---

<sup>2</sup> Para o trabalho que se apresenta estas foram as atribuições de maior relevância, contudo as restantes poderão ser consultadas em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Vis%C3%A3o-miss%C3%A3o-e-valores>

### 1.3 Estabelecimento Prisional

O estabelecimento prisional destina-se a pessoas condenadas com penas privativas de liberdade, que poderão ir de 1 mês a 20 anos, podendo em determinados casos atingir os 25 anos, altura em que a pessoa terá obrigatoriamente de ser libertada (DGRSP, 2022). Tratando-se de uma realidade em que um direito fundamental é retirado, importa sublinhar que a pessoa sujeita a medida privativa de liberdade mantém os restantes “direitos civis, profissionais (e) políticos” (DGRSP, 2022). Daí que no sentido de corresponder à dignidade e realização da pessoa humana, nos últimos anos, a intervenção dos serviços de reinserção social vigora como transversal a todo o processo, existindo programas em fase inicial de pena, programas transversais e/ou dirigidos a problemáticas específicas e para a fase final de pena. Entre as políticas nacionais de educação encontra-se o ensino e a formação escolar em contexto prisional, privilegiando reclusos que se encontrem em elevado nível de vulnerabilidade, reclusos mais jovens e reclusos estrangeiros, uma vez que privilegia a reinserção, valoriza a população reclusa e permite o acesso a uma qualificação profissional. Daí que o ensino e formação deste público seja disponibilizado em todos os estabelecimentos prisionais, consoante regulamentação do Despacho-Conjunto nº451/99 (Diário da República, 1999; Francisco & Mendonça, 2017, p. 62). Inicialmente, o ensino prisional era assegurado pelo Ministério da Justiça, sendo que a partir de 1979 passou a ser da responsabilidade deste em colaboração com o Ministério da Educação (Francisco & Mendonça, 2017, p. 62). Apesar de estarmos perante uma enorme aposta nos programas/projetos em causa, importa sublinhar o longo processo que entendemos ser necessário percorrer para que exista uma efetiva reinserção social e valorização da população reclusa. Para tal, podemos referir alguns dados apresentados pelo Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) relativo ao ano de 2021, que apresentam valores como a evolução da criminalidade em Portugal na última década. De alguma forma, acreditamos que os valores apresentados possam não ser totalmente fidedignos na medida em que o país e o mundo atravessavam uma conjuntura política, social e económica de turbulência elevada, muito por causa dos impactos da pandemia da COVID-19. De facto, valores como o número de denúncias por violência doméstica entre conjugues, comparativamente com anos anteriores viu-se reduzido. No nosso entender este valor poderá ser, por exemplo, resultado da presença e convivência permanente com o agressor durante os períodos de confinamento. Ainda assim, há que ter em conta que, de uma forma geral, os números respeitantes à criminalidade têm vindo a diminuir gradualmente (RASI, 2022, pág.9). Isto é, o relatório apresenta-nos dados estatísticos do índice de criminalidade ao longo da última década e o seu gradual decréscimo, principalmente nos crimes considerados de maior violência, tais como homicídios ou ofensas à integridade física e crimes

associados a estupefacientes. Referimos estes dois tipos de crimes por dois motivos, por serem os mais abrangentes e que apresentam maior prevalência em Portugal.

Portugal detém dois grupos etários que se destacam e que representam quase metade da população reclusa, o grupo etário dos 31 aos 40 anos e o dos 31 aos 50 anos (RASI, 2022, p. 102), revelando a premência de uma aposta na reinserção e ressocialização<sup>3</sup>. Ainda que a taxa de lotação máxima das prisões portuguesas esteja, à data de 2021, fixada nos 90,3%, (RASI, 2022, p. 100), não se verifica, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, a sobrelotação dos estabelecimentos prisionais. Importa ainda referir que, em função da responsabilidade de prevenir a criminalidade e primar pela reinserção social, a DGRSP tem vindo a diminuir tanto quanto possível o número de penas privativas de liberdade, tendo por isso concebido “7 718 licenças de saída jurisdicionais, de curta duração e licença de saída administrativa extraordinária” (RASI, 2022, p. 101), com uma taxa de sucesso na ordem dos 99,4%<sup>4</sup>, bem como vigilância eletrónica.

Dos 11 588 reclusos em Portugal, à data de dezembro de 2021 (RASI, 2022, pág. 12), o EPC possui uma lotação máxima de 540 reclusos do sexo masculino (DGRSP, 2022), sendo que a 31 de dezembro de 2021 apresentava um excedente de 20 reclusos<sup>5</sup>. A sua construção remonta ao ano de 1889, altura em que se destinava a condenados com penas longas e/ou delinquentes de difícil correção (DGRSP, 2022). Graças à construção em formato de estrela mantém elevado de vigilância, distribuída por oito alas. Devido às características mencionadas, o seu nível de segurança é considerado elevado e a sua gestão considerada complexa.

Não obstante, o EPC possui espaços comuns ao ar livre, bem como locais destinados à aprendizagem de ofícios como a serralharia, serração, reparação auto ou estofaria. Possui ainda as áreas de limpeza e manutenção de todo o estabelecimento prisional. Em parceria com a escola Eugénio de Castro, o EPC dispõe de cinco salas de aula de forma a promover a obtenção de habilitações literárias superiores por parte dos condenados. As aulas são dadas por professores que integram a escola mencionada e sempre lecionadas no período da manhã. Após o término, o recluso fica habilitado à certificação escolar do ano frequentado mediante a avaliação dos professores e respetiva equipa pedagógica. No que respeita à oferta formativa, dispõe de um

---

<sup>3</sup> No caso da população juvenil, segundo o RASI (2022, pág. 104), a idade que mais se destaca está compreendida entre os 15 e os 16 anos, representando em conjunto cerca de 50,5% do total.

<sup>4</sup> Este número corresponde ao número de reclusos que se entregaram na hora e dia previstos no respetivo estabelecimento prisional do qual tiveram licença.

<sup>5</sup> A lotação dos restantes estabelecimentos prisionais pode ser consultada aqui <https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Estatisticas/%C3%81rea%20Prisional/Anuais/2021/Q03.pdf?ver=5q7IIYPFH E54h Dxhu68Pg%3d%3d>

conjunto de cursos EFA de dupla certificação em parceria com o CPJ, como se poderá ver de forma mais detalhada ao longo do presente relatório.

À semelhança de outros EPs, o EPC tem disponibilizado e promovido programas de forma a promover a reinserção social dos reclusos, como a “Condução Segura”, entre outros. Acredita-se que o trabalho desenvolvido por estes profissionais em conjunto com os programas e projetos de prevenção aplicados no exterior junto de jovens em risco a par de outros grupos de maior vulnerabilidade, se reflitam na redução da criminalidade. Este é o caso do distrito de Coimbra, que apresentou, a dezembro de 2021, uma redução em quase 5% da criminalidade<sup>6</sup>.

O recurso aos programas específicos é uma importante ferramenta na programação da intervenção, dado que se dirigem a problemáticas criminais específicas e a necessidades de intervenção com vista à prevenção da reincidência. É de relevar, que se tem aliado aos números de programas a capacitação dos profissionais e entidades para a importância da diferenciação da intervenção. Aliado aos programas encontra-se, precisamente, a oferta formativa disponibilizada pelo CPJ.

## 1.4. CPJ

Em 1988, com a portaria nº 538/88 do Ministério da Justiça, do Emprego e da Segurança Social, assistiu-se à criação do CPJ. O Ministério da Justiça fez-se representar pela Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), Direção Geral dos Serviços Tutelares de Menores, Direção Geral de Reinserção Social, Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga e Instituto de Reinserção Social. O Ministério do Emprego e da Segurança Social, por sua vez, compareceu por intermédio do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

O CPJ atua junto de pessoas que se encontram ao abrigo “dos serviços e organismos do Ministério da Justiça, com vista à sua integração na sociedade” (CPJ, 2022). Desta forma, desenvolve o seu trabalho em estabelecimentos prisionais e centros educativos. Com sede em Lisboa, possui um Núcleo de Formação Profissional em Alcoentre, onde está instalado o seu Centro Qualifica, para o qual assume como missão “colocar a qualificação ao serviço da (re)inserção social” (CPJ, 2022), desenvolvendo competências profissionais, pessoais e sociais, com vista a uma melhor qualificação, educação e reingresso no mercado de trabalho<sup>7</sup>. Para levar

---

<sup>6</sup> Podem ainda ser consultados os gráficos que constam da pág. 44 dos Anexos do documento RASI (2022).

<sup>7</sup> Poderá consultar o vídeo ilustrativo do trabalho desenvolvido pelo CPJ aqui <https://www.cpj.pt/index-2.html>



a cabo este propósito, aposta em formação profissional como Cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA), Formação Modular Certificada (FMC) e Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Processos RVCC). Este tipo de formação encontra-se incluída na iniciativa do Conselho Europeu (2016), ao reconhecer os saberes adquiridos em contextos não formais e informais.

Como principais objetivos, o CPJ, aposta na qualificação para facilitar a (re)inserção social e profissional, incentivar a formação (escolar, profissional e de dupla certificação), de forma a promover a qualidade e acompanhar a exigência do mercado de trabalho. Pretende ainda ser eficiente na planificação da atividade formativa, fazer uma boa gestão dos recursos e, simultaneamente, articular as necessidades e características dos formandos com as necessidades do mercado de trabalho da região e do país com as atividades desenvolvidas em cada EP. Para tal, rege-se por quatro valores, como a excelência, capacitação, confiança e bom servir. O primeiro valor, excelência, por perseguir uma formação de qualidade para a empregabilidade. A capacitação pelo desenvolvimento de competências ao longo da vida. A confiança, por sua vez, por se acreditar numa efetiva reinserção social e mudança na vida dos formandos e, por último, o valor de bem servir, na medida em que pretende corresponder à política nacional de “emprego, formação, justiça e reinserção social” (CPJ, 2022).

Do ponto de vista da sua estrutura orgânica (cf Anexo 3), o CPJ “é constituído por unidades orgânicas, designadas Divisões, que se subdividem em áreas.” (Regulamento Orgânico do Centro Protocolar da Justiça, 2021, p. 2). A divisão de Gestão Financeira comporta a área Financeira e a área de Controlo de Gestão. A segunda divisão, de Qualificação, é composta pela área Técnico-Administrativa e Técnico-Pedagógica. Já a divisão de Recursos Humanos, Apoio Técnico e Jurídico comporta a área de Recursos Humanos e a área de Auditoria e Qualidade. A quarta e última divisão, designada por Gestão Operacional e Orientação ao Longo da Vida constitui-se com cinco áreas, são elas o Núcleo de Formação de Alcoentre, Área Operacional e Técnica, Área da Logística, Área de Aprovisionamento e Centro Qualifica do CPJ.

No caso do estágio curricular, podemos integrá-lo na divisão da Qualificação, na área Técnico Pedagógica, uma vez que se desempenham funções como: “garantir a atualização do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Formativa (SIGO) com os dados dos formandos e formadores”, “efetuar a seleção e recrutamento dos formandos candidatos às ações de formação, garantindo o cumprimento das condições de acesso previstas na legislação”, “enquadrar, coordenar e apoiar a atividade dos formadores permanentes ou eventuais e dos profissionais de formação”

ou, ainda, “promover pela apresentação de propostas tendentes à concretização do Plano de Formação” (Regulamento Orgânico do Centro Protocolar da Justiça, 2021, p.7-8). Com o desempenho destas funções, foi possível desenvolver as competências de planificação de intervenções, o seu desenvolvimento, implementação e avaliação, bem como competências de análise e reflexão previstas para o MCE.

Com base nas funções a serem exercidas durante o período de estágio, o objetivo inicial foi definido na reunião de dia 26 de outubro de 2021 no EPC, descrita de forma mais detalhada no ponto 2 e que consistia na compreensão da realidade vivida pelos reclusos e na implementação do projeto das comunidades de reflexão. Foram ainda discutidos os constrangimentos que o CPJ enfrenta como a adaptação da oferta formativa do EPC às necessidades do público alvo ou questões burocráticas. Na mesma reunião, ficaram definidas algumas visitas à sede de Alcoentre. Contudo, consideramos, após o começo do estágio e reflexão com a orientadora local, que no quadro de uma pós pandemia onde a formação atravessava inúmeras alterações, talvez o trabalho desenvolvido pela mediadora no EPC já fosse significativo para os objetivos do MCE. Nesse sentido, optou-se por estar “a tempo inteiro” no EPC.

O trabalho referido teve uma duração aproximada de nove meses, tendo iniciado em 26 de outubro de 2021 e terminado em 25 de julho de 2022, com um total aproximado de 1063 horas. A distribuição das horas não foi igual em todas as semanas, em função das atividades a desenvolver em cada uma. Para além disso, importa referir que, tendo em conta o local de estágio e as suas inerentes particularidades, como a ausência de telemóvel ou acesso à *Internet*, o trabalho desenvolvido oscilou entre o presencial e o online. Desta forma, habitualmente, o período da manhã iniciava-se às 9h, indo até às 12h, e retomava-se às 14h, com término às 17h. Estes horários nunca foram rígidos, especialmente online, em que pontualmente se reunia ao sábado ou, caso fosse necessário, se terminava a sessão mais tarde.

No que à oferta formativa diz respeito, o CPJ disponibiliza os EFA e FMC. No caso de o formando concluir algum destes percursos com uma certificação parcial, existe o RVCC, que, de momento, não se encontra implementado no EPC.

#### **1.4.1. Cursos EFA**

Os cursos EFA, após a sua criação já sofreram alterações e atualizações ao nível da legislação, sendo a sua versão mais recente e atualizada a que consta na Portaria nº 86/2022. Estes cursos, distinguem-se pela flexibilidade dos percursos considerados e por valorizarem os saberes

adquiridos em contextos não formais e informais de adultos com idade igual ou superior a 18 anos, que não possuam “qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário” (Portaria nº86/2022, p. 38) e/ou a adultos com idade igual ou superior a 23 anos para conclusão da escolaridade obrigatória, o 12º ano. A frequência em cursos de nível B1, B2 e B3 permitem, quando concluídos, a uma equivalência de certificação escolar, respetivamente, ao 4º, 6º e 9º anos do nível básico. O nível NS, tal como a sigla indica refere-se ao nível secundário. Tal, não substitui a frequência do sistema de ensino. Isto é, seria desejável que todas as pessoas concluam a escolaridade obrigatória, contudo na impossibilidade de tal objetivo, os cursos EFA pretendem dar resposta a pessoas com baixas ou muito baixas qualificações, que abandonaram precocemente a escola e que já não se encontram em idade de frequência escolar. Não obstante, e porque se tratam de cursos de dupla certificação, conferem igualmente uma certificação profissional. Assim, acresce à obtenção de certificação escolar o nível 2 de qualificação profissional ou nível 4, no caso do nível secundário. A título de exemplo, o curso acompanhado mais de perto ao longo dos meses de estágio corresponde a um B3, de dupla certificação, nível 2, designado por Operador de Informática (OI).

Cada curso, possui os seus saberes organizados segundo o Referencial de Competências Chave (RCC) básico ou secundário e pelos Referenciais que integram o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Logo, todos os cursos que pertençam ao mesmo nível possuem em comum a formação de base diferindo apenas na formação tecnológica. A formação de base é transversal a todos os cursos e comum aos diferentes níveis, ainda que com um grau de complexidade crescente, traduzindo uma articulação vertical entre os mesmos. Assim, a formação de base encontra-se dividida em quatro áreas de competências chave, a Linguagem e Comunicação, Matemática para a Vida, Cidadania e Empregabilidade, Tecnologias da Informação e Comunicação e o módulo Aprender com Autonomia (AA)<sup>8</sup>.

Após o término da frequência da modalidade de formação, o formando adquire o seu Certificado de Qualificações (CQ). A qual poderá ser parcial ou total, dependendo dos módulos frequentados e completados pelo formando. No caso do NS, para obterem uma certificação total necessitam de ter certificadas quer a formação de base quer a tecnológica. No caso dos níveis B2

---

<sup>8</sup> Recentemente, com a atualização da legislação, segundo a Portaria nº 86/2022, as ACC passaram a cinco designando-se respetivamente por Linguagem, Cultura e Comunicação; Língua Estrangeira; Matemática, Ciências e Tecnologia; Cidadania e Empregabilidade; Competência Digital e Competências Pessoais, Sociais e de Aprendizagem. Embora se considere a área Competências Pessoais, Sociais e de Aprendizagem como nova, esta apresenta grandes semelhanças de conteúdo com o anterior módulo Aprender com Autonomia.

e B3, até à atualização da legislação previa-se a possibilidade de certificação escolar sem a conclusão da componente tecnológica. Atualmente, já não é possível. Os formandos terão ainda acesso ao Passaporte Qualifica (PQ), criado em 2017, e obtido através da plataforma SIGO<sup>9</sup>, que contém as unidades de competência em que foi validado, a formação que o formando frequentou anteriormente e sugere as “soluções de qualificação que lhe permitam completar o que esteja em falta ou reorganizar o que já frequentou, sugerindo-lhe um novo percurso de qualificação” (Valente citado pelo CNE, 2020, p. 83). Para que as unidades de competência sejam validadas e se encontrem no PQ, os formandos são alvo de uma avaliação formativa e sumativa. Esta avaliação é feita pelos formadores e respetiva mediadora de forma mais ou menos trimestral, onde são preenchidos os mapas de controlo e posteriormente elaboradas as atas de reunião. Posteriormente, os resultados são comunicados e afixados nas salas dos respetivos cursos pela mediadora. São ainda considerados os registos biográficos dos formandos, que são preenchidos pelos formadores e enviados pela mediadora para a sede do CPJ. É através deste documento que os técnicos TORVC podem emitir a certificação do formando, uma vez que é nele que constam as validações.

Em suma, os objetivos dos cursos EFA, segundo Rothes são:

“proporcionar uma oferta integrada de educação e formação destinada a públicos adultos pouco qualificados; contribuir para a redução do défice de qualificação escolar e profissional da população portuguesa; alargar e diversificar as ofertas formativas para adultos, estimulando a construção de redes locais de educação e formação de adultos; promover um modelo inovador de educação e formação de adultos, capaz de promover as competências de cidadania e empregabilidade.” (CNE, 2020, p.109)

Na esteira de Rothes, para Feliciano a grande vantagem dos cursos EFA encontra-se na sua flexibilização, uma vez que não se cinge “a uma ótica escolar e disciplinar da aprendizagem nem se submetem (...) a aprendizagens explicitamente orientadas para as competências vocacionadas para o mercado de trabalho” (CNE, 2020, p. 65).

Por fim, importa sublinhar a elevada importância que estes percursos formativos flexíveis têm, uma vez que muitos dos reclusos que integram os cursos consideram a escola como algo

---

<sup>9</sup> No caso de a formação ocorrer no exterior, é entregue ao formando as credenciais de acesso à plataforma para consulta do Passaporte Qualifica. Se a formação ocorrer em contexto prisional o documento é obtido pelo mediador/a.

inacessível, pouco apelativo para a sua idade e experiência de vida, bem como relembra-os de momentos menos positivos experienciados durante a sua infância. Geralmente, este tipo de população caracteriza-se por agregados familiares desestruturados, com baixa literacia e poucas possibilidades económicas. Todos estes fatores em conjunto aumentam a propensão de delinquência. Quando chegam ao sistema prisional deve ter-se em linha de contas as suas experiências de vida anteriores à reclusão, os seus objetivos e motivações.

Para Valente “são necessárias medidas extra que facilitem o seu ingresso nestes percursos”, pois “muitos destes adultos nem sequer possuem as qualificações mais elementares e necessárias para o seu ingresso nos patamares iniciais do Sistema Nacional” (CNE, 2020, p. 82).

### **1.4.2 FMC**

As FMC, por seu turno, constituem outra modalidade de formação e representam uma ou mais qualificações inscritas no CNQ, permitindo um percurso formativo mais flexível. São maioritariamente destinadas a pessoas que não tenham concluído o ensino básico e nível secundário. Este tipo de formação adapta-se a metodologias, públicos e contextos diversificados. Por este motivo a sua duração é variada, podendo ir desde 25 a 600 horas e poderão ser de 25 ou 50h cada.

Conferem uma dupla certificação e podem servir para concluir cursos EFA, em que o formando concluiu com uma certificação parcial ou para conclusão de processos RVCC. Neste sentido, trata-se de uma modalidade importante, que incentiva os adultos maiores de 18 anos a concluir qualificações incompletas (Portaria nº 66/2022).

Os principais objetivos deste tipo de formação são os seguintes: aprofundar competências para desempenhar atividades profissionais; reforço da empregabilidade; adaptação às mudanças; certificar unidade de competência ou UFCD de acordo com a disponibilidade e necessidades do adulto; concluir qualificações do SNQ incompletas; possibilitar qualificações de curta duração de acordo com as necessidades do mercado de trabalho; disponibilizar formações no âmbito de diagnósticos de necessidades identificadas pelas empresas, Comissões de Avaliação e Certificação (Portaria nº 66/2022, pág. 19).

Analogamente aos cursos EFA, as FMC são avaliadas de forma formativa e sumativa. Os resultados das aprendizagens decorrentes do percurso formativo aliados às estratégias formativas constituem a avaliação formativa. A avaliação sumativa, por sua vez deve ser classificada “com”

ou “sem aproveitamento” relativamente aos objetivos traçados inicialmente. Para que o formando obtenha a certificação deve obter a classificação “com aproveitamento” na avaliação sumativa, bem como a conclusão de todas as UC e/ou UFCD’s.

Os candidatos que frequentem alguma das modalidades de formação oferecidas pelo CPJ em contexto prisional beneficiam, naturalmente, de uma maior ocupação durante o período de reclusão, certificação escolar e profissional, de uma bolsa remuneratória e de uma melhor apreciação do ponto de vista do interesse que manifestam pela sua reinserção social findado o período de reclusão.

Neste sentido, poder-se-á dizer que o lema “A Formar para Integrar”, do CPJ, faz todo o sentido com relação ao trabalho que desenvolve, o que tem permitido taxas no valor de 30 a 40% de empregabilidade (Feliciano, citado pelo CNE, 2020, p. 72).

### **1.4.3 Processos RVCC**

Os processos RVCC não constituem uma modalidade de formação, mas são desenvolvidos pelos CQ para adultos que ao longo da vida, tenham adquirido competências “por vias formais, informais e não formais, na sua vertente escolar, profissional ou de dupla certificação, em diversas áreas de educação e formação” (CPJ, 2022).

“O processo RVCC escolar assenta em metodologias e instrumentos específicos que (...) ao darem lugar à construção de um *Portefólio*, são, necessariamente, ajustados a cada candidato” (ANQEP, 2017, p. 4-5).

Complementares aos cursos EFA e FMC, um processo de RVCC não tem escolaridade mínima obrigatória, desde que, quando realizado, não confira um grau inferior ou igual à habilitação que o candidato já possui.

Os processos RVCC são acompanhados pelos Técnicos de Orientação, Reconhecimento E Validação De Competências, doravante designados por TORVC, e estão sujeitos a um conjunto de etapas de intervenção, nomeadamente o acolhimento, diagnóstico, informação e orientação e encaminhamento<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Após atualização legislativa, as fases passaram a designar-se por inscrição, orientação, passaporte qualifica, orientação e encaminhamento. Ainda que haja alteração à nomenclatura o processo mantém-se semelhante. No caso do PQ, em contexto exterior é visto em conjunto com o candidato e em contexto prisional é consultado e impresso pela mediadora para ser entregue ao candidato.

O acolhimento corresponde à primeira etapa de intervenção. O candidato é inscrito e esclarecido relativamente às modalidades de formação, quais os documentos a apresentar e em conjunto são calendarizadas as próximas sessões/etapas.

Durante o diagnóstico, que deverá ser realizado no máximo até seis sessões, recolhem-se as informações sobre o percurso de educação e formação do candidato e afere-se a experiência profissional. São trabalhados como objetivos o “Desenvolver o Autoconceito e Interagir Eficazmente (...) com quatro níveis de realização: Explorar, Analisar, Agir e Avaliar” (ANQEP, 2017, p. 10). O primeiro objetivo pretende que o candidato se retrate de forma clara e adequada, enquanto que o segundo deve ser trabalhado se o candidato tiver dificuldades em expressar-se/comunicar-se eficazmente com os outros (ANQEP, 2017, p. 10).

A etapa de informação e orientação deve realizar-se num período até 8 sessões e tem como objetivos: Gerir Informação; Gerir Mudança; Decidir e Aceder a percursos qualificantes; Preparar a (re)inserção no mercado de trabalho. À semelhança da etapa anterior, possui os mesmos 4 níveis de realização.

O encaminhamento, quarta e última etapa, diz respeito à tomada de decisão da modalidade de formação mais adequada ao candidato. A decisão é dada a conhecer através do Plano Individual de Acompanhamento (PIE). A etapa encontra-se concluída após a inscrição do candidato na formação que poderá ser ou não externa ao CQ onde decorreu o processo RVCC.

Para assegurar a credibilidade do processo, a certificação decorre da apreciação da apresentação perante um júri, da análise do portefólio e dos instrumentos aplicados durante o processo RVCC. Da avaliação pode resultar uma certificação parcial ou total. Dependendo da certificação a equipa do CQ deverá encaminhar o candidato para a modalidade de formação que melhore se adequa à conclusão do percurso (ANQEP, 2017, p. 7). A modalidade poderá passar por um curso EFA ou uma FMC.

Para contextualizar, o surgimento das modalidades de formação apresentadas, bem como o surgimento do próprio CPJ e dos Centros Qualifica (CQ) consideramos necessária uma breve resenha histórica da evolução da EFA em Portugal, que passamos a apresentar de seguida.

## **1.5 Resenha histórica da EFA em Portugal**

A EFA tem sido pautada por avanços e recuos em Portugal. Na opinião de Cavaco (citado, CNE, 2020, p. 97), as “políticas de educação de adultos são fragmentadas e descontínuas”, marcadas por “medidas avulsas e dependentes de ciclos governativos”. Segundo a mesma autora

(CNE, 2020, p. 97), nos últimos 40 anos, muitos adultos ficaram e passo a citar “para trás”. Já para Melo (CNE, 2020, p. 190), as iniciativas de EFA em Portugal foram sempre ocasionais, fragmentadas e pouco financiadas, marcadas pela falta de competência, ausência de interesse e hostilidade de decisores políticos. Se atendermos ao número de analfabetos da população portuguesa, tal afirmação parece irrefutável. Portugal apresentava, segundo os censos presentes na PORDATA (2022), à data de 2011, meio milhão de analfabetos. Importa, por isso, refletir brevemente sobre a história da EFA em Portugal, bem como as suas conquistas, constrangimentos e desafios.

Para Canário, a EFA revelou-se determinante, após os trinta anos gloriosos que sucederam à Segunda Guerra Mundial, para dar resposta aos desafios com que a humanidade se tem vindo a debater, como a revolução digital, sucessivas mutações no mercado de trabalho, desigualdades sociais, desigualdades de género, sustentabilidade ambiental, evolução demográfica e os fluxos migratórios (CNE, 2020, p. 26). Canário, Francisco e Mendonça (2017, p. 62) afirmam que a “atual globalização exige à sociedade uma demanda contínua de qualificação e requalificação”, isto é a formação é uma condição para o crescimento económico e a modernização. Assim, todos os indivíduos, incluindo a população reclusa, gozam de medidas de apoio à educação e formação da população adulta para que estes objetivos sejam alcançados. É por este motivo que, pelo Despacho Conjunto nº 451/99, todos os reclusos têm direito à educação e esta é perspetivada como uma medida de intervenção que concorre para a reintegração social dos reclusos no pós-reclusão, estando consagrada nas políticas nacionais.

Com a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA) surge, em 1970, pela primeira vez, o debate sobre a importância da educação ao longo da vida (Távora et al., 2012, p. 30), tendo-se depreendido a necessidade de políticas educativas consonantes. No seguimento desse debate foi realizado um estudo internacional sobre o estado da educação entre os diferentes países. Portugal constituía um dos países com maior taxa de analfabetismo. Dois anos mais tarde, em 1972, Faure publica o relatório “Aprender a ser” e a educação permanente dá lugar à Aprendizagem ao Longo da Vida. Mais tarde, com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, Portugal viu-se forçado a alterar as suas políticas educativas.

Já em 1997, a Declaração de Hamburgo, veio asseverar, como chave para o século XXI, a educação de adultos, sendo esta a condição indispensável para uma real integração europeia (Canário, CNE, 2020, p. 26). Melo (CNE, 2020, p. 192) relata:



Nas conclusões da V CONFINTEA de Hamburgo, os Estados subscritores (entre os quais, Portugal) reconheceram ser essencial aproveitar o enorme potencial da educação de adultos para: uma cidadania ativa e informada; a democracia, a justiça e a proteção dos direitos humanos; uma cultura de paz e tolerância; a igualdade entre mulheres e homens; o desenvolvimento científico, social e económico; o bem-estar geral e a redução da pobreza; a preservação do ambiente e outras questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável (como a saúde, a demografia, a nutrição, etc.).

Face a este enquadramento, Portugal tinha muito a recuperar, como as elevadas taxas de analfabetismo, educação massificada, que pecava por tardia, e, entre a população escolarizada, os baixos níveis de qualificação, com relação à média europeia. Poder-se-á dizer, de acordo com Távora et al. (2012, p. 29), que a EFA em Portugal tem funcionado mais como medida compensatória e implementada através de programas de qualificação escolar e/ou profissional.

Para desenvolver a EFA em Portugal, avançou-se em 1999, pelo Decreto Lei (DL) nº 387/99, com a criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA). Contudo, esta acabou por ser extinta, devido às mudanças do programa eleitoral do governo, que à época entrou em funções. De facto, há uma relação de forte dependência entre política e políticas públicas, nomeadamente as educacionais. Tornou-se, então, imperativo repensar as estratégias destinadas ao público adulto menos qualificado, de modo a ter em consideração as alterações da globalização, nomeadamente o desenvolvimento económico, a mudança constante e a incerteza, que pautam o presente século.

A Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) viria a dar lugar à Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), com que surgiria o programa Iniciativa Novas Oportunidades (INO) em 2005. Foram, em consonância, criados os Centros Novas Oportunidades (CNO), para jovens com idade igual ou superior a 18 anos, que posteriormente se encaminham para a oferta formativa melhor adequada, consoante os seus interesses, necessidades e expectativas (Távora et al., 2012, p. 34). O número de CNO foi crescendo e nos anos seguintes tornou-se uma vasta rede. Com a INO, a EFA em Portugal foi relançada, valorizada e colocada nos debates políticos pela sua importância e utilidade. Tendo-se assistido à massificação escolar da população portuguesa, tendo-se elevado a escolaridade até ao nível secundário, ao mesmo tempo que se propiciava a muitos adultos o acesso a novas oportunidades. Contrariamente ao que tinha acontecido com a ANEFA, a INO alcançou uma elevada credibilidade. Todavia, em 2011, começou o seu descrédito. Com as eleições antecipadas, a INO foi acusada de servir para propaganda política, em que o acesso aos certificados era facilitado. Ainda assim, a ANEFA

alcançou duas grandes conquistas, nomeadamente os processos de RVCC e os Cursos EFA, que permitiram a muitos adultos o aumento da sua escolaridade, bem como a certificação de competências obtidas de forma não formal e informal. Nesse mesmo ano, criou-se a Associação Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP) em substituição da ANQ, com o intuito de aumentar o rigor e recuperar a credibilidade da EFA em Portugal. Neste período, o ensino profissional foi o mais prevalente. Com a reestruturação, os CNO foram fechando e, após um estudo, o governo, à altura em funções, considerou que a EFA deveria estar ao serviço de um aumento da empregabilidade e da escolaridade, ao invés de ganhos pessoais, familiares. Desta forma, os CNO deram lugar aos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP). Os quais pretendiam ligar a educação à formação e ao emprego (Moio et al., 2017, p. 11). Como tal, o ensino recorrente regressou em força e apostou-se, essencialmente, em cursos de dupla certificação. Durante o período legislativo compreendido entre 2011 e 2015, a INO esteve suspensa. A EFA passou a ser uma “medida compensatória de combate ao desemprego” (Távora et al., 2012, p. 36). Contudo, em 2016 numa tentativa de recuperar o trabalho desenvolvido pelo Programa da INO, que antecedeu o período da crise económica europeia e consecutivo desinvestimento da EFA, é criado o Programa Qualifica. Este, “tem como um dos eixos fundamentais (...) a ativação de uma rede nacional de centros especializados em educação e formação de adultos – Centros Qualifica” (ANQEP, 2017, p. 4). Através da Portaria 232/2016 de 29 de agosto, são criados os Centro Qualifica e retomados os processos RVCC.

Valente (CNE, 2020, p. 78) refere que, Portugal procurava através da rede *Qualifica* atingir três objetivos: até 2020 ter 50% da população com o ensino secundário concluído, no mesmo ano ter 20 a 25% dos portugueses a participar em atividades de aprendizagem ao longo da vida e ter meio milhão de pessoas a frequentar modalidades EFA entre 2017 e 2020. Atualmente, e já no ano de 2022 verificou-se que estes objetivos ficaram muito aquém da sua efetiva concretização.

Em suma, pode dizer-se que as políticas relativas à EFA e a sua gestão dependem em grande medida das mudanças que ocorrem nos governos, das quais derivam consequências muitas vezes drásticas, porque os sucessivos desinvestimentos e descrédito da EFA levam a efeitos que perduram no tempo e que dificilmente são recuperáveis em termos de metas definidas.

Subordinados à designada sociedade do conhecimento e a uma lógica de desenvolvimento constante, a educação de adultos tem-se revelado “mais como um dever do que um direito” (CNE, 2020, p.151), uma vez que se tornou imperativo os indivíduos estarem em constante aprendizagem, ao longo de toda a sua vida, numa lógica de competitividade. No colóquio do CNE, na opinião de

Lima (citado por Ferreira, 2020, p.151) o “aprender a ser” traduziu-se no “aprender a competir”. Pela nossa parte, reiteramos a opinião de Ferreira (CNE, 2020, p. 167), a EFA é uma área chave de promoção e produção de cidadania, devendo ocupar um lugar de relevo nas políticas públicas, com um orçamento consagrado no Orçamento de Estado, tal como acontece com a educação básica, secundária e superior e medidas previstas nas agendas partidárias na esteira de sociedades mais livres e democráticas. Para Melo (CNE, 2020, p.191), “a educação de adultos constitui um teste fundamental à sua maior ou menor democraticidade e à sua intenção de lidar com cidadãos ou, pelo contrário, com meros súbditos”. Para além do investimento, valorizar a EFA requer a desconstrução dos seus benefícios junto da população adulta, uma vez que, para Valente (CNE, 2020, p. 80) os que mais necessitam de qualificação, são os que menos a frequentam, representando uma disparidade cinco vezes superior. Por outro lado, tem-se verificado, segundo a mesma fonte, que a população menos escolarizada também é a que apresenta maior percentagem de participação nas modalidades de educação formal. No caso da experiência vivida durante o estágio curricular, foi mais visível a procura por parte de reclusos mais jovens nos cursos, embora o nível de participação e interesse demonstrados tenha sido superior entre os reclusos da faixa etária compreendida entre os 40 e os 60 anos de idade.

A EFA possibilita, enquanto instrumento, o exercício de uma cidadania responsável e consciente, tornando-se, particularmente, importante o seu desenvolvimento com o público alvo em período de reclusão. É fulcral colocá-la no centro dos debates políticos, traduzindo-a em políticas públicas de acordo com uma visão mais humanista e para alcançar uma sociedade diferenciada onde todos somos responsáveis pelo bem comum (CNE, 2020, p. 212)

Tem-se assistido a medidas dispersas e interruptas, consoante os diferentes governos. Sublinhamos a posição de Canário, ao dizer que a EFA em Portugal necessita de uma política pública coerente e sistemática que englobe uma “visão humanista da educação e formação da Pessoa, do Cidadão e do Produtor” (CNE, 2020, p. 28). Posição essa, também defendida pelo CNE, que reitera uma “política pública de EFA global, continuada e sistemática” desde 1975 (CNE, 2020, p. 212). Após o diagnóstico é necessário pensar na conceção, implementação e sustentabilidade das medidas e existir uma efetiva ação que deve ser reavaliada e adaptada face às necessidades e desafios da época. É também necessário, de acordo com Melo (CNE, 2020, p.196), estabelecer prioridades nos investimentos, demarcar o campo de intervenção, selecionar finalidades, objetivos e orientações, bem como construir estruturas ao nível central e territorial.

Face ao supramencionado, a EFA enfrenta novos desafios, sendo que o principal será a mobilização dos adultos menos qualificados para a frequência das diferentes modalidades de formação a fim de se aumentar a sua escolaridade, especialmente nas regiões do interior, como defende Valente (CNE, 2020, p. 83). Para uma efetiva mobilização dos adultos tem de se apostar na sua motivação e arranjar estratégias para a não desistência ao longo dos percursos formativos, principalmente com públicos mais vulneráveis, como no caso da educação e formação de adultos em contexto prisional. Simultaneamente tem de se desenvolver sentimentos de autonomia e autorrealização aproveitando os conhecimentos que os formandos já possuem de forma a desenvolver ou aprimorar competências que lhes permitam responder aos desafios do quotidiano. Acreditamos, que no caso concreto do EPC, esta premissa encontra-se muito presente. De facto, a mediadora tem o cuidado de propor cursos que são procurados a cada momento no mercado de trabalho, bem como corresponder, tanto quanto possível, aos interesses particulares de cada um deles. Não obstante, quer os Referenciais de Formação, quer os formadores propõem tarefas que sejam análogas a situações da vida real, para uma melhor adaptação quando saírem em liberdade. Constitui ainda um desafio a rentabilização dos recursos financeiros e humanos e a aproximação das estruturas aos cidadãos, nomeadamente nas zonas do interior, onde a oferta formativa é reduzida, desajustada e distante para a população.

Para além do supra mencionado, importa ainda estabelecer novas parcerias, promotoras de uma transição da qualificação para contextos em que os formandos aplicam o que aprenderam. A título de exemplo, se porventura, um recluso adquiriu conhecimentos teórico-práticos na área de manutenção hoteleira ou de eletricidade, mas está sujeito a uma pena privativa de liberdade longa, esses conhecimentos tornar-se-ão obsoletos. Acreditamos que, especialmente, com este público alvo deveriam existir medidas que lhes permitissem continuar a praticar e/ou a adquirir novos conhecimentos, uma vez que concluído o nível de ensino o formando só poderá frequentar níveis de ensino superiores. Assim, se o formando adquiriu esses conhecimentos ao concluir o ensino secundário, não terá como atualizar esses conhecimentos ao longo do tempo.<sup>11</sup>

Por fim, o desafio dos *stakeholders*. Estes são fundamentais para adaptar a oferta formativa em função das necessidades do mercado de trabalho e proporcionarem oportunidades. Uma efetiva articulação entre os CQ e o tecido empresarial será fundamental para o sucesso da EFA em Portugal. Concretamente, na população reclusa, este pode ser um fator determinante na sua reinserção social e na prevenção da reincidência. Ainda no caso concreto dos estabelecimentos

---

<sup>11</sup> De ressalvar, que está previsto com as alterações legislativas decorrentes da última atualização a criação de cursos de nível 5, isto é, um nível acima do nível secundário. De momento, ainda não se encontram em vigor.

prisionais, consideramos premente a aquisição e acesso a meios tecnológicos para uma efetiva aprendizagem por parte deste público alvo. Entendemos que sem isso, o desenvolvimento de competências como a digital (presente no RCC) não será possível, sendo sua consequência uma maior dificuldade de reinserção e reintegração social. Efetivamente, a competência digital é considerada como indispensável para o século XXI e tão necessária como as competências de escrita ou leitura (*World Economic Forum*, 2015, p. 1). A título de exemplo, veja-se o caso de um recluso que se encontre muito tempo encarcerado e sem qualquer acesso à *Internet*, quando for libertado não saberá na prática como navegar para fins de pesquisa ou pelo menos não o saberá fazer de forma autónoma.

Concordamos com Lima, que salienta a necessidade de uma EFA que concorra para a “emancipação, autonomia e autogoverno dos cidadãos” (CNE, 2020, p. 205), ao invés de uma conformidade e sobrevivência a uma sociedade assente em ideais de desenvolvimento, modernismo, competição e crescimento económico. Ainda na mesma lógica, a EFA tem de estar ao serviço da humanização dos seres humanos e não ao do mero adestramento e doutrinação, levando à subserviência destes ao capitalismo, desumanizando os seres humanos (Lima, citado pelo CNE, 2020, p. 200).

Perguntamo-nos, por consequência, sobre qual será o papel do mediador na aplicação da educação e formação de adultos, em contexto prisional?

## **1.6. Mediação e o papel do mediador:**

O conceito de mediação surgiu nos Estados Unidos da América, na década de 70, na área de direito, com a necessidade de um consenso entre partes opostas na busca de uma solução que beneficiasse o interesse de ambas as partes. Ainda que o aprofundamento desta temática seja relativamente recente, existem autores para os quais o aparecimento deste conceito remonta ao antigo Egito. Como seria o caso da mediação de Moisés entre a ira de Deus e o povo egípcio. Há ainda autores que defendem o surgimento da mediação aquando do primeiro desentendimento entre os homens e onde o diálogo suplantou a guerra. Não nos parece que exista um consenso relativamente ao seu surgimento, mas parece-nos possível que ao longo da história da humanidade tenham existido inúmeros exemplos de mediação, nomeadamente aquando das guerras, disputas territoriais ou até mesmo em casamentos forçados, típicos das monarquias. Ainda que registando diferentes hipóteses para o aparecimento desta temática, parece-nos inegável a crescente

importância que tem vindo a ganhar nas últimas décadas, despertando o interesse da comunidade científica.

As práticas de mediação inicialmente ganharam especial relevo entre as organizações empresarias e posteriormente nas escolares e no campo social. Falar sobre a mediação revela-se, portanto, uma tarefa difícil, na medida em que representa uma temática muito abrangente e complexa, albergando em si várias dimensões como a liderança ou a gestão de que falaremos um pouco mais adiante. No caso da mediação educacional esta revela-se premente no que diz respeito às relações sociais ao invés de “ser apenas utilizada na gestão de conflitos”, uma vez que o mediador tem uma dupla função, se por um lado faz a ligação entre os formandos e a equipa pedagógica, por outro exerce a função de líder (Bento, A. & Fraga, N., 2015, pág. 32). Mesmo se, dentro do contexto educacional, se deva ter em conta o contexto educacional em meio prisional. Na nossa opinião, este será um dos contextos onde a mediação mais se revela necessária.

Conforme assinalam Francisco & Mendonça (2017, pág. 61), uma das dificuldades apresentadas pela equipa do CPJ na primeira reunião no EPC, foi a falta de motivação dos reclusos para regressar ao sistema de ensino, bem como a sua permanência nos cursos EFA. De forma geral, este é um dos problemas que mais assola os EP's em contexto escolar e que mais desafia o papel do mediador. Para estes formandos, de forma geral qualquer fator pode, de facto, afetar a sua assiduidade no curso, tal como pôde ser verificado ao longo do percurso de estágio. À exceção de alguns que revelaram um elevado nível de compromisso, só faltando por um motivo de força maior, como uma diligência policial ou uma ida ao médico, existem outros cujo dia a dia na formação pode revelar-se desafiante. Nestas situações, os motivos para faltar são vários, como o estado de espírito momentâneo, um problema familiar, ou a recusa da conceção de saídas precárias podem ditar a ausência ou, em última instância, a desistência do curso. Além do mais, o cumprimento de medida disciplinar ou o pedido de transferência de EP para um mais próximo da sua zona de residência, bem como trânsito para outro EP para idas a tribunal podem condicionar em grande medida a assiduidade dos formandos. Por último, devemos considerar os formandos cuja necessidade de apoio psicológico ou de problemas de saúde, que requerem mais idas à enfermaria, também exigem, por parte da equipa pedagógica, um esforço conjunto para que estes consigam acompanhar as sessões de formação. Uma das estratégias adotadas, no caso de o formando ter muitas faltas, passava por planos de recuperação elaborados pela equipa técnico-pedagógica, com supervisão da mediadora, de modo a conseguir que o formando possa ser validado às unidades de formação.

É perante este quadro que o papel do mediador se revela absolutamente fundamental, quer no regresso ao sistema educativo, quer no percurso e permanência do formando no mesmo. De acordo com Francisco & Mendonça (2017, pág. 62):

(...) o ensino em meio prisional, é atualmente perspectivado numa matriz ressocializadora e preventiva de reincidência, ao mesmo tempo que se insere no quadro das políticas nacionais de educação. Deve, por isso, o sistema prisional português, efetuar o encaminhamento prioritário de reclusos jovens ou iletrados para o cumprimento da escolaridade obrigatória, prestar apoio àqueles que têm necessidades educativas especiais e garantir o acesso dos reclusos estrangeiros a programas de ensino da língua portuguesa.

Ora, quando já em 1957, a ONU lançava as *Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros* se ditou a garantia de acesso à educação para todas as pessoas que se encontrassem em penas privativas de liberdade. A par desta invetiva, documentos como a *Declaração de Hamburgo* de 1997 vieram reiterar a mesma posição, bem como a sua “preocupação social e política subjacente à criação e dinamização de oportunidades de aprendizagem, direcionadas a indivíduos marginalizados e excluídos” (Francisco & Mendonça, 2017, pág. 62).

Para cumprir com esta matriz preventiva e ressocializadora, o mediador tem inevitavelmente de ser um líder, uma vez que influencia o grupo para atingirem objetivos comuns. Para o levar a cabo, dependendo da pessoa, situação e grupo, o estilo de liderança pode variar<sup>12</sup>. No caso concreto da mediação educacional e, em especial, no contexto prisional, as ações devem concorrer, especialmente, para a adoção de atitudes reflexivas, com vista à coesão do grupo (Silva, 2011, pág. 258). De facto, segundo a Portaria nº 283/2011, que regulamenta os cursos EFA, o mediador de cursos EFA assume como funções: “colaborar com o representante da entidade promotora na constituição dos grupos de formação, participando no processo de recrutamento e seleção dos formandos”, “garantir o acompanhamento e orientação pessoal, social e pedagógica

---

<sup>12</sup> Entre os estilos de liderança, contam-se o autoritário, liberal e o democrático. Enquanto que o primeiro toma as decisões e as impõe ao grupo, o liberal deixa todas as decisões ao critério do grupo sem exercer qualquer tipo de controlo ou pressão. O líder democrático por sua vez procura tomar decisões refletidas e em função de um interesse comum. Para além disso, procura a participação e diálogo de todo o grupo para alcançarem um consenso. É importante referir que o estilo de liderança vai variando de acordo com o grupo e o momento. O importante será, o mediador descobrir e escolher qual o melhor tipo em função de cada situação.

dos formandos;”, “dinamizar a equipa técnico pedagógica no âmbito do processo formativo, salvaguardando o cumprimento de percursos individuais e do percurso do grupo de formação”, “assegurar a articulação entre a equipa técnico pedagógica e o grupo de formação, assim como entre estes e a entidade formadora” (p. 4705). O CPJ, assume igualmente a responsabilidade pela “orientação e desenvolvimento no diagnóstico dos formandos, em articulação com os formadores da equipa técnico pedagógica” (Portaria nº 283/2011, pág. 4705). Isto significa que o mediador deve acompanhar o processo formativo de cada formando promovendo a aquisição e aprofundamento das suas competências adaptando o que for necessário para uma efetiva aprendizagem.

Importa ressaltar que, no caso concreto do EPC, alguns dos reclusos na qualidade de formandos que se encontram atualmente integrados nos cursos EFA, resultaram do apoio e incentivo por parte da mediadora e da técnica de educação que lhes é atribuída, enquanto que outros decidiram sozinhos. Em ambos os casos, o regresso ao sistema de ensino pode acontecer por diversos motivos, tais como o direito à bolsa financeira, ter uma ocupação, promover a reinserção social ou alcançar mais conhecimentos. Acreditamos que estas razões acabam por ser as mais comuns entre a comunidade reclusa, quando se trata de frequentar os cursos EFA, visto serem os motivos apresentados pelos formandos ao longo do estágio, nomeadamente na atividade em que foram inquiridos relativamente às expectativas para o curso, bem como as suas pretensões quanto ao mesmo. Os motivos apresentados são comuns às do estudo realizado por Francisco & Mendonça (2017, p. 67).

Se por um lado, o ingresso no curso parte direta ou indiretamente do interesse do recluso em inscrever-se, o papel do mediador revela-se particularmente importante durante o seu percurso formativo, bem como no prosseguimento de estudos. Cerca de metade dos inquiridos, no estudo levado a cabo por Francisco & Mendonça (2017, p. 68), revelaram que a inscrição escolar se deveu a “atitudes como o diálogo, o incentivo ou o apoio” do mediador. Não admira, pois, que, segundo os mesmos autores, quanto à continuação no curso, 86% dos reclusos afirmaram que o papel do mediador era muito importante. Entre outras, as razões mais apontadas passam pela ajuda do mediador na resolução de problemas, o sentimento de serem ouvidos e apoiados, em situações mais burocráticas como a justificação de faltas ou preenchimento de documentos, bem como o apoio na sua reinserção social. Foram ainda apontadas como principais características o facto de o mediador se interessar pelos problemas que afligem os formandos, procurar ouvir todas as pessoas, ser alguém positivo, assertivo, disponível e prestável. Acima de tudo, os formandos destacam o seu papel na motivação que incrementa nas pessoas e a adoção de diferentes estratégias



para que concluam o percurso formativo. No que respeita ao papel do mediador no desempenho das tarefas, foi unânime entre os reclusos a sua influência (Francisco & Mendonça, 2017, pág. 69). Tudo aponta para que possamos dizer que a influência do mediador varia ao longo do percurso formativo. Inicialmente não exerce grande influência na inscrição, durante o percurso formativo e a realização das tarefas a sua influência é absoluta e na prossecução de estudos e/ou permanência no curso, o mediador exerce bastante influência. Na grande maioria dos casos, os formandos que ponderaram desistir acabaram por não levar a cabo a sua desistência, segundo Francisco & Mendonça (2017, p. 72), contudo ao longo do tempo de estágio pudemos verificar que quando os formandos se encontram determinados em fazê-lo, convencê-los do contrário mostrou-se, em alguns casos, impossível. Em simultâneo, houve alguns formandos que manifestaram a sua intenção em desistir do curso e recuaram na decisão após a intervenção da mediadora. Esta intervenção passa, essencialmente e como supramencionado, pela adoção de estratégias individuais, juntamente com a restante equipa técnico-pedagógica para incentivar a conclusão do percurso formativo.

Por tudo o que foi referido, vemos que o mediador desempenha as funções de gestor simultaneamente com as de líder. Se por um lado, tem de assegurar o bom funcionamento e manutenção do espaço formativo, gerir os recursos de que dispõe de forma a alcançar os objetivos previamente definidos, bem como tratar de todos os procedimentos burocráticos, por outro, e em igual ou superior medida, tem de ser um bom líder. A liderança, ainda que com uma multiplicidade de funções, acreditamos que contém o maior número de variáveis comuns às diferentes definições atribuídas à liderança. Assim, para Francisco & Vieira (citados por Bento e Fraga, 2015, pág. 28) a liderança remete-nos para a “capacidade de alguém desempenhar o seu poder de modo a influenciar/mobilizar um determinado número de pessoas, para a realização de um projeto comum atingindo assim determinados objetivos”. Neste sentido, a liderança torna-se, no nosso entender, indispensável a todas as organizações, nomeadamente na definição da cultura organizacional que é preponderante e indispensável para o sucesso da organização. Uma liderança malsucedida poderá ditar o fim de uma organização. Daí que a figura do líder deva servir de exemplo de tal forma que o seu comportamento seja seguido pelos demais. O líder atua diretamente nas relações interpessoais e promove a motivação do grupo para alcançarem os objetivos, servindo os interesses do grupo acima dos interesses pessoais.

Tendo em conta as atribuições do mediador, e sendo que a orientadora local desempenhava estas funções, descrevemos de seguida as atividades realizadas no decurso do período de estágio.

## 2. Descrição das atividades realizadas

No decurso do estágio curricular foram realizadas várias atividades. Entre elas encontram-se atividades de observação, atividades em que colaboramos com a mediadora e/ou com os formadores e atividades, propostas sob supervisão da mediadora.

De forma a facilitar a sua descrição optámos por agrupá-las e categorizá-las. Importa referir que, por este motivo, poderão não se encontrar por ordem cronológica. Adita, que nem todas as atividades decorreram no tempo previsto e parte delas foram transversais a todo o estágio. De forma a consultar mais detalhadamente o trabalho desenvolvido encontra-se em apêndice o diário de bordo (Apêndice 1). Tal como já foi referido no ponto 1, a realização das atividades oscilou entre o presencial e o online, principalmente nas tarefas que requereram o uso de computador e acesso à *Internet*.

### 2.1 Acolhimento e integração

Ainda que possa não se assemelhar propriamente a uma só atividade, mas sim a um período, o primeiro momento de acolhimento aconteceu aquando da primeira reunião no EPC no dia 26/10/2021 e prolongou-se ao longo de várias semanas. Para nos receber estiveram presentes: Dra. Ana Elisa Santos, Diretora do CPJ; Dr. Carlos Salgado, Coordenador do Núcleo de Formação de Alcoentre e Centro Qualifica do CPJ e Chefe de Divisão da Aprendizagem ao Longo da Vida; Dra. Liliana Santos, técnica do Centro Qualifica (CQ); Dra. Olga Vaz, mediadora dos cursos EFA e técnica do CQ e Dra. Emília Machado, Técnica de Reeducação, que acompanha a formação no EPC. Esteve ainda presente o Professor Doutor Carlos Reis, na qualidade de docente e orientador de estágio da FPCEUC. Neste encontro, ficaram definidas como orientadoras de estágio a Dr.<sup>a</sup> Olga Vaz e a Dr.<sup>a</sup> Ana Soares, Gestora de Ações de Formação do CPJ, sob coordenação do Dr. Carlos Salgado. A reunião decorreu, sensivelmente, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Esclarecimento do trabalho desenvolvido pelo CPJ no EPC e funções da mediadora;
2. Interesses, motivações e expectativas relativamente ao local de estágio;
3. Delineação do Plano de Estágio: ficaram estipuladas algumas visitas ao Núcleo de Alcoentre de forma a enriquecer a experiência<sup>13</sup> do estágio curricular;
4. Constrangimentos do CPJ no desempenho das suas funções: os principais prendem-se com as questões burocráticas e com a dificuldade de adaptação das necessidades à oferta formativa;
5. Entrega de materiais: legislação, um estojo e uma caneta do CPJ.

---

<sup>13</sup> Contudo acabaram por não se chegar a concretizar. Consideramos após o começo do estágio e reflexão com a orientadora local, que no quadro de uma pós pandemia onde a formação atravessava inúmeras alterações, talvez o acompanhamento da formação não fosse tão frutífero, principalmente na tentativa de implementação de um projeto de intervenção. Nesse sentido, optou-se por estar “a tempo inteiro” no EPC.

Entendemos que importa, aqui, relevar quanto à reunião, a deslocação e disponibilidade da equipa do CPJ e da Dr<sup>a</sup>. Emília Machado, para nos receber, assim como o nível coordenativo com que o fizeram. Qualidades que se aplicam, também, ao apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido. Inclusive foram discutidas hipóteses de transporte aquando das visitas a Alcoentre.

As semanas que se seguiram foram, igualmente, dedicadas ao acolhimento e integração, onde se realizaram atividades como:

1. Conhecer as instalações do EPC e as instalações atribuídas ao CPJ enquanto entidade parceira, incluindo os espaços oficinais;
2. Os procedimentos e condutas a adotar durante o período de estágio;
3. Apresentações pessoais: técnicos de reeducação, guardas, direção, formandos e formadores;
4. Leitura de documentos/legislação para nos entrosarmos no trabalho desenvolvido pela mediadora.

De modo sucinto, importa referir que ter sido este um período de muito crescimento pessoal e académico onde repensámos, em grande medida, o valor que atribuímos à liberdade, à família, às relações interpessoais e a importância da dignificação humana. Foi um período de grande adaptação, visto que implicava cuidados com a indumentária, manter algum distanciamento físico dos formandos, bem como andar sempre acompanhados, independentemente da circunstância. A indumentária tinha de ser escolhida tendo em conta quer as características do local, devido à revista, quer às características do público-alvo. Isto é, devia pautar-se pela discricção e segurança. Foi, igualmente, imposto a proibição de fornecer quaisquer tipos de materiais de escrita ou outros aos formandos e nunca perder de vista o que levávamos. Por norma, apenas possuíamos o gel desinfetante, um estojo e o caderno. O restante era guardado à entrada nos cacifos, antes da revista. Todos estes procedimentos necessários implicaram cuidados redobrados no trato com os formandos e, conseqüentemente, mais tempo para conquistar a sua confiança. Consideramos essencial a adoção de uma postura de não julgamento, trato igual para com todos os formandos, distanciamento da natureza do crime, subjacente à condenação, dentro de um enquadramento de prática de escuta ativa. Enquanto espaço formativo, foi sublinhado pela mediadora que nos devíamos posicionar, primacialmente, perante pessoas na qualidade de formandos e não reclusos.

Toda a equipa foi extremamente recetiva e acolhedora à nossa presença e foi-nos permitido, logo no primeiro dia de estágio, conhecer todos os espaços oficinais. Sendo nossa impressão que estes se encontram bem equipados e que são uma mais valia para os reclusos, porquanto permitem a ocupação construtiva e formativa do tempo, com o acréscimo de um apoio financeiro. Além disso, é de extrema utilidade a aprendizagem de um ofício como a mecânica, serralharia ou estofaria para quando saírem em liberdade, possuírem mais competências e, quiçá, encontrarem trabalho na área. É de referir que encontramos algum contraste entre os espaços oficinais e o

espaço formativo do CPJ, como a presença de mais luz, trabalhos dos formandos afixados nas paredes ou salas organizadas e decoradas pelos mesmos, o que propiciava um sentimento de maior conforto. Segundo o que muitas vezes nos referiram, “é a única altura do dia que não nos sentimos enclausurados”. Isto indica que um melhor investimento nos estabelecimentos prisionais poderia permitir a continuação de obras de requalificação no EPC, de modo a garantir um mais cuidadoso equilíbrio entre a segurança e o respeito pela dignidade dos reclusos.

Por seu lado, no que respeita ao espaço formativo destinado ao CPJ, importa referir que, em nossa opinião, a ausência de *Internet* pode constituir uma forte limitação da aprendizagem. O formador pode planificar conteúdos em formato digital, garantindo a realização das atividades *offline*, contudo a navegação na Internet, tão importante hoje em dia, não é possível. Sabemos que tal acesso implicaria alguma vigilância e acesso limitado, contudo não deixa de ser necessário. Isto, revela-se particularmente importante no caso do curso de Operadores de Informática.

No que respeita à legislação, esta foi importante para dominar conceitos, processos e esclarecer dúvidas. Onde sentimos mais dificuldade foi no processo de RVCC, embora este ainda não esteja, para já, a ser desenvolvido no EPC e, como tal, não foi o foco principal do estágio. Efetivamente, trabalhou-se com os cursos EFA e em fases iniciais de seleção de candidatos para FMC, que serão descritos nos pontos 2.2.2 a 2.2.5. Ao todo foram acompanhados três cursos e assistiu-se ao término de outro. A formação concluída foi o Curso de Instalações Elétricas. Os restantes, foram os seguintes: Curso B2 – Operador de Manutenção Hoteleira; B3 – Operador de Informática e NS – Técnico de Refrigeração e Climatização.

## **2.2 Atividades burocráticas**

Nesta categoria decidimos incluir todas as atividades de colaboração com a mediadora, fosse por observação direta ou num contexto mais prático. À semelhança do que já foi referido, mas em particular neste tipo de atividades, grande parte foram das atividades foram realizadas online. As restantes ou foram iniciadas no EPC e terminadas online ou realizadas na sua íntegra no EPC. Passamos a descrever cada uma delas de seguida. A ordem pela qual se encontram pretende facilitar a compreensão do leitor.

### **2.2.1 Exploração do Catálogo Nacional de Qualificações e Análise dos Referenciais de Competências Chave**

O CNQ é um instrumento de gestão estratégica criado pelo Sistema Nacional de Qualificação para nível não superior, que regula as ofertas educativas e formativas de dupla

certificação (Portaria nº 781/2009), consoante as necessidades do mercado de trabalho. “Está organizado numa lógica de dupla certificação, integrando, para cada qualificação, um conjunto de referenciais de âmbito escolar e profissional, de acordo com os níveis do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ): o perfil profissional, o referencial de formação e o referencial de competências” (DGERT, 2021). A oferta formativa referida encontra-se de acordo com os níveis do QNQ, habilitando o formando ao nível 2 ou 4 de certificação profissional e conferindo o 6º, 9º ou 12º ano na vertente escolar. É um instrumento valioso e indispensável, porque toda a formação se encontra de acordo com ele.

Quando consultado e explorado o CNQ, importa saber onde nos dirigirmos, saber consultar os referenciais, escolher a via de acesso à qualificação, onde encontrar as características do curso ou quais os seus conteúdos e o perfil de saída. É ainda no sítio referido que se podem consultar os referenciais de formação.

A exploração do CNQ, enquanto atividade, pode parecer simples, mas poderá ser complexa se não soubermos na prática onde nos dirigirmos. Isto é, o CNQ já havia sido explorado aquando da Licenciatura em Ciências da Educação, mas nunca de forma tão aprofundada ou onde estivesse a ser aplicado e fossem esclarecidos os percursos formativos, as nomenclaturas, entre outros.

Foram ainda consultadas as UFCD de língua estrangeira, inglês e francês, visto que se entrevistaram os candidatos interessados. Os referenciais de formação são constituídos por UFCD, contudo estas poderão ser lecionadas de forma isolada, ora para adquirir conhecimentos, ora para concluir percursos formativos inacabados. Neste contexto, a participação passou, essencialmente, pela observação e aprendizagem da leitura dos referenciais e das diferentes vertentes da formação.

### **2.2.2 Listagens de pré seleção de candidatos**

Para que um candidato possa ser selecionado ou considerado apto, é feita a divulgação do curso EFA ou FMC pelas diferentes alas do EPC, durante um período de tempo que antecede a inscrição dos interessados. Estes entregam a ficha de inscrição ao chefe de ala que, por sua vez, a remete para a Dr<sup>a</sup> Emília Machado, enquanto educadora responsável pela formação. De seguida, a mediadora elabora uma pré listagem dos candidatos, onde são inseridos os dados dos interessados, como nome completo, data de nascimento, número de cartão de cidadão, entre outros. O passo seguinte será explicado no ponto 2.2.3.

A nossa participação passou, essencialmente, pelo acompanhamento do processo, bem como o preenchimento dos dados dos candidatos às três FMC referidas no ponto 2.2.1.

### **2.2.3. Entrevistas**

Preenchidas as listas de pré-seleção dos candidatos, procede-se às entrevistas dos candidatos. Como se trata de formação em contexto prisional, a mediadora antes das entrevistas consulta a plataforma SIGO (explicada de forma mais detalhada no ponto 2.2.5.) para aceder ao Passaporte Qualifica (PQ), onde consta o percurso formativo de cada pessoa, desde que inscrita. Em caso afirmativo, é atribuído um número SIGO. Assim, a pesquisa na plataforma poderá ser realizada por nome completo ou número SIGO. Para além de o PQ fornecer a formação já frequentada pelo candidato, permite também aferir se a UFCD a que se candidata já foi frequentada pelo mesmo. Em caso afirmativo, o candidato é automaticamente excluído. Para avançar, foi necessário, previamente, analisar o guião de entrevista, uma vez que a nossa participação passou pelo preenchimento do questionário durante as entrevistas.

Para além das perguntas que constituem o questionário, a orientadora procura saber se o recluso é reincidente, se tem apoio do exterior e qual o tempo estimado para o fim do cumprimento da pena. Estas questões são de extrema importância, no nosso entender, pois priorizam reclusos com maiores necessidades económicas e aqueles cuja pena privativa de liberdade remanescente ainda seja longa. No caso de o candidato estar próximo de sair em liberdade e for candidatado a um curso EFA de duração de dois anos, não será, por princípio, um candidato prioritário porque não terá a possibilidade de obter uma certificação total.

Importa salientar que os únicos candidatos automaticamente excluídos são aqueles cuja habilitação literária seja igual ou superior à equivalência que o curso oferece.

Numa segunda fase das entrevistas, parte dos candidatos já eram conhecidos pela mediadora ou já tinham frequentado algum tipo de formação com a mesma, pelo que se optou por realizar as entrevistas em grupo. Neste caso, foi distribuído o questionário e a nossa participação passou ora por ajudar os candidatos a preencher, ora realizar a entrevista na totalidade, para os candidatos cuja dificuldade de visão ou de escrita os impedia de preencher o questionário sozinhos.

### **2.2.4 Pesquisa dos contactos das escolas**

Durante as entrevistas, procurámos saber quais as habilitações literárias que o candidato possuía e onde foram obtidas. Caso o candidato se encontrasse registado na plataforma SIGO este procedimento ficava omissa, porque o certificado de habilitações encontra-se inserido na

plataforma. Em contrapartida, não havendo registos, eram consultadas as escolas por via telefone e email para obtenção do certificado.

O processo supra descrito, ainda que passando por uma atividade relativamente simples, em alguns casos revelou-se bastante complexa. Não raras as vezes, estes indivíduos perdem a noção do tempo, bem como de informações ou memórias da sua vida em liberdade. Nem sempre têm a certeza do nome da escola ou qual o ano de conclusão da formação. Nestes casos pede-se às escolas e/ou agrupamentos a estimativa do ano de conclusão e o intervalo de escolaridade referida pelo candidato. Foi ainda notório, que para muitos dos candidatos a escola não só foi abandonada, como ocorreu a meio de anos letivos e a experiência foi bastante negativa. Além disso, esta pode ser uma das etapas mais morosas, dependendo do tempo de resposta das escolas. Por vezes, os certificados não se encontram informatizados ou a sua produção é obstaculizada à reestruturação do ensino, as escolas passam a integrar agrupamentos, o que leva aos referidos constrangimentos burocráticos.

#### **2.2.5. Plataforma SIGO**

Como referido anteriormente, a mediadora tem o cuidado prévio às entrevistas de verificar se os candidatos já se encontram inscritos na plataforma e em caso afirmativo quais as suas habilitações, quer estas resultem de percurso escolar regular quer de percursos formativos alternativos. Através da Plataforma SIGO é possível consultar o certificado de habilitações do candidato, bem como os cursos EFA e FMC que este possua. É ainda através desta, que se pode obter o Passaporte Qualifica onde todas estas informações se encontram. Além de discriminar o percurso formativo, consta o ano de início ou de conclusão, o local e o técnico que inseriu os dados e encaminhou o candidato ao longo do tempo. Relativamente à conclusão podem aparecer certificações totais, parciais ou desistências.

Finalizado o processo de consulta da plataforma, entrevistas e contactos com as escolas, no caso dos formandos que não estão inscritos é apresentada pela mediadora a proposta de lista final. Esta, segue para a direção do EPC, para que seja aprovada. A aprovação depende da condição em que os reclusos se encontram, nomeadamente se são alvos de muitas medidas disciplinares, se porventura serão transferidos de EP e na generalidade qual o seu comportamento e opinião das técnicas de reeducação. Findada esta análise, os candidatos são selecionados para os cursos e, inscritos ou inseridos em cursos EFA na plataforma.

Por fim, importa ressaltar que as competências da mediadora passam por manter a plataforma atualizada no que respeita ao percurso formativo do formando e dos seus dados pessoais. Toda a restante manutenção e atualização da plataforma é da competência de outro órgão de gestão do CPJ.

### **2.2.6. Reuniões pedagógicas e mapas de controlo**

Salvo raras exceções, as reuniões por cada grupo/curso são, por regra, trimestrais. Tivemos oportunidade de assistir e até participar, na medida em que opinamos sobre algumas questões relativas ao período de observação decorrido até aquela altura<sup>14</sup>. Durante as reuniões pedagógicas é feito um balanço das atitudes e valores de cada formando, da sua atitude para com o grupo, o domínio dos conhecimentos previstos no referencial do respetivo curso, bem como a interação entre o grupo.

Caso haja algum formando com mais dificuldades na aquisição dos conhecimentos previstos no RCC ou que denote alguma dificuldade de adaptação, desinteresse, apatia, tristeza ou frustração é discutida entre a equipa estratégias de recuperação. No caso concreto das aprendizagens é elaborado um plano de recuperação, que passa por um conjunto de atividades e exercícios para o formando realiza fora das sessões de formação. Neste caso, também se poderá aplicar a casos em que o formando tenha muitas faltas. Importa ressaltar, que a equipa propõe, mas a orientadora tem de fazer um pedido formal para a sede aprovar e explicar os motivos pelos quais o formando deve beneficiar de plano de recuperação. Os mapas de controlo são posteriormente afixados nas salas para que os formandos possam consultar as suas “classificações<sup>15</sup>” e debaterem com a mediadora e restante equipa formas de superação.

Pelo que observámos, estamos crenes que o afixamento dos mapas de controlo constitui um bom instrumento de motivação. Os formandos criam uma competição saudável, onde cada um se quer destacar e obter uma classificação mais favorável. Contudo, também reconhecemos a influência da desejabilidade social.

---

<sup>14</sup> Por essa altura, já teriam decorrido alguns meses desde o início do estágio, pelo que já se conheciam os grupos e os formandos individualmente.

<sup>15</sup> Os cursos EFA têm apenas avaliações qualitativas, pelo que existem balanços de competências ao invés de testes de avaliação, sessões de formação ao invés de aulas e grupos de formação no lugar de turmas. Assim, as classificações referidas encontram-se na escala de muito fraco a muito bom.



### **2.2.7. Preenchimento dos registos biográficos dos formandos**

Os registos biográficos, constituem um importante documento e chegam ao EPC diretamente da sede de Alcoentre. É um documento único emitido em nome de cada formando, sendo que o restante cabeçalho deve ser preenchido pelo mesmo, atividade essa na qual colaboramos. É inserida a morada, data de nascimento, entre outras informações. Nesse documento constam, todas as unidades de competências das áreas de competência-chave do curso e cada formador deve atribuir a classificação de “validado” ou “não validado”. Posteriormente, quando todos os formadores já concluíram o preenchimento, atribuíram a classificação e assinaram, os documentos são enviados para a sede de Alcoentre. Aqui, são processadas as classificações e são atribuídas classificações parciais ou totais. No caso, de a certificação ser parcial o formando pode ser encaminhado para outra modalidade de formação, com vista à conclusão do percurso formativo.

### **2.2.8. Horários dos cursos mensais**

A elaboração dos horários dos cursos era uma atividade realizada mensalmente, mas sujeita a alterações ao longo do mês. As alterações poderiam ser mais ou menos frequentes consoante as necessidades, fosse por encerramento pontual do espaço formativo, fosse por impossibilidade de comparecimento de algum formador.

Primeiramente, assistia-se à elaboração dos horários, mais tarde colaborou-se com a mediadora na realização dos mesmos. Para tal, fazia-se a contabilização das horas dadas e das que se encontravam em falta. Era importante fazer este balanço para que os cursos tivessem a mesma duração aproximada. Os horários eram, de seguida distribuídos pelas salas e enviados por email à Sra. Subdiretora do EPC, para serem distribuídos pelos guardas. De forma a facilitar o processo, sempre que finalizados eram impressos dois horários e entregues aos guardas responsáveis por chamar os cursos que em cada manhã ou tarde tinham formação.

### **2.2.9. Folhas de presença**

A gestão das folhas de presença, foi das atividades que absorveu mais o nosso tempo e esforço. Estas teriam que ser impressas de acordo com o formador e módulo ou unidade e respetiva designação. No caso da formação tecnológica tratar-se-ia do módulo, no caso da formação de base consistia na unidade de formação relativa a uma determinada área de competência chave. Estas eram colocadas nos dossiers das salas de formação e pelo menos duas vezes por semana recolhidas, verificadas e organizadas. A cada sessão (manhã ou tarde) correspondia uma folha. No fim de

recolhidas verificava-se se estas se encontravam de acordo com o horário previamente definido (quer no dia, quer no período da manhã ou da tarde) e se a transição das horas se encontrava correta. De forma sucinta, quer o módulo quer a unidade são compostos por 25 ou 50h e o formador deve indicar em cada folha com quantas horas transitou e com quantas acabou nessa sessão. Por exemplo, um módulo de 50h que tenha início numa sessão, o formador deverá colocar que transitaram 0h e após as 3h de sessão irão transitar 3, na próxima colocará que transitaram 3 e que nessa sessão perfaz um total de 6h e assim sucessivamente até ao término do módulo. Além disso, os sumários têm de ser verificados, bem como as faltas dos formandos e se estes as justificaram. Além disso, os sumários têm de ser verificados, bem como as faltas dos formandos e se estes as justificaram.

No final, todas as folhas têm de ser ordenadas por data, verificada a transição de horas, assinaturas dos formandos, formadores e mediadora bem como “trancados” os nomes dos formandos que não se encontrem nos cursos. Os motivos poderão passar por não terem chegado a integrar o curso, desistência, transferência de EP, motivos de saúde, saída em liberdade ou expulsão. Por fim era preenchida uma folha em que se indicava o número total de folhas de cada curso, o número de justificação de faltas e caso necessário indicava-se o número e tipo de outros documentos que se encontrassem juntos. Esta folha era preenchida para cada curso e deveria ir no início.

Inicialmente, acompanhamos o processamento das folhas e com a evolução do período de estágio passamos a colaborar nesta atividade. Importa referir durante os primeiros meses, aquando da conclusão desta tarefa digitalizávamos as folhas dos três cursos para posterior envio via email pela mediadora e conseqüentemente processados em Alcoentre para pagamento das bolsas aos formandos. Numa fase final do estágio, com a transição para a nova plataforma do CPJ escrevíamos os sumários a computador e inseríamos as faltas a computador. De ressaltar que as folhas originais eram posteriormente enviadas para Alcoentre, onde são arquivadas.

#### **2.2.10. Justificação de faltas**

Por norma, os formandos quando faltavam pediam a justificação de faltas, que inicialmente observávamos e que ao longo do estágio passamos a ajudar a preencher. Na eventualidade de o formando não o fazer quando nos aproximávamos do final do mês e se verificavam todas as folhas de presença e as respetivas justificações de faltas, o(s) formando(s) poderiam ser chamados pela orientadora para verificar se necessitavam de justificar alguma falta e o porquê de terem faltado.

No caso de o formando ter ido à enfermaria, serviços psicológicos ou outro serviço dentro do EP traziam consigo um papel escrito e assinado para entregarem. No caso de alguma diligência policial traziam a carta e no caso de estarem a cumprir medida disciplinar os colegas informavam a mediadora e a informação era confirmada com a técnica de reeducação.

Antes de os documentos serem enviados para Alcoentre, todas as propostas de faltas eram discutidas com a Dra. Emília Machado, técnica de reeducação responsável pela formação no EPC e devidamente aceites e justificadas. Todas as justificações que sejam aceites até aqui e validadas em Alcoentre são consideradas justificadas remuneradas, à exceção das faltas que resultem de cumprimento de medida disciplinar que são classificadas como justificadas, não remuneradas.

Nos casos em que uma falta não seja justificada atempadamente é da competência da mediadora em conjunto com o formando o preenchimento de requerimento para retificação de bolsa no mês seguinte com a respetiva justificação de falta anexada.

#### **2.2.11. Requisição e verificação de material**

Ao longo do período de estágio desempenhamos funções como: contabilização das quantidades de cada material; receção e verificação de material; confirmação de faturas; requisição de material. O material em causa passou por produtos de limpeza; desinfetantes; materiais de escrita para os formandos; vestuário do CPJ para as aulas práticas e material de aplicação na formação tecnológica como tintas, madeiras, material de eletricidade, etc.

#### **2.2.12. Contabilização das horas dos formadores**

Como referido anteriormente a contabilização das horas dos formadores era uma parte importante na construção dos horários, mas não só. Os cursos são regidos por referenciais e são discriminadas as horas de formação quer de base quer a tecnológica. É ainda referido o período aproximado de duração dos cursos. Neste sentido, é da competência da mediadora ajustar o número de sessões semanais em função da disponibilidade dos formadores e das que necessitam de ser dadas.

Assim, no que se trata da formação de base, esta é assegurada por professores da Escola Eugénio de Castro, que se encontrem a dar aulas no EPC, na qualidade de formadores. Nestes casos, há que ter em conta o calendário escolar, nomeadamente o período de férias destinado aos professores. Não obstante, não é desejável a existência de muitas sessões na mesma semana, como

também não seria muito viável um intervalo muito grande entre elas, de forma a que os formandos possam inteirar-se dos conhecimentos aprendidos sem os esquecerem.

No caso da formação tecnológica, dependendo do número de horas previstas, que varia de acordo com o nível de ensino e sendo que existem formadores a dar formação em mais do que um EP, é importante articular as horas para que não ocorra o referido na formação de base.

### **2.2.13. Arquivo de documentos**

Esta foi uma das tarefas, igualmente, desempenhada durante o período de estágio.

## **2.3 Atividades práticas**

Ainda que muitas das atividades anteriores possam ser consideradas práticas consideramos que deveriam encontrar-se numa categoria diferente, uma vez que representam atividades mais colaborativas, ao invés das que serão apresentadas de seguida que foram realizadas na íntegra, ou praticamente na íntegra por nós. Importa referir que para a sua aplicação foram sempre realizadas leituras e análise prévia de documentos para a sua concretização e debate de ideias prévio com a orientadora local. Dependendo das atividades, estas também iam sendo discutidas com o orientador de faculdade, isto é, as atividades diretamente ligadas ao projeto de intervenção eram na íntegra discutidas e planeadas com o orientador de faculdade, enquanto que as restantes não.

### **2.3.1 Temas de vida<sup>16</sup>**

O tema de vida constitui uma atividade integradora que é desenvolvida ao longo do curso e que deve ser transversal às diferentes ACC e formação tecnológica. Neste sentido, deve adequar-se aos objetivos e competências previstas no RCC, bem como ser atual e útil. Deve ser desenvolvida na formação de base e formação tecnológica. A nossa participação passou pela procura de possíveis temas de vida que refletissem as competências a desenvolver e fossem atuais. Para tal procurou-se um conjunto de temas e subtemas, imagens, vídeos e dados estatísticos.

A conclusão desta atividade acabou por não acontecer, primeiramente, porque deve ser desenvolvida ao longo dos dois anos de curso e porque deve ser concretizada em todas as áreas de competência chave, ou seja, além do Aprender com Autonomia, ACC onde mais colaboramos.

---

<sup>16</sup> O tema de vida encontra-se previsto no RCC do nível básico, enquanto que o nível secundário pressupõe o PRA.

Além disso, devido ao número limite de sessões a que a mediadora se encontra sujeita, acabamos por centrar mais a nossa atividade no projeto de intervenção.

Por fim, o tema de vida acabou por ser adaptado e nenhuma das ideias propostas inicialmente avançou. Optou-se por desenvolver um tema transversal aos cursos de nível básico, como os jogos educativos adaptados à necessidade de manter um corpo são em mente sã, algo a que os formandos dão muita importância e onde o curso de Operador de Informática pode desenvolver atividades diversas. Já o curso de Operador de Manutenção Hoteleira fará uns “botões” para que possam jogar em equipas, de forma semelhante ao concurso “Quem quer ser milionário”.

### **2.3.2 Check list com os módulos dos formandos**

De forma a facilitar o acompanhamento por parte dos formandos, foi elaborada uma *check list* onde poderiam verificar os módulos dados e em falta.

### **2.3.3. Limpeza dos espaços**

No que respeita à limpeza dos espaços, à exceção do local onde a mediadora trabalha, as salas eram limpas pelos formandos e os espaços comuns eram distribuídos pelos grupos. Pelas particularidades que um estabelecimento apresenta, os formandos eram acompanhados na limpeza das salas e os produtos de limpeza entregues e verificados no final. Habitualmente o espaço formativo era limpo uma vez por semana e competia-nos assegurar que tudo decorria na normalidade.

### **2.3.4 Dossiers dos formandos**

Visto que nem todos os formandos se encontram na mesma faixa etária ou com a mesma facilidade em acompanhar a sessão, ficamos incumbidos de verificar os *dossiers* dos formandos e organizá-los devidamente nos casos em que tal não acontecia. De facto, para os formandos com menor capacidade de organização este é um dos fatores que mais os incomoda no acompanhamento das sessões, uma vez que acabam por se sentir “perdidos”.

### **2.3.5 Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA)**

Em contexto de PRA, que se encontra previsto nos cursos de nível secundário, para obtenção do 12º ano, estivemos presente na sua explicação aos formandos. Em que consiste, quais os objetivos e a sua elaboração. Como o seu nome indica é um Portefólio Reflexivo de Aprendizagens e nele são incluídos os balanços feitos pelos formandos às diferentes unidades de

competências, bem como a sua história de vida. Esta última, poderá ser mais ou menos desenvolvida consoante o nível de conforto dos formandos, contudo deve conter o período desde a infância até ao presente, ou ao momento em que entrou em reclusão. Deve ainda, tanto quanto possível refletir sobre as aprendizagens que o curso lhe proporcionou e qual o impacto na sua vida. Assim, ao longo das semanas acompanhamos o seu progresso, ajudamos na correção de erros, na estrutura e alinhamento, uma vez que uma das dificuldades que apresentaram foi a capacidade de escrita com um raciocínio organizado. Para além disso relembramos conceitos práticos de *Word* para que os formandos fossem autónomos na transcrição da sua história de vida. Como exercício formativo, escreviam nas respetivas celas a história de vida que era revista com sugestões de melhoria. Nos casos dos formandos com mais dificuldade ou menos conforto optamos por ir fazendo pequenas questões e foram escrevendo ao longo das sessões. Além disso, fizemos a recolha das imagens que cada um gostaria de colocar no seu PRA, desde brincadeiras de infância, fotos dos locais onde nasceram, a escola que frequentaram, *hobbies* que tinham no exterior, comida preferida, entre outros. Depois, seleccionámos um conjunto de fotos e respetivas referências e foram mostradas ao grupo. Por fim, cada um escolheu as fotos com que gostaria de ficar, qual o significado que tinham para si, bem como curiosidades dos locais e comida típica das suas terras natais. Consideramos que esta foi uma atividade muito significativa, na medida em que constituiu momentos de partilha entre os formandos, lembrou-os do mundo exterior e permitiu que se dessem melhor a conhecer. Este último motivo acaba por ser o mais importante, uma vez que o pensamento que impera em contexto prisional é a de que não podem confiar em ninguém e que não é possível fazer amizades. Logo, esta abertura acaba por ser um momento raro e onde se ficam a conhecer melhor.

### **2.3.6 Filme “Tempos Modernos”**

No âmbito da ACC “Cidadania e Empregabilidade” com o B2, um dos temas a abordar trata-se da saúde mental. Neste sentido, foi-nos pedido a visualização do filme e a seleção de trechos que pudessem resultar com o tema. Os excertos escolhidos foram os que diziam respeito aos comportamentos repetitivos característicos da industrialização, o direito à greve, a substituição do ser humano pelas máquinas. Através do filme pode ser discutida a importância que a tecnologia exerce hoje em dia no nosso dia a dia, de que forma esta é prejudicial e a importância da saúde mental, quais as suas desvantagens e consequências. De ressaltar que os vídeos foram convertidos em formatos compatíveis com os programas do computador da sala de formação.

### **2.3.7 Lombadas para os dossiers de PRA**

Para criar hábitos de gestão e organização, aos formandos do nível secundário foi atribuído um *dossier* para o PRA e outro para a restante formação. Algo em que reparamos foi a importância que atribuem aos pequenos pormenores, nomeadamente as folhas coloridas, uma caneta de cor e as lombadas dos *dossiers* não são exceção. Assim, a pedido da mediadora foram impressas umas lombadas personalizadas. É, no entanto, importante referir que todas estas tarefas, vulgarmente rápidas e simples, em contexto prisional são mais demoradas. Esta simples atividade implica por exemplo, fazer a gestão de stock para que todos tenham 2 *dossiers*, caso não dê tempo a realização das lombadas é feita no exterior e só são levadas no dia seguinte. Além disso, ou se aguarda por uma nova sessão de PRA para que as concluam ou tira-se o tempo necessário para o seu término de uma outra sessão. De facto, sempre que é necessária a intervenção por parte da mediadora pode ocorrer a interrupção das sessões pelo tempo necessário. Normalmente, a mediadora procura fazê-lo nos intervalos.

### **2.3.8 Apresentação na aula do Mestrado em Ciências da Educação**

A convite do Professor Doutor Carlos Reis, na qualidade de docente e orientador de estágio, apresentámos o trabalho desenvolvido no EPC durante o estágio. Foram convidados a estar presentes a Dra. Olga Vaz na qualidade de mediadora e orientadora local e o Dr. Carlos Salgado, enquanto Coordenador do Núcleo de Formação de Alcoentre e Centro Qualifica do CPJ e Chefe de Divisão da Aprendizagem ao Longo da Vida. A apresentação foi elaborada sob supervisão e correção da Dra. Olga e apresentada no dia 20 de maio de 2022. Ainda que não tenha corrido como previsto, pela baixa adesão dos alunos, visto coincidir com as festividades da Queima das Fitas, o balanço foi muito positivo, na medida em que se pôde explorar melhor a formação em contexto prisional (Apêndice 2).

### **2.3.9 Atividades no âmbito do AA**

O AA, habitualmente, é dinamizado pelo/a mediador/a e no caso do EPC não é exceção. Como referido anteriormente fomos acompanhando os diferentes cursos em geral e um dos grupos em particular, uma vez que acompanhar todas as turmas seria mais difícil para os conhecer e propor qualquer tipo de intervenção em cada um. Foi claro, a diversidade de membros entre cada grupo e a heterogeneidade entre os diferentes grupos. Assim, foram realizadas atividades de PRA com o grupo de nível secundário e atividades no âmbito do AA com os grupos de nível básico, B2 e B3, sendo que o B3 foi o grupo acompanhado mais de perto. À semelhança da descrição das restantes

atividades, a descrição que a seguir se apresenta não obedece a uma ordem cronológica concreta, podendo ser consultada de forma mais detalhada no diário de bordo (Apêndice 1).

#### **a) AA com o B2**

Inicialmente fomos observando o trabalho da mediadora, uma vez que este era o grupo que se revelava mais problemático, devido a conflitos interpessoais e à saída de alguns membros. Aquando do surto no EPC, alguns dos conflitos intensificaram-se devido ao estado de espírito dos formandos. Neste sentido, parte das sessões às quais assistimos e onde não tivemos grande intervenção foram dedicados à importância da comunicação, à resolução de conflitos e à troca de perspetivas entre os formandos. Posteriormente passamos a colaborar nas atividades, nomeadamente na aferição dos motivos pelos quais os formandos tinham dificuldades em se concentrarem, bem como os diferentes estilos de comunicação.

Onde, de facto, colaborámos foi no planeamento de 2 a 3 sessões em que procurámos abordar o tema “Ambiente” na vertente das alterações climáticas e as consequências para a nossa saúde. Assim procedemos à pesquisa necessária e procuramos abordar conceitos teóricos, dados estatísticos, mas também atividades mais práticas (Apêndice 3). Foi visível que os formandos não se mostraram muito recetivos à componente mais prática, como as soluções que apresentariam para a reflorestação da Amazónia ou como salvariam as abelhas revelaram muito mais interesse.

A sessão seguinte foi dedicada igualmente ao ambiente, mas na vertente dos mitos e verdades da reciclagem, de que forma eles praticavam algum destes comportamentos em ambiente prisional, se tinham alguns cuidados e de que forma consideravam que poderíamos mudar enquanto sociedade e a nível planetário para combater as alterações climáticas e, consequentemente salvar o planeta Terra. A nível de resultados, foi a sessão mais interessante e o debate que se gerou altamente produtivo. Inclusive foram levantadas novas questões. Foi possível verificar que apesar de ser um tema relativamente comum, os formandos tinham muitas crenças erradas no que respeita à separação dos lixos e vários mitos que tinham como verdades.

#### **b) AA com o B3**

À semelhança do grupo anterior procuramos observar a dinamização de algumas sessões e posteriormente intervir nas mesmas, fazendo inclusive os planos de sessão e respetiva dinamização, sempre sob supervisão da orientadora local.



As atividades realizadas no âmbito das comunidades de reflexão serão descritas somente no ponto 3, visto fazerem parte da proposta de intervenção.

A primeira sessão teve em vista o levantamento dos motivos pelos quais se candidataram a um curso EFA. Obtiveram-se as seguintes respostas, que poderão não se encontrar necessariamente por ordem, visto resultarem da ordem decidida pelo grupo e não porque cada um individualmente:

- 1) Conclusão do 9ºano de escolaridade
- 2) Relembrar conhecimentos (formais e não formais)
- 3) Alcançar objetivos/Realização pessoal
- 4) Adquirir novas competências
- 5) Obter bolsa financeira
- 6) Expectativas profissionais futuras
- 7) Ocupação

Ainda na mesma sessão, realizou-se uma atividade de grupo que consistia em identificar características positivas nos colegas, visto que o curso teria começado há cerca de dois meses. Foi possível identificar uma grande sintonia e conhecimento mútuo. Foi ainda pedido a cada um que escrevesse uma característica sua que considerasse ser igualmente positiva. A atividade pretendia analisar o grau de conhecimento entre os formandos e aferir o autoconceito de cada um deles. Contudo, a tarefa revelou-se mais difícil quando se tratou de escrever uma característica sua. Na opinião da maioria dos formandos, consideram nem fazer sentido a procura de algo positivo, porque a prisão os mudou e o seu foco é apenas no negativo.

Em novembro, foram realizadas atividades com vista à redecoração da sala, de forma a estar mais 5 pessoas de acordo com os formandos e os seus gostos. Por norma, cada curso tem a sua sala de formação, ainda que possam existir situações pontuais em que troquem. Teve como principais objetivos conhecer os formandos, tornar o ambiente mais acolhedor e promover a cooperação, relações interpessoais e criatividade. As imagens que se recolheram para decorar as janelas variaram desde gastronomia, fotos dos seus locais de residência, futebol e monumentos importantes de Coimbra. Ainda que em papel, esta foi uma atividade que permitiu conhecer cada um deles mais detalhadamente, cooperarem entre si, darem a conhecer os seus locais de residência e recordar atividades ou alimentos que habitualmente usufruíam no exterior.

Posteriormente, outra sessão foi dedicada ao levantamento das razões pelas quais os formandos têm dificuldades de concentração, recorrendo à passagem de um questionário (anexo 4) e de seguida a um exercício prático. O “exercício dos 3 minutos”, que consistiu em distribuir por cada formando uma folha com um conjunto de instruções, sendo que a primeira implicava ler

a folha até ao fim e apenas colocar o seu nome (Anexo 5). Quem ignorasse esta instrução, fazia todas as tarefas até ao fim, onde finalmente se apercebia de que errara. Todos os formandos completaram a tarefa sem sucesso. Assim, propôs-se a analogia com as suas vivências e com a influência que as mesmas tiveram na sua reclusão. Desta forma, debateram-se temas como não julgamento à primeira vista, influência de más companhias, nem sempre se prestar atenção ao que nos rodeia, agir por impulso e ser precipitado, bem como a importância de não seguirmos os exemplos de alguém apenas porque as vimos a fazer algo.

Já em fevereiro, realizou-se uma sessão dedicada à escuta ativa. Aqui, o objetivo seria concretizá-la nos moldes das comunidades de aprendizagem. Como não foi possível, a estrutura da sessão encontra-se no Apêndice 4. De seguida, ao concluírem a tarefa obtinham uma pista. As pistas consistiam nos princípios da escuta ativa (Apêndice 5). No final, o grupo em conjunto deveria juntar as pistas e chegar à palavra escuta ativa através da junção de letras simples. Depois, foram explicados os princípios, qual a sua importância e em que contextos sentiram que os aplicaram e em que momentos acharam que alguém falhou com eles neste sentido. Procedeu-se, ainda, à passagem de um questionário para compreender os motivos pelos quais os formandos têm dificuldades em concentrar-se (Anexo 4) e se aplicam os princípios da escuta ativa. Os principais resultados indicam que os seis formandos gostam de ser ouvidos quando falam, mas nenhum deles aplica os princípios da escuta ativa quando se encontra na qualidade de recetor da mensagem. Assim, seguiu-se um pequeno debate sobre a importância da escuta ativa e de que forma poderiam começar a aplicá-la.

Em março, abordamos o tema da infância, quais as memórias mais felizes e de que forma os marcaram. A partir daí gerou-se um debate, onde os formandos se confrontavam com a pergunta “Somos realmente seres racionais? Se sim de que forma? Conseguimos sê-lo sempre?”. Uma das partilhas dos formandos, foi especialmente importante. O seu maior medo era a prisão e a sua maior fraqueza a família. Referiu que, pelos seus familiares acabou por concretizar-se o seu medo mais tenebroso e como esse erro ainda o prejudica. Assim, considera que a emoção por vezes supera a razão e tal implica consequências severas e a presença da culpa para o resto da sua vida. Segundo o mesmo, a afetividade sobrepor-se à razão também pode resultar de influência externa, como por exemplo as pessoas com quem se relacionam. Foi ainda discutida a influência do meio prisional nas suas formas de perceber a vida, bem como dos seus comportamentos. Dos seis formandos, apenas dois consideram não terem sido influenciados pelo meio prisional. Contudo, referem a dificuldade que sentem em manter-se à margem de todos os acontecimentos que se

passam em meio prisional. No seu entender, na situação em que se encontram o que impera é o instinto de sobrevivência e a adaptação.

Relativamente ao grupo de OMH, fizeram-se atividades como o preenchimento de questionários relacionados com o seu tipo de comunicação, capacidade de concentração, e atividades relacionadas com a saúde no trabalho e o meio ambiente. Quanto a estas últimas, apresentaram-se dados estatísticos e fizeram-se atividades práticas (Apêndice 3).

## **2.4 Outras atividades**

### **2.4.1 Cerimónia de comemoração dos 120 anos da entrada dos primeiros reclusos no EPC<sup>17</sup>**

A cerimónia de comemoração dos 120 anos da entrada dos primeiros reclusos no EPC decorreu no dia 25 de novembro de 2021 e contou com a presença do Sr. “Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, do Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra e do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais” (DGRSP, 2021).

As principais conquistas a referir são o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo CPJ e a sua importância para a reinserção social dos reclusos, bem como a celebração de um protocolo entre a DGRSP e o Município de Coimbra, com vista à empregabilidade de reclusos nos serviços de jardinagem, limpeza urbana e manutenção.

Não constituindo, propriamente, uma atividade, foi importante colaborar na receção dos convidados e visitar o espaço formativo do CPJ. O mais importante, no nosso entender, foi a ênfase colocada na importância da aposta na formação para uma efetiva reinserção social e consequentemente na prevenção da reincidência.

### **2.4.2 Atendimentos**

Uma das atividades em que mais participamos, inicialmente através da observação direta, mais tarde de uma forma mais ativa, foi o atendimento aos formandos. Durante o tempo decorrido no EPC, esta foi possivelmente a ação que mais tempo tomou. Consistia no que o seu nome já indica, os formandos procuram a mediadora de forma a expressarem as suas inquietações, para desabafar, pedir ajuda ou procurar soluções. Os atendimentos nunca eram previamente definidos e poderiam ocorrer a qualquer altura, desde que a mediadora estivesse disponível. Para além disso,

---

<sup>17</sup> Poderá consultar aqui a notícia: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Noticias-da-DGRSP/120%C2%BA-anivers%C3%A1rio-da-entrada-dos-primeiros-reclusos-no-EP-de-Coimbra>

não tinham nenhum tipo de delimitação de tempo, podendo variar entre uns breves minutos a longos períodos. Acreditamos que esta é uma das estratégias que melhor resulta com os formandos e que mais os tranquiliza. Consideramos ser uma mais valia, ainda que em contexto de estágio curricular, por vezes, tenha afetado o rendimento de outras atividades, na medida em que não raras as vezes dependendo da altura, o tempo poderia ser ocupado exclusivamente com os atendimentos. Contudo, foi possível verificar que no decorrer do estágio, os formandos foram ficando mais recetivos à nossa presença e incluíam-nos no atendimento. Foi sem dúvida, uma mudança muito gradual, mas igualmente positiva.

### **2.4.3 Webinar**

No decorrer das alterações legislativas a Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos (APEFA) organizou um *Webinar* de esclarecimento de dúvidas. O seu certificado de participação encontra-se em anexo (Anexo 6).

## **3. Projeto de intervenção: Comunidades de Reflexão**

“ The question is whether incarceration should be primarily about making people pay for their mistakes, punishing them and excluding them from society; or whether it should be about giving them a second chance, forgiving them their criminal deeds, building their qualities as responsible citizens and useful community members and supporting their personal development and their self-esteem.” (Torrijo & Maeyer, 2019, p. 673)

### **3.1 Fundamentação do projeto:**

“A prisão é conhecida como “escola do crime”, todavia consideramos que todos ficaríamos a ganhar se a prisão assumisse a versão de “escola para a vida”.” (Gabriel, 2007, p.11). Para (Torrijo & Maeyer, 2019 p. 673), a educação prisional requer uma abordagem holística, mais do que em qualquer outro contexto.

A educação, enquanto direito, é um instrumento de emancipação e mudança, tem um carácter transformativo e é através dela que o indivíduo se torna pessoa. Somos fruto das interações e experiências vividas e os nossos valores dependem igualmente do contexto em que nos encontramos inseridos. Assim, a principal antinomia educacional com a qual nos vimos

confrontados, é a que opõe o imperativo de salvaguardar as características dos formandos, com as suas necessidades e tendências face à, eventual, necessidade de corrigi-las e procurar mudá-las.

Se por um lado se defende que toda a educação deve ser neutra e não servir interesses de grupos específicos, nomeadamente no que respeita à religião, política e crenças sociais, por outro não é menos verdade que os decisores educativos ao organizarem a educação têm necessariamente de fazer uma seleção dos valores e assuntos a abordar. Neste sentido, os educadores fazem a interpretação dos valores presentes nos normativos e selecionam quais os que devem ter maior ênfase. Contudo, é necessário considerar a interpretação pessoal que cada formando faz tendo em conta as suas especificidades e experiências anteriores. Podemos por isso dizer que atendendo a que uma das funções da educação é a socialização e que esta remete para o processo através do qual um indivíduo se inteira de modos de fazer e de ser que perpetuam uma determinada cultura e valores numa sociedade, os decisores têm de ser subjetivos e nesse sentido, os cidadãos sabem o que é expectável deles enquanto membros da comunidade, cultura e sociedade em que estão inseridos. Sendo que, no caso concreto das pessoas que se encontram privadas de liberdade os valores pelos quais se regiram até à entrada em meio prisional não estavam de acordo com os valores que nos regem, é necessário aproveitar o tempo carcerário para os alterar ao invés de perpetuar.

Por outro lado, e atendendo à finalidade utópica da educação, que é a da perfectibilidade humana e emancipação dos indivíduos (subjetivação) pressupõe-se que a educação não se restrinja a determinadas ideologias, crenças ou religiões que beneficiam determinados grupos específicos e que na maioria das vezes permite a manutenção de um *status quo* nas classes dominantes.

Atendendo ao supramencionado, é necessário existir um equilíbrio e procurar pautar os indivíduos dos valores que regem a nossa sociedade, bem como dar-lhes liberdade para serem como pretenderem.

De notar, que atualmente se assiste a uma tentativa de educação extremamente ideológica principalmente através dos meios de comunicação e da seleção de notícias a que temos acesso, principalmente a população reclusa ao constituir o principal meio de acesso ao exterior. Importa, por isso refletir sobre os que nos apresentam, considerar diferentes perspetivas. No que respeita aos valores, no nosso entender estes começam a ser invertidos de forma a servir sociedades que procuram cada vez mais o retorno económico, em vez de dotar os seus cidadãos de conhecimento e desenvolver o seu potencial humano.

Para alterarmos os padrões sociais destes indivíduos necessitamos de uma ação concertada em várias vertentes para que estes possam alcançar a verdadeira reinserção social. Este desiderato,

requer, a nosso ver, uma aposta em metodologias que se afastem do estrito racionalismo, onde não existam tarefas pré formatadas ou perguntas que direcionem os formandos.

A proposta que a seguir se apresenta resulta da procura de metodologias alternativas à educação e formação tradicional de adultos, visando promover a sua ressocialização e reinserção social. A população reclusa é caracterizada, salvo raras exceções, por passados tumultuosos, lares desestruturados, abandono precoce escolar e relações tóxicas com os seus semelhantes. Todos estes fatores aumentam em grande medida a probabilidade de se iniciarem no crime. Como está patente ao longo do presente trabalho, consideramos que a atuação terá de passar por duas vertentes, a prevenção e a mudança. Durante o tempo de reclusão há que preparar o indivíduo para o seu regresso à sociedade, sem com isso desenvolver apenas a sua capacidade de gerar retorno económico ao país e ser produtivo.

Uma resposta congruente com o desafio apresentado pode encontrar-se nas as comunidades de reflexão, enquanto projeto experimental. As comunidades de reflexão constituem-se como espaços de partilha num grupo, onde o diálogo e a sociabilização são primaciais para o seu sucesso e têm carácter transformativo. Não obstante, assentam nos interesses, desejos e necessidades dos formandos.

O diálogo e a sociabilização são particularmente importantes, porque o ser humano se desenvolve na relação. É por meio desta, que nos tornamos pessoas. Já a socialização diz respeito às relações que estabelecemos com os outros. Neste sentido, é importante ter em conta que a humanização é um processo ontogenético, que se dá por meio da educação, cuja relação estabelecida entre as pessoas deverá ser do tipo EU-TU, em vez de EU-ISSO (Buber, citado por Zuben, p.47). As duas palavras primaciais, EU-TU e EU-ISSO, constituem as duas formas possíveis de ver e relacionar-se com o mundo fundamentadoras da nossa existência. Devemos tratar o outro sempre como um “tu”, isto é, como um fim em si mesmo. Quando o fazemos reconhecemo-lo como um semelhante, ou seja, o “eu” do outro é visto como igual. Desta forma, a educação funcionará apoiada numa relação de igualdade, em que ambos aprendem, numa lógica de pedagogia do encontro. Pelo contrário, se tratar o outro como um “isso” estaremos a objetificá-lo, não concorrendo para o horizonte utópico da perfeitibilidade humana, desenvolver o ser humano na sua íntegra.

### **3.2 Objetivos gerais:**

1. Reconhecer o outro como um fim em si mesmo;

2. Desenvolver atividades promotoras do autoconhecimento;
3. Promover a ressocialização dos reclusos/formandos;
4. Desenvolver competências de comunicação, escuta ativa, escrita e de expressão de emoções e/ou sentimentos;
5. Criar cidadãos socialmente aceitos no período pós reclusão;
6. Promover a sensibilidade através da arte, música, escrita, entre outros.

### **3.3. Objetivos específicos:**

Os participantes deverão ser capazes de (...):

1. Expressar as suas emoções/sentimentos;
2. Desenvolver competências de escrita e de leitura;
3. Aplicar os princípios da escuta ativa no dia a dia;
4. Mostrar disponibilidade para aprender os valores da sociedade;
5. Recorrer aos diferentes sentidos sensório-motores para analisar o poema/música/livro que lhes seja disponibilizado;
6. Delinear um projeto de vida e/ou objetivos a médio/longo prazo.

### **3.4. Metodologia:**

1. Questionários no pré e pós projeto para avaliar os seus impactos;
2. Poemas, músicas, contos, livros e filmes;
3. Recurso à biblioterapia.

### **3.5 Recursos:**

1. Cafeteira elétrica;
2. Chá (apenas os que têm propriedades relaxantes como camomila, lucia lima, cidreira, entre outros);
3. Copos descartáveis, por se desenvolver em contexto prisional;
4. Computador;
5. Colunas;
6. *Pen drive* (pela ausência de acesso à *Internet*);
7. Projetor;
8. *Puffs* (se possível ou cadeiras confortáveis);

## 9. Músicas, poemas, filmes, contos e livros.

Propomos a estrutura apresentada por Reis (2016) para o desenvolvimento das sessões:

Tempo (min)	Atividade
5	Acolhimento - Chávena de chá acompanhada de música relaxante
2	Relembrar os valores da comunidade
6	Perguntar se há questões ou comentários
20	Os formandos tecem os comentários, explicam as razões, causas e consequências
5	Resumo da sessão
2	Relembrar os valores da comunidade
5	Celebração da identidade e pertença - Chávena de chá acompanhada de música relaxante

Os valores da comunidade, são respetivamente o valor pessoal, bem-estar, liberdade, perfeitibilidade, honestidade, confiança, escuta ativa, disciplina e democracia (Reis, 2016).

A estrutura é transversal a todas as sessões e, dependendo do número e frequência, cremos que a sua promoção ao longo de um ano, uma a duas vezes por semana, seria viável para acolher os seus benefícios, a par de aferir os resultados da sua implementação.

Começar por criar um ambiente recetivo, com uma música de fundo relaxante em que se desfruta de uma chávena de chá, com propriedades igualmente tranquilizadoras, prepara os participantes voluntários para a partilha em ambiente seguro, fortalecedor das suas capacidades de comunicação. No fundo, enquanto o interlocutor procura expressar o que sente, quais as suas emoções, motivações, angústias, inquietações, os restantes identificam-se com o que está a ser dito, percebem que existem pessoas com experiências semelhantes e sentem-se mais confiantes para participar.



Sempre que os formandos se disponibilizaram em partilhar alguma das suas experiências, foram notórias a superficialidade e a interferência da desejabilidade social. Desta forma propomos que as primeiras sessões sejam mais introspetivas e dedicadas às condições inerentes a uma boa comunidade de reflexão. Entre os princípios indispensáveis, conta-se a honestidade, a abertura e empatia pelo próximo e a democracia no ato de dar a palavra. Como as sessões se encontram previstas para 45min, implica que o formando, no uso da palavra, consiga ser breve e claro. Com a continuação das sessões e conseqüentemente um maior envolvimento pretende-se um diálogo fundamentado, com defesas de posições, questões e comentários.

A título de exemplo, um dos primeiros valores que consideramos dever ser abordado é o da escuta ativa. A diferença entre ouvir e escutar encontra-se no interesse genuíno que se manifesta por aquilo que o orador tem a dizer. Esse interesse manifesta-se através da nossa capacidade de escuta ativa que pressupõe um conjunto de competências, sendo que cada uma dessas competências inclui um conjunto de técnicas:

- 1) Prestar atenção: tem como técnicas a linguagem corporal, manter contacto visual e um estado de espírito positivo;
- 2) Não julgar: pressupõe a empatia, a paciência, uma mente aberta e o reconhecimento pela diferença;
- 3) Refletir: implica parafrasear a informação e as emoções;
- 4) Clarificar: envolve questões de esclarecimento, questões abertas e questões de investigação/aprofundamento;
- 5) Parafrasear: replicar para si o que foi dito, isto é traduzir por palavras suas o que foi dito pelo outro;
- 6) Partilhar: implica a partilha de experiências e incentivo.

As técnicas referidas para cada competência, à semelhança dos valores, são complementares, não se excluem mutuamente. Para que o diálogo possa ser genuíno e se consigam estabelecer todas as condições para uma escuta ativa, à semelhança do que é necessário para desenvolver as comunidades de reflexão, requer-se um ambiente com um número mínimo de distrações, tranquilo e onde os formandos se sintam seguros.

Para trabalhar estas competências de escuta ativa, sugerimos o recurso à biblioterapia como instrumento. A biblioterapia deriva das palavras *biblion* (livro) e *therapeía* (terapia) e pode ser utilizada para fins preventivos ou terapêuticos através da leitura de livros, quer em grupo quer

individualmente (Gupta, V., Mishra, R. & Saini, P., 2017, p. 33; Narang, 1975, p. 1). O seu principal objetivo é a mudança, através da reflexão individual ou em grupo e pelo constante desenvolvimento da pessoa.

A biblioterapia conduz a novas formas de pensamento, ponderar novas perspectivas em situações similares, à redução do sentimento de isolamento, bem como no conhecimento de novas formas de agir e no aumento da empatia pelo nosso semelhante.

O surgimento da biblioterapia remonta há, pelo menos, três séculos atrás e começou a ganhar particular destaque a partir da Primeira Guerra Mundial, sendo que a sua definição formal surgiu em 1941 (Gupta, V., Mishra, R. & Saini, P., 2017, p. 35). Se inicialmente era utilizada somente em meio hospitalar, hoje encontra-se amplamente difundida. Na sua origem terapêutica, tomava por base, em grande medida, livros religiosos, como a Bíblia ou o Alcorão, tendo como principal objetivo o tratamento do espírito, ocupação do tempo e amenização da dor. Mais tarde, no contexto imediato e subsequente à Segunda Guerra Mundial, refundou-se em dinâmica terapêutica através da partilha de experiências e por meio da leitura de livros, de forma a abrir a veiculação da dor e do sofrimento. Entre as várias categorias, onde podemos conhecer as aplicações da biblioterapia, contam-se a abordagem clínica, de reabilitação, educativa e de desenvolvimento da personalidade. A vertente educativa da biblioterapia é semelhante à reabilitativa, porque pretende desenvolver a visualização de diferentes perspectivas de uma forma positiva (Gupta, V., Mishra, R. & Saini, P., 2017, p. 37).

O momento da leitura permite a catarse das emoções, por seu lado, enquanto que o diálogo é fundamental pela troca de emoções, opiniões, experiências e interpretações que os leitores fazem. A leitura deve ser dirigida, seguida da discussão grupal, uma vez que as emoções desencadeadas e as sensações menos positivas são serenadas pela partilha com o seu semelhante, é como uma libertação. Além disso, o diálogo permite o desenvolvimento de competências de comunicação, escuta ativa e interação social.

Muitas das vezes, os formandos que acompanhamos, consideraram que ao entrar na prisão deixaram de ser ouvidos. Referem ainda, que consideram ter perdido competências como a memória, capacidade de escrita, leitura e concentração. Através das comunidades de reflexão e com recurso à biblioterapia, é possibilitado não só o uso da palavra, como o desenvolvimento dessas competências. Adita que, com a partilha entre os participantes, o interlocutor sente-se apoiado e compreendido, acedendo a sentimentos de realização e libertação.

Os três pilares da biblioterapia são a leitura, diálogo e interação. Pelas dificuldades já mencionadas consideramos indispensável começar por leituras pouco extensas, acessíveis e estudadas previamente por quem vai desenvolver a sessão. Neste quadro, o desempenho da função de mediador de biblioterapia solicita formação, que, tanto quanto possível, deve ser interdisciplinar, como formação na área das ciências da educação, psiquiatria, psicologia, entre outros.

É pertinente lembrar, neste contexto, que, no caso de valores requerentes de debates mais extensos (e intensos), como o da liberdade ou da escuta ativa será prudente optar por uma dinamização em um número alargado de sessões. Muito pela razão de facultarem o desenvolvimento de competências como a atenção, memória ou concentração. Relembrar o que foi falado anteriormente é, por exemplo, uma forma de verificar se se aplicaram as técnicas de escuta ativa. Neste valor, em concreto, será desejável a sua divisão em seis sessões, dedicando uma sessão a cada competência, visto que é um valor essencial para abordar todos os restantes. A cada formando é distribuído um princípio e a partir do seu contributo os restantes continuam.

É ainda um objetivo o desenvolvimento da competência de síntese e clareza quando os formandos estão no uso da palavra. Como tal, as sessões encontram-se previstas para 45min e há medida que os formandos se envolvem pretende-se um diálogo fundamentado, com defesas de posições, questões e comentários. De facto, ainda que as sessões realizadas no EPC não tenham seguido a estrutura supramencionada, foi visível com a continuidade das sessões, uma maior envolvimento, participação e capacidade de expressão. Nas primeiras sessões, os formandos mostraram desconforto em expor-se e foi visível que ao fazê-lo não só não aprofundaram a questão como também esteve presente o efeito da desajustabilidade social.

Denote-se que a proposta deste projeto não implica que os formandos sejam pressionados a participar. Prevê-se inclusive que as primeiras sessões de implementação do projeto se dediquem, em exclusivo, à criação de um ambiente propício ao seu desenvolvimento e, posteriormente, uma evolução positiva da participação dos mesmos.

A biblioterapia apresenta como principais vantagens a substituição de elevados custos em medicação para a depressão (por exemplo), o desenvolvimento da personalidade, redução dos níveis de stress ou o desenvolvimento do espírito crítico (Gupta, V., Mishra, R. & Saini, P., 2017, p. 39).

Por fim, para além da biblioterapia, consideramos que o recurso a estratégias como a música, filmes, arte ou, eventualmente, peças de teatro poderão, em conjunto, ser uma mais valia. À semelhança dos livros, a música e as artes performativas têm a capacidade de despertar emoções e sentimentos de libertação, realização e tranquilidade.

Segundo, Torrijo & Maeyer (2019, p. 674), os reclusos que participaram em programas de educativos e vocacionais reduzem as possibilidades de reincidência face aos que permaneceram inativos no período de reclusão. Referem, ainda, os autores, que estes programas contribuem e facilitam a reintegração social. A importância da formação encontra-se presente, por exemplo, num estudo realizado no Canadá em que foram acompanhados cerca de 600 indivíduos e após a finalização dos cursos, se verificou uma redução da taxa de reincidência em 30%: (Gabriel, D., 2007, p. 18).

### **3.6 Atividades desenvolvidas no EPC**

Entre as atividades desenvolvidas neste sentido, procedeu-se a uma sessão dedicada à perceção dos reclusos sobre a parentalidade em contexto prisional (Apêndice 6) e outra dedicada à exploração do filme “Guia para um final feliz”, de David O. Russell. A primeira atividade foi realizada com a presença de convidados, entre eles um conjunto de voluntários noruegueses que prestam auxílio nas prisões da Noruega, a direção e de alguns membros da chefia do corpo de guardas prisionais. Foi inicialmente preparada em duas sessões anteriores, onde os formandos tiveram a oportunidade de ouvir, interpretar e debater o significado da música “Como se te fosse perder” de Alselmo Ralph e Diogo Piçarra (Apêndice 7). De seguida procederam à elaboração de um conjunto de frases em que relatavam o seu sentimento enquanto pais que se encontram privados da liberdade. Posteriormente, na sessão com os convidados, os formandos distribuíram a letra da música em português e inglês a todos os convidados. De seguida, escutaram a música e cada formando disse a palavra que a música lhes despertava. Entre elas, destacam-se a saudade, culpa, amor, tristeza e arrependimento. Depois, à vez cada formando retirou à sorte, uma frase que foi traduzida pela formadora de inglês aos convidados. Gostaríamos de enaltecer o esforço dos formandos na leitura da frase em inglês, para que os convidados os pudessem perceber. As frases discutidas, encontram-se em apêndice (Apêndice 8). Importa sublinhar que não houve tempo para que fossem abordadas mais do que quatro a cinco frases, visto que a visita ao EPC ainda iria continuar, contudo seguiu-se um *coffee break* que permitiu a troca de impressões. Segundo os voluntários da Noruega com os quais trocamos ideias, à semelhança do espaço dedicado às visitas

deveria existir um dedicado às crianças que visitam os pais na prisão de forma a minimizar os possíveis traumas que aquele local pode espolatar numa criança.

Posteriormente procedemos a uma síntese da atividade (Apêndice 9).

A segunda atividade, sobre o filme, prolongou-se por três sessões, sendo que a última ocorreu a dia 25/07/2022 e foi criado um conjunto de perguntas às quais os formandos deveriam responder com as interpretações que fizeram do filme, tomando por base as suas vivências pessoais e, se possível encontrando alguma relação com a experiência prisional. Ainda que estas perguntas fossem dirigidas, foram criadas com o único intuito de desencadear o debate entre os formandos. As principais limitações ao sucesso desta atividade resultaram da ausência de alguns formandos, em algumas das sessões, o que impossibilitou a compreensão de todo o enredo ou influenciou as suas perceções sobre as personagens, tendo também dificultado a expressão do que sentiam ou, até mesmo, impedido a disponibilidade de partilha.

#### **4. Considerações finais:**

Independentemente dos avanços e recuos, é inegável que a EFA tem aberto, ao longo dos anos, muitas oportunidades para que as pessoas possam concluir percursos escolares inacabados, aprendizagem de competências ou melhoramento das que já possuem. Contudo, em contexto prisional, a maioria dos reclusos considera que a reinserção social ainda se encontra aquém das suas necessidades, quando saem em liberdade. É, por isso, importante trabalhar as suas competências profissionais e escolares, mas também a pessoa enquanto complexidade transformativa. A pessoa constrói-se no diálogo e na relação com o próximo. Ainda que exista o AA, para desenvolver competências pessoais e sociais, as atividades propostas são predominantemente direcionadas e pouco resultam na área emocional. Estas pessoas carregam cicatrizes emocionais, que recalcam e utilizam como defesa, de modo que, se nada for feito para alterar os seus valores e crenças, a restante reinserção social de pouco valerá, pois, a inércia determinará a perpetuação dos comportamentos sedimentados.

Do que assistimos e das propostas que elaborámos ao longo do estágio propomos o desenvolvimento das comunidades de reflexão enquanto metodologia ativa a realizar experiencialmente, ao longo de um ano. Este é o período de tempo que consideramos ser o mais razoável para a sua aplicação, tendo em conta que o seu desenvolvimento decorrerá nas sessões de AA e em horário atribuído, cujas horas serão distribuídas ao longo dos dois anos de curso. Os

valores da comunidade, a serem abordados, são, respetivamente, o valor pessoal, bem estar, liberdade, perfeitibilidade, honestidade, confiança, escuta ativa, disciplina e democracia.

Para desenvolver as comunidades de reflexão, a principal aposta enquanto metodologia passará pelo diálogo e pelo recurso à biblioterapia e a atividades como análise de letras de músicas ou visualização de filmes que despertem a área sensorial dos formandos.

Como expectativa, espera-se que os formandos inicialmente não queiram participar e que com a continuação do tempo se sintam mais seguros e confortáveis, de tal forma que no final se alcancem resultados positivos no desenvolvimento de várias competências, como a empatia, escuta ativa ou capacidade relacional.

Por fim, importa dizer que a educação, em geral, e a educação em contexto prisional, em particular, tem de ser concebida numa lógica de humanização e reabilitação, porque se esta for bem sucedida poderá evitar a reincidência. Ainda que possa não ser considerada uma prioridade nas agendas políticas educacionais e de formação, devemos ver que o sucesso da reintegração de reclusos na sociedade, só por si, permitirá uma redução de gastos significativa.

O que devemos ter em conta no desenvolvimento da educação em contexto prisional. Primeiramente, ter presente que, na filosofia de Kant, a humanização é um processo ontogenético, que se dá por meio da educação e que a relação estabelecida entre as pessoas deverá ser do tipo EU-TU, em vez de, meramente, EU-ISSO (Buber citado por Zuben, 2009, p. 45). As duas palavras primaciais, EU- TU e EU-ISSO constituem as duas formas possíveis de ver o mundo e que fundamentam a nossa existência. Devemos tratar o outro sempre como um “tu”, isto é, como um fim em si mesmo. Quando o fazemos reconhecemo-lo como um semelhante, ou seja, o “eu” do outro é visto como igual. Desta forma, a educação funciona sob uma relação de igualdade em que ambos aprendem, num contexto de pedagogia do encontro. A pessoa encontra-se e especifica-se no caráter. O caráter por sua vez, envolve transpiração, autocontrolo e força de vontade. Acreditamos que sendo um problema para os técnicos promoverem a motivação, a solução passaria por sessões mais curtas e livros mais simples. Pelo contrário, se tratar o outro como um “isso” estou a objetificá-lo, não concorro para o horizonte utópico de o desenvolver na sua íntegra.

Para Savater, a educação tem duas funções, a qualificação e a socialização.. Contudo, só a socialização torna a pessoa válida perante a sociedade. Porém, como Biesta (2015), bem explicou, a educação deve ainda servir o propósito teleológico da subjetificação, i.e., da emergência e afirmação da pessoa na sua multidimensionalidade existencial, nomeadamente como projeto de vida incomensurável.

As comunidades de reflexão constituem-se assim como espaços de partilha entre um grupo, onde o diálogo e a sociabilização são primaciais para o seu sucesso e têm caráter transformativo. Acreditamos, que no âmbito das comunidades podemos utilizar métodos como a biblioterapia.

## Bibliografia

- Abreu, A. C., Zulueta, M.A. & Henriques, A. (2013). A Biblioterapia: estado da questão. Cadernos BAD (Portugal). <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/82157>
- ANQEP (2017). Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Escolares (RVCC Escolar): Orientação Metodológica.
- Aretio, L.G., Corbella, M.R. & Blanco, M.G. (2009). *Claves para la educación: Actores, agentes y escenarios en la sociedad actual*. Fines y valores en la educación. Narcea, S. A. de Ediciones. Madrid. [https://www.researchgate.net/publication/235791982\\_Claves\\_para\\_la\\_Educacion\\_Actores\\_agentes\\_y\\_escenarios\\_en\\_la\\_sociedad\\_actual](https://www.researchgate.net/publication/235791982_Claves_para_la_Educacion_Actores_agentes_y_escenarios_en_la_sociedad_actual)
- Bento, A.V. & Fraga, N. (2015). Atas Do 1.º Encontro De Alunos Investigadores De Ciências Da Educação Do CIE-Uma
- Biesta, G. (2015). What is education for? On good education, teacher judgment and educational professionalism. *European Journal of Education*, 50(1), 75-87.
- Canelas, A. M. (2008). *Cursos de Educação e Formação de Adultos – Nível Básico: Aprender com Autonomia*. Agência Nacional para a Qualificação, 2ª ed. [https://www.anqep.gov.pt/np4/file/343/Mod\\_Aprend\\_Aut\\_publicacao.pdf](https://www.anqep.gov.pt/np4/file/343/Mod_Aprend_Aut_publicacao.pdf)
- Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça (2021). Regulamento Orgânico do Centro Protocolar da Justiça. 5ª ed. <https://www.cpj.pt/documentos/regulamento-interno.pdf>
- Conselho Nacional de Educação (2020). Seminários e Colóquios. Educação de Adultos: Ninguém pode ficar para trás. *Conselho Nacional de Educação* [https://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios\\_e\\_coloquios/Educacao\\_de\\_adultos\\_Publicacao.pdf](https://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios_e_coloquios/Educacao_de_adultos_Publicacao.pdf)
- CPJ (sd). <https://www.cpj.pt/>
- Decreto Lei nº 387/99 do Ministério da Educação. (1999). Diário da República, I Série-A, nº 227. <https://files.dre.pt/1s/1999/09/227a00/66726675.pdf>
- Despacho conjunto nº 451/99 do Ministério da Justiça e da Educação. (1999). Diário da República, II Série, nº 127. [https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Legislacao/Informacao%20Legislativa/dsp-cjt\\_451-1999.pdf?ver=2018-12-03-143111-740](https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Legislacao/Informacao%20Legislativa/dsp-cjt_451-1999.pdf?ver=2018-12-03-143111-740)
- DGERT (2021). Catálogo Nacional de Qualificações <https://www.dgert.gov.pt/cnq-catalogo-nacional-de-qualificacoes>

- DGRSP (2022). <https://dgrsp.justica.gov.pt/Sobre-a-DGRSP/Quem-somos/Organograma>
- Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (2015). Regulamento do Estágio Curricular do Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra [https://www.uc.pt/regulamentos/uo/uei/fpce/nao-vigentes/regulamento\\_estagio\\_curricular\\_mestrado\\_ciencias\\_educacao\\_FPCEUC](https://www.uc.pt/regulamentos/uo/uei/fpce/nao-vigentes/regulamento_estagio_curricular_mestrado_ciencias_educacao_FPCEUC)
- Francisco, A. & Mendonça, A. (2017). Mediação em contexto Prisional. *Centro de Investigação em Educação, Universidade da Madeira*. 61-77 <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/1964/1/Media%20a7%20a3o%20escolar%20em%20contexto%20prisional.pdf>
- Gupta, V.K., Mishra, R. & Saini, P.K. (2017). Bibliotherapy: A therapeutic adjuvance in medicine. *The Journal of Library and Information Management*
- Maio, I.S.F., Alcoforado, L. & Vieira, C. M.C. (2017). Revisitando as políticas de educação e formação de adultos nos últimos 20 anos em Portugal. *Educação de jovens e adultos em debate: pesquisa e formação*. 1-19. [https://www.researchgate.net/publication/343700259\\_Revisitando\\_as\\_Politicas\\_de\\_Educacao\\_e\\_Formacao\\_de\\_Adultos\\_dos\\_Ultimos\\_20\\_Anos\\_em\\_Portugal](https://www.researchgate.net/publication/343700259_Revisitando_as_Politicas_de_Educacao_e_Formacao_de_Adultos_dos_Ultimos_20_Anos_em_Portugal)
- Marques, J. R. (sd). Martin Buber e a Teoria do EU-Tu e EU-Isso. <https://jrmcoaching.com.br/blog/martin-buber-e-teoria-do-eu-tu-e-eu-isso/>
- Narang, H. L. (1975). Bibliotherapy: A brief Review. *Department of Health, Education & Welfare National Institute of Education*. <https://eric.ed.gov/?id=ED110940>
- PORDATA (2022). População residente analfabeta com 10 e mais anos segundo os Censos: total e por sexo <https://www.pordata.pt/portugal/populacao+residente+analfabeta+com+10+e+mais+anos+segundo+os+censos+total+e+por+sexo-2516>
- Portaria nº 232/2016 do Ministério da Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2016). Diário da República, I Série, nº165. <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/0300603014.pdf>
- Portaria nº 538/88 do Ministério da Justiça e do Emprego e da Segurança Social: Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça. (1988). Diário da República, I Série, nº 184. <https://www.cpj.pt/documentos/portaria-criacao-cpj.pdf>
- Portaria nº 61/2022 do Ministério da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2022). Diário da República, I Série, nº21. <https://files.dre.pt/1s/2022/01/02100/0000600019.pdf>
- Portaria nº 62/2022 do Ministério da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2022). Diário da República, I Série, nº20. <https://files.dre.pt/1s/2022/01/02100/0002000031.pdf>
- Portaria nº 66/2022 do Ministério da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2022). Diário da República, I Série, nº22. <https://files.dre.pt/1s/2022/02/02200/0001700030.pdf>
- Portaria nº 781/2009 do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (2009). Diário da República, I série, nº 141. <https://files.dre.pt/1s/2009/07/14100/0477404776.pdf>



- Portaria nº 86/2022 do Ministério da Educação, do Trabalho e da Solidariedade Social. (2022). Diário da República, I Série, nº 25. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/86-2022-178660787>
- RASI (2021). Relatório Anual de Segurança Interna. 2021 <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2021>
- Reis, C. F. S. (2016). As comunidades de reflexão. Documento dactilografado.
- República Portuguesa (2017). Olhar o Futuro para Guiar a Ação Presente: Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar
- República Portuguesa (2022). Ministério da Justiça. <https://justica.gov.pt/>
- Silva, J.L.C. (2018). Perspetivas de Atuação das Bibliotecas Prisionais e as contribuições para a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 14(3), 104-122 <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1060/1056>
- Tábua, A., Vaz, H. & Coimbra, J. (2012). A(s) crise(s) da Educação e Formação de Adultos em Portugal. 28-40 <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/125872/2/381786.pdf>
- Universidade de Coimbra (2022). Mestrado em Ciências da Educação. <https://apps.uc.pt/courses/pt/course/1312>
- Valencia, M.C.P. & Magalhães, M.C. (2016). Biblioterapia: síntese das modalidades terapêuticas utilizadas pelo profissional. *BIBLOS*, 29(1), 5-27. <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4585>
- World Economic Forum (2015). New Vision for Education: Unlocking the Potential of Technology. 2-7. [https://www3.weforum.org/docs/WEFUSA\\_NewVisionforEducation\\_Report2015.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEFUSA_NewVisionforEducation_Report2015.pdf)
- Zuben, N. A. V. (2009). *Eu e tu* (10 th ed.) Centauro Editora. 45-64.

# **ANEXOS**

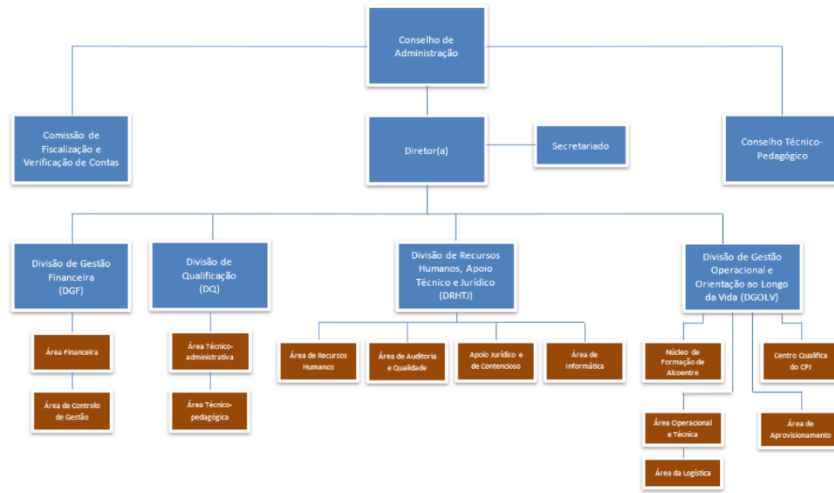
## Anexo 1: Organograma do MJ





### Anexo 3: Organograma do CPJ

#### Organograma



## Anexo 4: Questionário de concentração

### Anexo 5

#### Concentração

1. Tenho dificuldade em concentrar-me quando:	Sim	Não
a) há ruído		
b) durmo mal		
c) como pouco		
d) estou pressionado		
e) os assuntos não me interessam		
f) tenho que fazer uma nova aprendizagem		
g) tenho de resolver tarefas sozinho		
h) tenho de resolver tarefas em grupo		
i) tenho de resolver problemas de matemática		
j) tenho de me expressar por escrito		
k) tenho de falar em público		
l) outras situações		
(Indicar)		
2. Tenho dificuldade em concentrar-me porque:	Sim	Não
a) não tenho privacidade		
b) tenho preocupações		
c) sou inseguro		
d) tudo me interessa		
e) outras situações		
(Indicar)		
3. Quando preciso de me concentrar (o que faço):	Sim	Não
a) procuro um sítio sossegado		
b) falo do assunto com alguém		
c) faço um desenho		
d) pratico uma actividade desportiva		
e) ouço música		
f) cuido do jardim		
g) cozinho		
h) passeio		

## Concentração (Cont.)

3. Quando preciso de me concentrar (o que faço):	Sim	Não
i) leio um livro		
j) outras situações		
(Indicar)		

## ORGANIZAÇÃO DE PONTOS

<b>OBJECTIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projectar relações virtuais entre elementos;</li> <li>- Desenvolver a capacidade de análise;</li> <li>- Planificar antecipadamente, antes de agir.</li> </ul>
<b>DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O mediador distribui a cada adulto uma cópia da mesma ficha de organização de pontos (em anexo encontram-se duas fichas, com graus de dificuldade distintos);</li> <li>- Ao introduzir o exercício o mediador tentará que o próprio grupo, olhando para a ficha, identifique a tarefa a realizar, planifique a melhor forma de a realizar, decida por onde começar, determine as regras que orientarão a realização da actividade e procure um processo de revisão do trabalho que assegure o atingir do objectivo;</li> <li>- Será vantajoso que as conclusões a que o grupo for chegando sejam escritas no quadro, para que durante a realização do exercício, todas as possam consultar;</li> <li>- Definido o tempo necessário para a realização do trabalho, todos iniciarão a tarefa, devendo o mediador assegurar o apoio individual aos formandos que revelem dificuldades nalgum ponto do trabalho;</li> <li>- Após a realização do trabalho por todos, identificar-se-ão quais os quadros mais difíceis de realizar e porquê.</li> </ul>
<b>MATERIAL SUGERIDO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fichas (só a primeira, duas ou as três) de organização de pontos, em anexo.</li> </ul>
<b>TEMPO APROXIMADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 50-60 minutos.</li> </ul>
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O mediador tem de assegurar-se que ficou claro para todos que as figuras têm de ser reproduzidas com as mesmas dimensões, embora possam ter orientações espaciais diferentes das do modelo e, nalguns casos, se possam mesmo sobrepor;</li> <li>- É importante também introduzir a distinção entre os pontos maiores e os menores;</li> <li>- Estes exercícios podem ser intercalados com os da organização espacial.</li> </ul>

## Anexo 5: Exercício “3 minutos”



Realize este exercício o mais rapidamente possível

Só tem 3 minutos

1. Não faça nada antes de ler tudo.
2. Escreva o seu nome completo no canto superior direito desta folha.
3. Envolve com um círculo a palavra “nome” da frase anterior.
4. Desenhe cinco quadrados no canto superior esquerdo desta folha.
5. Desenhe um “X” dentro de cada um desses quadrados.
6. Assine no canto direito desta folha.
7. Depois de assinar, escreva “SIM, SIM, SIM” no mesmo canto.
8. Desenhe um “X” no canto inferior esquerdo desta folha.
9. Desenhe um triângulo em volta do “X” que acaba de escrever.
10. Nas costas da folha, faça a conta  $7 \times 3$ .
11. Envolve com um círculo a palavra “folha” da frase que aparece em número 4.
12. Em voz alta diga o seu nome completo, quando chegar a este ponto do exercício.
13. Se pensa que seguiu as instruções cuidadosamente, diga em voz alta: “SEGUI AS INSTRUÇÕES CUIDADOSAMENTE”
14. Nas costas da folha faça a conta  $107 + 278$ .
15. Envolve com um círculo a solução do problema anterior.
16. Conte, em voz alta, de 1 a 10.
17. Faça 3 pequenos buracos, com a ponta do lápis, no papel. Aqui: •••
18. Dobre e desdobre a folha em quatro.
19. Se for a primeira pessoa a chegar a este ponto, diga em voz alta: “SOU O MELHOR A CUMPRIR AS INSTRUÇÕES A TEMPO”
20. Agora que já leu tudo com atenção, faça apenas as ordens 1. e 2., caso contrário diga em voz alta que para a próxima vai ler tudo com mais atenção.

Se foi capaz de completar as instruções, no tempo estabelecido ...

PARABÉNS !!!

Adaptado de instrumentos utilizados no Curso EFA da CINCORK, realizado em 2000/2001



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | ✉ cpjustica@cpj.pt | www.cpj.pt  
Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Moínhos | 2065 – 016 Alcoentre | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079



## Anexo 6: Certificado de Participação

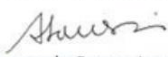
**CERTIFICADO DE PRESENÇA**




**WEBINAR**  
**O QUE MUDA**  
**COM A NOVA**  
**LEGISLAÇÃO**  
**4 ABRIL' 22 | 14H30**

**FILIPA DE JESUS, PRESIDENTE CONSELHO DIRETIVO ANQEP**  
**MARIA JOÃO ALVES, CHEFE DIVISÃO ANQEP**  
**LUÍS ROTHES, ESE IPP, MODERADOR**

Certifica-se que.....**Katharina Jacome Gonçalves**....., participou na atividade Webinar **"O QUE MUDA COM A NOVA LEGISLAÇÃO"**, no dia 04 de abril de 2022, com a duração de 2 horas, organizado pela **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS -Aprendências**.

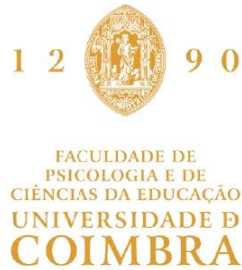
O Presidente da Direção da **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS -Aprendências**,

  
**Armando Gomes Loureiro**

# APÊNDICES

## Apêndice 1: Diário de Bordo



Estágio Curricular no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação  
2021/2022

### Caderno de Campo

**Nome:** Katharina Jacome Gonçalves

**Local de realização do estágio curricular:** Estabelecimento Prisional de Coimbra

Semana	Tempo	Breve descrição da atividade/comentários	Reflexão (post observação a nível pessoal e/ou académico)
02/11 a 05/11/20 21	28h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação da equipa, bem como do trabalho desenvolvido pelo CPJ no EPC</li> <li>• Breve debate entre as minhas expectativas e o esperado por parte do CPJ, para haver uma maior e melhor articulação no trabalho a desenvolver.</li> <li>• Leitura e análise da documentação entregue no âmbito da intervenção do CPJ nos estabelecimentos prisionais (manual de metodologias do processo RVCC e respetivas portarias)</li> <li>• Integração e visita ao espaço formativo do CPJ e demais instalações do EPC</li> <li>• Apresentação (da estagiária) por parte da mediadora aos formandos e formadores dos cursos de OI, OMH, TRC e TIE</li> <li>• Esclarecimento de alguns procedimentos e conduta a adotar no EPC</li> </ul>	<p>- A primeira reunião foi muito importante, principalmente pelo facto de toda a equipa se ter dirigido ao EPC para me receber. No meu entender, revelou interesse e compromisso por parte da instituição, o que nem sempre acontece. Não obstante, a mediadora mostrou-se muito receptiva e disponível para me ajudar. Falou-se sobre as principais adversidades e de que forma se procura suplantá-las. Foi-me dada documentação para me interiorizar dos processos de RVCC, bem como material de escrita do CPJ. Toda a equipa procurou conhecer as minhas motivações e mostraram-se disponíveis para me receber em Alcoentre e acompanhar todo o processo de estágio.</p> <p>- No 1º dia de estágio, a mediadora, enquanto orientadora local falou um pouco sobre a sua formação, o trabalho que o CPJ desenvolve no EPC, fez uma breve contextualização do espaço oficial, entre outras.</p> <p>- Foram ainda debatidas com a orientadora as expectativas do estágio, pequenas tarefas onde poderia participar, espaço de trabalho disponível e caracterização do público alvo.</p>
08/11 a 12/11/20 21	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preenchimento da tabela de pré listagem da FMC de Produção Agrícola e Animal (PAA)</li> <li>• Análise do guião de entrevista para seleção dos candidatos aos cursos EFA</li> <li>• Análise do referencial de PAA</li> <li>• Introdução à Plataforma SIGO</li> <li>• Análise das UFCD's de inglês e francês</li> <li>• Entrevistas aos candidatos para a FMC de PAA e preenchimento dos questionários sob supervisão da orientadora</li> <li>• Pesquisa de possíveis temas de vida</li> <li>• Explicação por parte da orientadora do processo de encaminhamento, áreas de competências chave, entre outros.</li> <li>• Esclarecimento de dúvidas relativas à documentação entregue por parte do CPJ, neste caso, relativo ao processo RVCC</li> <li>• Preenchimento das tabelas de pré seleção com os dados dos candidatos interessados para as UFCD de inglês e francês, para posterior entrevista</li> <li>• Pesquisa dos contactos de escolas para verificação das habilitações literárias dos entrevistados para a FMC de PAA</li> <li>• Verificação das habilitações literárias dos formandos na plataforma SIGO</li> </ul>	<p>- A orientadora disponibilizou o referencial de PAA e das UFCD's de inglês e francês. Contudo, numa das sessões online explicou o procedimento para obter os documentos, quais as diferenças, como consultá-los e interpretá-los.</p> <p>- Esclarecimento de dúvidas relativas ao processo RVCC</p> <p>- A mediadora durante a entrevista procura saber se o recluso tem apoio do exterior, qual a previsão da pena, se está há muito tempo privado de liberdade, se o recluso é reincidente e em que áreas têm interesse para além daquela a que se candidatam. É ainda confirmado com o entrevistado se está ativo ou inativo. As questões são relativamente simples, mas de elevada importância, na medida em que se o formando se encontrar inativo, sem apoio familiar e com uma pena ainda longa, estes são fatores a ter em conta quando se selecionam os candidatos, visto que estes se encontram em elevado grau de vulnerabilidade.</p>

15/11 a 19/11/2021	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reflexão sobre temas atuais que pudessem ser trabalhados no tema de vida e debate com a mediadora sobre os mesmos em função dos objetivos de cada curso.</li> <li>• Continuação das entrevistas para a FMC de agricultura</li> <li>• Explicação por parte da orientadora dos mapas de controlo, bem como a sua importância</li> <li>• Realização dos mapas de controlo para os diferentes cursos referente ao último mês</li> <li>• Receção de material necessário à formação tecnológica dos cursos, nomeadamente o de OMH</li> <li>• Acompanhamento dos formandos e diálogo com os mesmos juntamente com a mediadora</li> <li>• Atividades no âmbito do Aprender com Autonomia (modificação do espaço formativo e conceção da tela das expectativas iniciais com o grupo B3)</li> </ul>	<p>- De forma a promover a integração e o acolhimento, a mediadora escolheu um dos grupos de trabalho para ser mais acompanhado ao longo do período de estágio. Desta maneira, promoveu a seguinte atividade: os formandos partilharem as suas expectativas iniciais face ao curso, uma característica física positiva sobre si mesmos e, por último uma característica que consideram que os outros identificam em cada um deles com facilidade (ex: amigo do meu amigo, sinceridade, humildade...)</p> <p>- Foi particularmente interessante assistir à grande preocupação por parte da mediadora em encontrar possíveis lacunas no grupo e quais as estratégias a adotar para as suplantar</p> <p>- No caso das entrevistas, entre as diferentes perguntas são ainda questionadas as motivações dos formandos ou possíveis experiências relacionadas com a área para a qual concorreram</p> <p>- A orientadora fez questão de mostrar alguns dos trabalhos já desenvolvidos no EPC no âmbito dos temas de vida. Assim, foi possível ver na prática as conquistas dos formandos e a importância da intervenção da mediadora e restante equipa técnico-pedagógica.</p>
22/11 a 26/11/2021	28h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Personalização do espaço formativo pelos formandos</li> <li>• Realização de tela “Aprendizagem ao Longo da Vida - expectativas iniciais” dos formandos face ao curso</li> <li>• Desenho de uma árvore cujos ramos consistem em frases escritas pelos formandos</li> <li>• Entrevistas para as UFCD de línguas estrangeiras (inglês e francês) e TIC</li> <li>• Cerimónia de Comemoração do 120º aniversário da entrada dos dez primeiros reclusos no EPC, com a visita do Sr. Diretor Geral dos Serviços Prisionais</li> <li>• Diálogo com todos os cursos sobre a cerimónia decorrida no dia anterior</li> <li>• Tarefas diversas: justificação de faltas, verificação de material necessário à formação tecnológica nos cursos, verificação dos pedidos de entrada de outros materiais, confirmação de faturas relativamente ao material que chegou de fornecedores.</li> </ul>	<p>- A maior lição da semana e que acompanhou o estágio até ao fim foi a consciência de que os mais pequenos pormenores podem de facto fazer a diferença, seja o trato muito humano que caracteriza a mediadora seja a atenção aos detalhes para que o espaço se torne mais acolhedor e apelativo para os formandos.</p> <p>- Na tentativa de colaboração, entreajuda e coesão entre o grupo foram distribuídas tarefas e materiais, para que estes (mediante alguma orientação) decorassem a sala a seu gosto. Os cortinados foram personalizados, bem como as janelas e paredes, quer com imagens apelativas ao curso quer com imagens escolhidas pelos formandos (variaram desde culinária, desporto, hobbies e imagens ilustrativas de Coimbra). As atividades permitiram conhecer melhor os formandos e uma maior interação com os mesmos.</p> <p>- Entre as alterações realizadas, as janelas foram adereçadas com imagens escolhidas pelos formandos, com imagens relativas à coesão do grupo, entre outros</p> <p>- Entre as expectativas escolhidas, as principais remetiam na aquisição de uma habilitação escolar superior, possibilidade de aprender uma profissão que lhes traga oportunidades laborais futuras, melhor apreciação jurídica e o direito à bolsa financeira.</p> <p>- Foi particularmente interessante verificar que a árvore desenhada pelos formandos, em que tinham de escrever uma frase, na grande maioria eram frases motivacionais, positivas e na vertente da escolha, possibilidade de mudança e expectativas futuras.</p> <p>- Na cerimónia de comemoração, a intervenção do CPJ e seu contributo para a ressocialização e</p>

			<p>reintegração das pessoas em meio de reclusão na sociedade foi bastante aclamado e parabenizado, o que revela a importância crescente que a formação tem vindo a ganhar e os seus resultados positivos na reintegração social.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alguns dados importantes que desconhecia: Coimbra é responsável por mais de 50% das libertações antecipadas (consultar a notícia completa aqui: <a href="https://www.asbeiras.pt/2021/11/coimbra-autorizou-mais-de-metade-dos-casos-de-libertacao-antecipada/">https://www.asbeiras.pt/2021/11/coimbra-autorizou-mais-de-metade-dos-casos-de-libertacao-antecipada/</a>)</li> <li>- Por incentivo da mediadora, a Dr<sup>a</sup> Olga Vaz, o Sr. Diretor dos SP e o Sr. Presidente da CMC deixaram duas mensagens na árvore, o que foi visto com muito agrado pelos formandos</li> <li>- De ressaltar que foi visível o empenho por parte dos formandos para que a visita decorresse sem incidentes e que todos os visitantes se sentissem bem vindos.</li> </ul>
29/11 a 03/12/2021	28h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa relativa ao tema de vida (possíveis subtemas, vídeos apelativos e conversão dos mesmos em formato MP4, imagens, dados estatísticos...)</li> <li>• Visualização dos vídeos e reflexão dos mesmos com os formandos do B3 (OI).</li> <li>• Debate sobre a importância da empatia, entreajuda, persistência, coesão, entre outros valores...</li> <li>• Pesquisa dos contactos das escolas e agrupamentos para verificação das habilitações literárias de alguns dos entrevistados para as UFCD's.</li> <li>• Pesquisa de artigos e publicações sobre o estado da arte do tema em estudo (atividades desenvolvidas em ambiente prisional, percepções de reclusos, realidade vivida e percebida pelos reclusos e funcionários que trabalham em EP, entre outros...)</li> <li>• Leitura do artigo: "Percepções dos Reclusos Sobre a Vida na Prisão e o Processo de Ressocialização", de Gloria Svetlana Jóluskin García &amp; Sílvia Antunes Pereira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No âmbito do debate relativamente a alguns conceitos foi interessante ver a forma como estes são percebidos pelos formandos, os exemplos que têm para demonstrá-lo e como as suas opiniões mudaram aquando da entrada no estabelecimento prisional.</li> <li>- Foi visível ao longo das atividades desenvolvidas a coesão existente entre o grupo, ainda que este estivesse formado há pouco tempo. Foi ainda possível identificar os membros mais colaborativos e com uma postura mais próxima da liderança.</li> <li>- Durante a pesquisa de artigos foi notório que são escassos os artigos portugueses e/ou que digam respeito à realidade portuguesa. Quando existem, por vezes não são tão atuais como se expectava inicialmente.</li> </ul>
06/12/2021	7h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura do documento facultado pela orientadora "Cursos de Educação e Formação de adultos-Nível Básico: Aprender com Autonomia"</li> <li>• Esclarecimento de dúvidas</li> <li>• Acompanhamento dos atendimentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi muito importante perceber o interesse por parte da mediadora em realizar tarefas diferentes com os formandos e permitir-me ajudá-la a procurar e a criar novas atividades tendo em conta o documento e as temáticas a abordar.</li> </ul>
Restante mês de dezembro até ao dia 06/01/2022	148 h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plataforma SIGO</li> <li>• Leitura de documentos (ex: RASI 2021...)</li> <li>• Atualização do diário de bordo</li> <li>• Relatório</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alguns dos documentos lidos, mesmo sem grande relevância para o relatório de estágio, foram importantes para um melhor entendimento da percepção de pessoas em meio de reclusão, nomeadamente o relacionamento com as famílias, as diferenças de uma parentalidade a partir do estabelecimento prisional, entre outros. Com este trabalho, foi possível alcançar um maior entendimento relativamente a este público alvo e as</li> </ul>

			<p>suas particularidades.</p> <p>- Considero que a plataforma SIGO é uma importante ferramenta, uma vez que permite conhecer todo o percurso formativo dos inscitos, desde habilitação escolar, cursos frequentados, ano de frequência, entre outras informações. Com esta ferramenta, é possível à mediadora saber se o formando já desistiu de outros cursos, que formação possui ou local e ano de realização. É particularmente importante, na medida em que muitos dos formandos acabam por não ter a percepção do seu percurso formativo, pelo menos na sua íntegra.</p>
07/01	5h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparação do regresso ao EP (cuidados a ter no regresso, horários, formas de retomar os conceitos dados anteriormente, entre outros aspetos)</li> </ul>	
11/01 a 14/01	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regresso ao EP após o período de confinamento devido ao surto de Covid-19.</li> <li>• Acompanhamento e diálogo com os formandos individualmente e em grupo (se tiveram Covid, como se sentiram com o período de quarentena, logística dos cursos, pagamento das bolsas, algum problema pendente que tinham no momento e precisavam de ajuda para resolver, horários...)</li> <li>• Balanço com a mediadora sobre o estado de espírito dos formandos</li> </ul>	<p>- Foi visível o desânimo dos formandos por um período tão prolongado de tempo sem poderem ter acesso aos cursos, visto que isso implicava estarem grande parte do dia fechados na cela.</p> <p>- Por outro lado, na esmagadora maioria vinham muito motivados para regressar ao curso e com alguma necessidade de falar com a mediadora, na medida em que durante o tempo de confinamento as visitas dos familiares não foram permitidas. Este fator pesou principalmente durante a época natalícia. Nesse sentido o seu “acesso” ao exterior viu-se ainda mais reduzido e a comunicação com a família é um fator crucial para os formandos.</p> <p>- Foi uma semana de ajustes e de readaptação quer dos formadores quer dos formandos, porque teve de existir a retoma de conceitos dados há um mês atrás, os formandos vinham um pouco mais faladores, visto não terem tido essa possibilidade durante cerca de um mês e meio e porque parte deles não estiveram sequer juntos por não estarem na mesma ala. Foi notório que a concentração e o cumprimento das regras de sala de aula, durante os primeiros dias não estavam tão presentes. Contudo, a atuação da mediadora foi fundamental, pelo que em pouco tempo se voltou à regularidade.</p>
17/01 a 21/01/2022	16h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Período da manhã dedicado essencialmente ao SIGO</li> <li>• Resolução de algumas situações pontuais que foram acontecendo (justificação de faltas...)</li> <li>• Nota: Período da tarde dedicado ao Projeto Beyond the Limits, online</li> </ul>	<p>- A principal aprendizagem da semana foi o cuidado da mediadora na antecipação de possíveis conflitos entre os formandos, na sua imediata intervenção e a sua dedicação nos atendimentos com os formandos. A título de exemplo, quando um formando não procura durante uns dias a mediadora, esta faz questão em chamá-los para saber como estão. Além disso, a mediadora todos os dias procura saber, junto dos formadores o desempenho e comportamento de cada formando.</p>

23/01 a 28/02	0h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Viagem à Turquia dedicada ao Projeto Beyond the Limits</li> </ul>	Ainda que o Projeto Beyond the Limits não estivesse relacionado com o estágio foi essencial para desenvolver competências nomeadamente a da criatividade.
31/01 a 04/02	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Semana integralmente online, devido à realização de quarentena voluntária por precaução</li> <li>Reuniões e chamadas telefónicas diárias com a mediadora para distribuição de trabalho, bem como manter-me ao corrente do que se ia passando no EP</li> <li>Leitura de documentos para o relatório</li> </ul>	
07/02 a 11/02	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de folhas de presença para os diferentes cursos, diferentes unidades de competência e módulos</li> <li>Exploração do manual Aprender com Autonomia para preparação de sessão com o B3- Operador de Informática, com o tópico de comunicação e escuta ativa</li> <li>Realização de uma check list para o curso de Instalações Eléctricas que estará para começar para breve com os vários módulos discriminados da formação de base e respetivas horas</li> <li>Tarefas diversas ( atendimentos, ajustes nos horários, verificação dos materiais e produtos de higienização do espaço, bem como a reposição dos mesmos, entre outros...</li> </ul>	
Semana de 14/02 a 19/02	39h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pesquisa sobre escuta ativa e estilos de comunicação.</li> <li>Pesquisa de atividades em grupo para poder realizar com o B3 (Operador de Informática)</li> <li>Reflexão em conjunto com a mediadora sobre alguns tópicos a abordar durante a sessão</li> <li>Organização das folhas de presença da primeira quinzena de janeiro</li> <li>Exploração do Catálogo Nacional de Qualificações</li> <li>Consulta de alguns referenciais</li> <li>Plataforma SIGO</li> </ul>	<p>- Atendendo a diversidade que existia no grupo, procurou-se ter atividades que fossem enriquecedoras e dinâmicas, para que pudesse existir o sentimento de autonomia e de realização simultaneamente com a capacidade de entreaajuda. Neste sentido, procurou-se dinamizar a sessão pelo cumprimento de desafios todos distintos entre si e onde só conseguiriam chegar ao final se todos completassem o seu desafio.</p> <p>- A exploração do CNQ foi realmente importante, uma vez que durante o percurso académico não foi muito explorado e era algo muito teórico. Com a aplicação prática e esclarecimentos por parte da orientadora sobre as várias vertentes possíveis da formação foi possível superar essa dificuldade.</p>
21/02 a dia 25/02	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento junto da mediadora com a turma do NS, na explicação da elaboração do portefólio reflexivo de aprendizagens.</li> <li>Apoio na organização dos <i>dossiers</i> formativos dos formandos</li> <li>AA com o grupo B3 – OI: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção do plano de sessão</li> <li>- Adaptação do questionário “Não me consigo concentrar, porque...”</li> <li>- Preparação da sala e dos materiais</li> </ul> </li> </ul>	- A reflexão mais importantes remete para a diferença entre grupos, visto que os formandos do NS apresentam uma elevada coesão grupal e espírito de entre ajuda. Os materiais são amplamente partilhados, são esclarecidas dúvidas entre eles e apoiam os elementos com maiores dificuldades. Ou seja, nota-se uma diferença gradual no sentido positivo, isto, é todos os grupos apresentam alguma coesão, contudo o Nível B2 apresenta uma coesão menor, enquanto que o NS revela maior coesão e entreaajuda entre os diferentes membros. Acredito que esta diferença provenha do amadurecimento dos



		- Sessão com os formandos	grupos, porque muitas das vezes o grupo de B2 transita para o nível B3 e assim sucessivamente o que leva a um maior conhecimento e confiança com entre os formandos.
28/02 a dia 04/03	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tarefas diversas: justificação de faltas, contagem das folhas, verificação do número de horas que faltam para terminar os módulos que se encontravam à data a ser dados, plataforma SIGO, realização dos horários para os 3 cursos do decorrente mês</li> <li>Verificação e arrumação de materiais para a formação como canetas, batas, polos, entre outros, provenientes do CPJ</li> </ul>	<p>- Um dos cuidados por parte da mediadora que aparentemente seria um pormenor revela-se extremamente útil e diminui a ansiedade dos formandos. Isto é, os horários são realizados mensalmente e são afixados em cada sala para que os formandos possam não só saber os dias de formação, como também possam estimar o valor de bolsa que irão receber no mês seguinte. Ou seja, se porventura existir alguma semana em que têm menos sessões, os formandos saberão que têm de fazer uma gestão financeira em função dessa redução ou aumento de horário.</p> <p>(As variações de volume de horário podem resultar da maior ou menos disponibilidade dos formadores, das horas que restam para terminar o módulo, distribuição equilibrada das diferentes unidades de competência de forma a que não se encontrem muito espaçadas nem muito próximas no tempo, horas contratadas aos formadores, entre outras).</p>
07/03 a 11/03/2022	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização da lista de pré seleção do curso B3- Instalações Elétricas</li> <li>Finalização do preenchimento das entrevistas com os dados do cartão de cidadão</li> <li>Verificação da lista de candidatos a entrevistar</li> <li>Entrevistas com os primeiros 20 candidatos</li> <li>Tarefas diversas (limpeza do espaço, fotocópias...)</li> </ul>	
14/03 a 18/03	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plataforma SIGO</li> <li>Verificação das informações das entrevistas</li> <li>Leitura de documentos</li> <li>Tarefas como: impressão de fotocópias, facultação de materiais, assistir aos atendimentos, ajudar no preenchimento de justificação de faltas, verificação das folhas de presença, reajustes nos horários</li> <li>Pedidos de requisição de material</li> </ul>	
21/03 a 25/03	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento da sessão de PRA com o NS (verificação do ponto de situação relativamente ao período de infância, correção dos erros, sugestões, relembrar conhecimentos de word com os formandos)</li> <li>Levantamento das imagens que os formandos gostariam de colocar na história de vida, e respetiva pesquisa</li> <li>Mapas de controlo <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reuniões com as equipas pedagógicas sobre os formandos de cada curso</li> <li>- Estratégias de recuperação para casos pontuais</li> </ul> </li> <li>Recolha e ordenação das folhas de presença dos três cursos</li> <li>Acompanhamento da sessão com os</li> </ul>	<p>- Foi visível um maior conforto por parte dos formandos em expressarem os acontecimentos das suas vidas antes do período de reclusão, bem como a facilidade com que pediam ajuda. Para tal, foi fundamental o apoio dado pela orientadora para que fosse possível criar uma relação de maior proximidade com eles.</p> <p>- No que diz respeito ao B3, a atividade “O filme da minha vida” tem como objetivo a pessoa descrever-se como foi, como é e como gostariam de ser. Inicialmente, foi notório o desconforto e o desagrado dos formandos, visto que para muitos deles não existem objetivos de vida. Ainda estarão vários anos privados da sua liberdade e não conseguem projetar-se a médio longo prazo. Ainda assim, ao longo da sessão os formandos conseguiram exteriorizar como</p>

		<p>formandos de OI</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Troca de ideias sobre o tema de vida</li> <li>• Sessão de AA com o B3 (OI) - realização da ficha “o filme da minha vida”</li> </ul>	<p>gostariam de estar, principalmente no que respeita às relações familiares.</p>
28/03 a 01/04	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preenchimento dos dados dos formandos para os registos biográficos dos formandos</li> <li>• Contagem do número de faltas de cada formando nos três meses transatos para finalização dos mapas de controlo</li> <li>• Leitura das portarias nº 61 e 62</li> <li>• Término dos mapas de controlo</li> <li>• Explicação das classificações aos formandos</li> <li>• Esclarecimento de dúvidas sobre a legislação lida</li> </ul>	<p>- A principal perceção relativamente aos mapas de controlo é que estes têm um efeito positivo, pelo menos para a esmagadora maioria dos formandos, uma vez que serve de incentivo para tentarem fazer melhor e de alguma forma suscita-se uma competição saudável, porque todos querem obter boas qualificações.</p>
04/04 a 08/04	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contabilização das horas contratadas aos formadores da (formação) tecnológica e confirmação dos módulos já dados</li> <li>• <i>Webinar</i> de formação “<i>O que muda com a nova legislação</i>” pela APEFA</li> <li>• Esclarecimento de dúvidas sobre o <i>webinar</i> e resumo do mesmo</li> <li>• Breve contextualização do surgimento e evolução da EFA em Portugal</li> <li>• Sessão de AA com o B2 (OMH) e acompanhamento da sessão de PRA com o NS</li> <li>• Levantamento das restantes fotos solicitadas pelos formandos para o PRA</li> </ul>	<p>- O momento mais relevante da semana foi claramente o <i>Webinar</i> de formação, na medida em que a legislação vem alterar parte do que até aqui estaria imposto. Neste sentido, acabou por ser bastante interessante, mas um pouco confuso na medida em que foram esclarecidas muitas vertentes da formação em simultâneo como o caso dos cursos de nível B1 ou processos de RVCC o que impediu um total esclarecimento das dúvidas que provinham da legislação. Ainda assim, considero ter aprendido bastante.</p>
11/04 a 14/04	28h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento da formação tecnológica com o curso B2 (OMH)</li> <li>• Tarefas diversas: limpeza do espaço, verificação de faltas e respetiva justificação, verificação das folhas de presença e confirmação da transição de horas, acompanhamento dos atendimentos, realização das lombadas para os dossiers de PRA, digitalização e impressão de documentos para a formação tecnológica do NS</li> <li>• Visualização dos jogos educativos criados pelo B3 e para que fins poderiam ser usados</li> <li>• Diálogo com os formandos sobre a época Pascal, o seu simbolismo, bem como as emoções e sentimentos que desperta nos formandos</li> </ul>	<p>- Os formandos pareciam estar bastante entusiasmados com a criação de jogos Scratch. O fator mais interessante foi o facto de esta ser uma das ferramentas que aprenderam que consideram ser mais palpável na sua aplicação prática no futuro, nomeadamente na reaproximação com os seus filhos e quem sabe ao nível do mercado de trabalho.</p>
18/04 a 22/04	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seleção de frases sobre a perceção dos reclusos em relação à parentalidade em meio prisional</li> <li>• Leitura de artigos relacionada com a temática “Parentaliade em ambiente de reclusão/meio prisional”</li> <li>• Leitura da legislação relativa à alteração do Referencial de Competências Chave para o Nível Básico</li> <li>• Resumo das alterações em formato PowerPoint</li> </ul>	<p>- A leitura de artigos com perceções reais ajudou a desconstruir e a perceber melhor de que forma a parentalidade é vivida por estes indivíduos. Assim, foi possível dar alguns exemplos para explorar a partir daí as suas opiniões relativamente ao assunto.</p>
26/04 a 29/04	28h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visualização do filme “Tempos Modernos” e escolha de excertos relativos</li> </ul>	<p>- No que concerne ao tópico “Parentalidade em ambiente de reclusão” a determinado ponto as</p>

		<p>à industrialização, higiene no trabalho, direito à greve e importância da segurança no trabalho para sessão de AA com o B2</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa sobre as alterações climáticas e os respetivos impactos na nossa saúde para fins de AA e CE com o B2 (OMH)</li> <li>• Leitura do Guia prático para a Saúde</li> <li>• Sessão de AA com o OMH sobre resolução de conflitos (questionário de assertividade)</li> <li>• Arquivo de documentos</li> <li>• Sessão de AA com o B3 (OI) com a análise e construção de frases sobre a sua perceção enquanto pais em período de reclusão e sobre o significado da música “Como se te fosse perder”, de Anselmo Ralph e Diogo Piçarra.</li> </ul>	<p>partilhas foram tão interessantes que se construíram cerca de 18 frases com as opiniões dos formandos, o que demonstra que o assunto é difícil e sensível, mas que num ambiente seguro, estes se sentem capazes de partilhar.</p> <p>- Relativamente à música, esta revelou ser uma das estratégias que os formandos mais gostam e que melhor funciona, porque lhes desperta várias emoções em simultâneo e, porque de alguma forma a música explica o que sentem sem ser preciso eles o expressarem</p>
02/05 a 06/05	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ponto de situação com o NS em contexto de PRA (qual o período da sua vida que se encontravam a escrever, dúvidas, correção de erros ortográficos, formatação Word...)</li> <li>• Tradução das frases escritas pelos formandos de OI para Inglês</li> <li>• Debate e sugestões sobre os materiais apresentados para a atividade a realizar com os OI</li> <li>• Realização do Plano de Sessão</li> <li>• Planificação dos marcadores para oferta e do PowerPoint de apresentação</li> <li>• Verificação das folhas de presença do mês de abril</li> <li>• AA com OI com os convidados provenientes da Noruega no âmbito de um projeto europeu para melhoria da parentalidade em meio prisional, o Sr. Diretor e Sub Diretora do EPC e restantes acompanhantes</li> </ul>	<p>- A sessão correu muito bem, mas o que foi particularmente importante foi o esforço dos formandos em dizer a frase em inglês para que os convidados percebessem o que eles estavam a dizer, mesmo existindo tradutores presentes. O 2º momento foi o agrado dos formandos ao sentirem-se ouvidos numa temática tão sensível e tão importante para eles. Consideraram importante o interesse manifestado em saber como se sentiam e quais eram as suas opiniões.</p> <p>- Do ponto de vista pessoal e académico, foi muito interessante o debate que ocorreu durante o <i>coffee break</i> com os convidados. Pode discutir-se as diferenças entre o sistema prisional norueguês e o português, conhecer o trabalho desenvolvido pelos convidados enquanto voluntários nas prisões norueguesas e a sua opinião relativa ao que viram do EPC.</p>
09/05 a 13/05	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa sobre o ambiente: alterações climáticas e impactos para a nossa saúde</li> <li>• Tarefas diversas (ajustes de horários, folhas de presença, justificação de faltas, arrumação de material em armazém, arquivo, entre outros)</li> <li>• Procedimentos a adotar em caso de ocorrências, exclusão de formandos, retificação de bolsa ou outras situações.</li> <li>• Verificação de material para atividades do B3</li> <li>• Acompanhamento das atividades realizadas no âmbito do centenário de Saramago</li> </ul>	<p>- É notório a adesão por parte dos formandos, pelo menos na sua maioria, quando as atividades são mais práticas. É ainda visível perceber que existe muito mais entreadjada e os formandos ficam mais focados.</p>
16/05 a 20/05	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparação e apresentação sobre o trabalho desenvolvido no âmbito do estágio curricular na aula de OGF do Mestrado em Ciências da Educação (18/5/2022)</li> <li>• Preparação da apresentação sobre o ambiente para o B2 (OMH)</li> </ul>	
23/05 a 27/05	28h	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa e leitura de documentos para o relatório de estágio</li> <li>• Balanço das atividades desenvolvidas</li> </ul>	

		<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparação de materiais para desenvolver com o B2 (OMH) no contexto de ambiente</li> </ul>	
30/05 a 03/06	35h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sessões com os formandos de OMH (consequências das alterações climáticas a curto, médio e longo prazo; “Como reflorestar a Amazónia?”; “Como salvar as abelhas? Qual a sua importância para a nossa sobrevivência?”, mitos e verdades sobre a reciclagem; separação dos lixos; importância da cidadania; consciencialização do “eu no mundo”</li> <li>Tarefas diversas: verificação das folhas de presença do mês de maio, realização dos horários para o mês de junho e reajustes, contabilização das horas para término dos três cursos, entre outros.</li> <li>Plataforma nova do SIGO (como marcar as presenças, como inserir os sumários...)</li> </ul>	<p>- Inicialmente os formandos não estavam muito receptivos, mas quando chegamos às tarefas práticas aderiram muito bem e todos participaram</p> <p>- Ainda que com a supervisão da orientadora e do formador, foi-me permitido dar a sessão. Esta, por sua vez decorreu sem percalços e foi desafiante, na medida em que não sabia se os formandos iriam aderir às atividades propostas por estas serem sugeridas pela estagiária. Foi importante poder colocar em prática as competências desenvolvidas ao longo da licenciatura, mestrado e no âmbito do estágio.</p>
06/06 a 09/06	28h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tarefas diversas: justificação de faltas, acompanhamento dos atendimentos, limpeza dos espaços, arquivo...</li> <li>Escrita dos sumários a computador para colocar na Plataforma</li> <li>Plataforma SIGO</li> </ul>	
13/06 a 17/06	28h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatório</li> <li>Tarefas diversas: atendimentos, arquivo, arrumação e limpeza do espaço</li> </ul>	
20/06 a 24/06	0 h		Nenhuma atividade realizada em contexto de estágio por motivo de doença
27/06 a 01/07	20h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Folhas de presença e sumários</li> <li>Regularização das horas contratadas aos formadores e horas restantes a contratar para término da formação tecnológica</li> </ul>	- Pelo facto de terem existido eleições legislativas antecipadas, o que afetou naturalmente o orçamento de estado, e consequentemente também o CPJ teve de fazer alguns ajustes. Assim, foi possível assistir à gestão por parte da mediadora das horas contratadas inicialmente aos formadores e das horas necessárias a contratar para término dos cursos. Toda esta gestão tem de ser pensada, mas até àquela altura ainda não me tinha apercebido da sua importância e de como proceder concretamente.
04/07 a 08/07		<ul style="list-style-type: none"> <li>Plataforma SIGO</li> <li>Sessão com o B3 sobre o filme “Guia para um final feliz” de David O. Russell.</li> <li>Preenchimento do guião e debate sobre as opiniões dos formandos</li> </ul>	<p>- Estiveram presentes todos os formandos. Com o filme procurou-se responder à sua interpretação do filme, mas fazendo a analogia ao que se passava com as personagens e a realidade por eles vivida.</p> <p>- Durante a sessão o que foi mais mencionado pelos formandos é a importância da família, a dificuldade da realidade que estão a viver e como se habituaram a estar sozinhos. Referiram ainda a importância de trabalharem na sua reinserção.</p>
18/07	3h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuação da atividade com o B3 - visualização do filme supramencionado.</li> <li>Preenchimento do guião e debate sobre as opiniões dos formandos.</li> </ul>	<p>- Dos seis formandos, apenas quatro estiveram presentes</p> <p>- Os formandos presentes mantiveram-se na mesma linha de pensamento da sessão anterior</p>
25/07	3h	<ul style="list-style-type: none"> <li>Término da atividade com o B3</li> </ul>	- Do debate gerado considero que o mais importante foi a mensagem final identificada pelos formandos. Consideram importante conhecer diferentes perspetivas, ser-se mais empático para com o próximo, que por vezes a história que conhecemos pode não ser toda a história e que muitas das vezes é

			necessário aceitar ajuda.
25/07	3h	<ul style="list-style-type: none"><li>• Encerramento do curso B2 com um pequeno lanche partilhado, proporcionado pela mediadora</li><li>• Despedida</li></ul>	- Neste último dia gostaria de salientar a despedida, pelo percurso realizado e a forma como fui recebida, acolhida e tratada. Foi sem dúvida desafiante, mas muito enriquecedor a todos os níveis.

## Apêndice 2: Apresentação aula de OGF



CPJ - EP COIMBRA  
FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE RECLUSÃO



"Uma palavra e tudo  
está a salvo. Uma  
palavra e tudo está  
perdido"

(André Breton)

Drº Carlos Salgado - Chefe da divisão - Aprendizagem ao Longo da Vida e do Coord. do Centro Qualifica do CPJ  
Drª Olga Vaz - Mediadora cursos EFA e Técnica do Centro Qualifica  
Katharina Gonçalves - Mestranda em Ciências de Educação

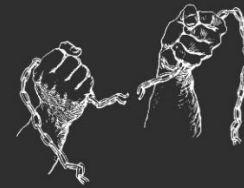
Organização e Gestão da Formação 2021/2022  
Professor Doutor Carlos Reis

19/05/2022



### Detalhes da Apresentação

1. Missão, Visão e Valores
2. Ofertas de educação e formação externas ao Centro Qualifica
3. Formação de Base e Formação Tecnológica
4. Plataforma SIGO e Passaporte Qualifica
5. Atividades desenvolvidas no EPC no âmbito do estágio



1



### CPJ



Foi **criado em 1988** através de um protocolo celebrado entre o **Ministério do Emprego e da Segurança Social** (através do Instituto do Emprego e Formação Profissional), e o **Ministério da Justiça** (através da Direção-Geral dos Serviços Prisionais e da Direção-Geral de Reinserção Social).



Tem como atribuições a "**Promoção de atividades de formação para valorização da população jovem ou adulta para promover a sua integração na sociedade.**"(CPJ, 2022)



As ações de formação profissional (**EFA e FMC**) desenvolvem-se nos **centros educativos e estabelecimentos prisionais**, afetos à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

2



## Missão

"Colocar a qualificação ao serviço da (re)inserção social, através da aquisição de competências, para uma melhor preparação para a vida ativa"  
(CPJ, 2022)



3



## Visão

"Ser líder na valorização e qualificação dos cidadãos inseridos no sistema de justiça, contribuindo para a sua reinserção social" (CPJ, 2022)

4



## Valores

Excelência

Capacitação

Confiança

Bom servir



5

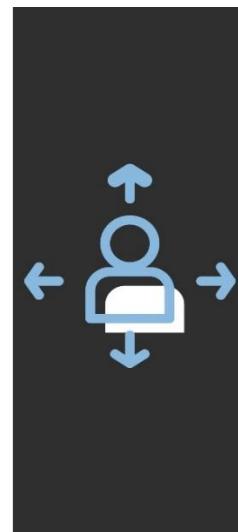


## Ofertas de Educação e Formação Externas ao Centro Qualifica



### OFERTAS EDUCATIVAS E FORMATIVAS EXTERNAS AO CENTRO QUALIFICA

1. **Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)**
  - o Maiores de 18 anos
  - o Certificação escolar (B1, B2, B3, NS)
  - o Dupla certificação (escolar e profissional)
  - o Certificação profissional
2. **Formações Modulares (UFCD)**
  - o Maiores de 18 anos
  - o Certificado de qualificações
3. **Cursos de especialização tecnológica (CET)**
  - o Para quem tenha ensino secundário ou 12º ano incompleto
  - o Certificação profissional de nível 5
4. **Vias conclusão ensino secundário (Dec. Lei 357/2007)**
  - o Menos de 6 disciplinas por concluir no ensino secundário
  - o Duas vias: exames-escolar; UFCD
5. **Acesso ao ensino superior**
  - o Regime geral
  - o Maiores de 23



## Formação Tecnológica

Formação Tecnológica				
Código <sup>1</sup>	Nº	UFCD obrigatórias	Horas	Pontos de crédito
7846	1	Informática - noções básicas	50	4,50
0749	2	Arquitetura de computadores	50	4,50
0822	3	Gestão e organização da informação	25	2,25
0751	4	Sistemas operativos	50	4,50
0752	5	Sistemas operativos multitarefa	50	4,50
0753	6	Sistemas operativos utilitários complementares	25	2,25
0754	7	Processador de texto	50	4,50
0755	8	Processador de texto - funcionalidades avançadas	25	2,25
0778	9	Folha de cálculo	50	4,50
0757	10	Folha de cálculo - funcionalidades avançadas	25	2,25





0757	10	Folha de cálculo - funcionalidades avançadas	25	2,25
0779	11	Utilitário de apresentação gráfica	25	2,25
0759	12	Sistemas de gestão de bases de dados (SGBD)	50	4,50
0760	13	Automatização de operações em SGBD	50	4,50
0761	14	Aplicações de gestão administrativa suportadas em SGBD	50	4,50
0762	15	Redes de computadores	50	4,50
0763	16	Hardware e tipologias de rede	50	4,50
0764	17	Instalação e configuração de redes locais	50	4,50
0765	18	Administração de redes	50	4,50
0766	19	Internet - evolução	25	2,25
0767	20	Internet - navegação	25	2,25
0768	21	Criação de sites WEB	50	4,50

\*Os códigos que se encontram a vermelho, significa que as UFCD são comuns a outros referenciais



<b>Total da carga horária e de pontos de crédito:</b>			<b>875</b>	<b>78,75</b>
<b>Formação em Contexto de Trabalho</b>	<b>Horas</b>	<b>Pontos de crédito</b>		
À carga horária da formação tecnológica podem ser acrescidas 120 horas de formação prática em contexto de trabalho, à qual correspondem 10,00 pontos de crédito, sendo esta de carácter obrigatório para o adulto que não exerça atividade correspondente à saída profissional do curso frequentado ou uma atividade profissional numa área afim.				10
1 Os códigos assinalados a laranja correspondem a UFCD comuns a dois ou mais referenciais, ou seja, transferíveis entre referenciais de formação.				



## Formação de Base

RCC 2001 (ANTIGO)	RCC 2021 (ATUAL)
Linguagem e Comunicação	Cultura, Língua e Comunicação
Tecnologias da Informação e Comunicação	Competência Digital
Matemática para a vida	Matemática, Ciências e Tecnologia
Cidadania e Empregabilidade	Cidadania e Empregabilidade
Aprender com Autonomia	Competências Pessoais, Sociais e de Aprendizagem

\*RCC significa Referencial de Competências Chave



# Plataforma SIGO

- Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO)
- Gestão da formação e acesso ao Passaporte Qualifica



1




**siGo** Olga Maria de Matos Vaz [Sair](#)

**Centro:** CPJustiça - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça  
**Centro Qualifica:** 1045216 - CPJustiça - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça

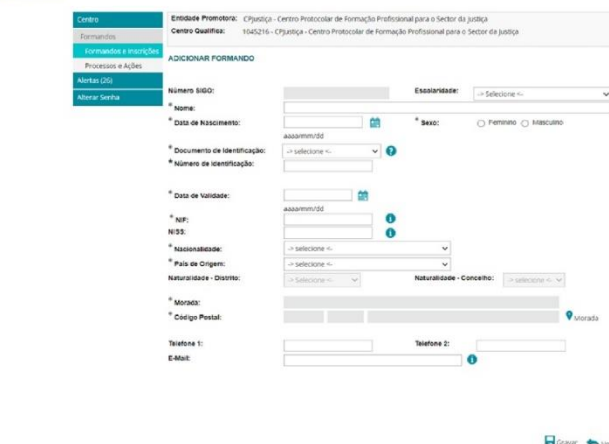
**PESQUISA DE FORMANDOS**

**AVISO**  
 A pesquisa deve ser preferencialmente por número de identificação, por número sigo quando conhecido, ou por data de nascimento, só em última instância se deve efetuar pesquisas por nome.

Nº SIGO:  Nome:   
 Nº Identificação:  NIF:  Data Nascimento:

+ Adicionar Encarregado de Educação + Adicionar Formando

Nº SIGO	NIF	Nome	Nº Ident.	Data Nasc.
Não foram encontrados registos.				

**siGo** Olga Maria de Matos Vaz [Sair](#)

**Centro:** CPJustiça - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça  
**Centro Qualifica:** 1045216 - CPJustiça - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça

**ADICIONAR FORMANDO**

Número SIGO:  **Essaoridade:**

\* Nome:

\* Data de nascimento:   **Sexo:**  Feminino  Masculino

\* Documento de identificação:

\* Número de identificação:

\* Data de validade:

\* NIF:

\* Nacionalidade:

\* País de Origem:

Naturalidade - Distrito:  Naturalidade - Concelho:

\* Morada:

\* Código Postal:

Telefone 1:  Telefone 2:

E-Mail:



**Olga Maria de Matos Vaz**  
Sair

**siGO**

**Centro** Entidade Promotora: CPJustiça - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça  
**Formandos** Centro Qualifica: 1045216 - CPJustiça - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça

**Formandos e inscrições**

**Formação**

**Alertas (0)** Número Formando SIGO: [redacted] Nome: [redacted]  
**Alterar Sessão** Data Nascimento: [redacted] Tipo Documento: Identificação Civil N° Identificação: [redacted]

**INSCRIÇÃO**

Data de inscrição: [redacted] \*Qualificação:  Escolar  Profissional  Outra Certificação

Escadência: [redacted] + Comprovativo

**Dados da inscrição** **Situação Profissional Actual**

\*Condição Permite o Trabalho: Outra

Declaração de privacidade Tipo



**Centro** Entidade Promotora: CPJustiça - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça  
**Formandos** Centro Qualifica: 1045216 - CPJustiça - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça

**Formandos e inscrições**

**Alertas (0)** Número Formando SIGO: [redacted] Nome: [redacted]  
**Alterar Sessão** Data Nascimento: [redacted] Tipo Documento: Identificação Civil N° Identificação: [redacted]

Passaporte Qualifica Código de registo no Passaporte Qualifica

Modalidades do CNOQ (1)		Outras Modalidades (2)	
Código SIGO	Nome	Data	Estado
CCQF 1045216	CPJustiça - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça	2021/09/27	Escritor
CCQF 1045216	CPJustiça - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça	2018/02/02	Escritor
CCQF 1045216	CPJustiça - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça	2017/11/16	Escritor
E 1981	Escola Básica Eugénio de Castro, Coimbra	2017/09/06	Desistente
E 1981	Escola Básica Eugénio de Castro, Coimbra	2012/12/05	Desistente

Declaração de privacidade Tipo



**FALE CONNOSCO**  
800 20 00 30

Partilha

**PASSAPORTE QUALIFICA**  
Área Privada

Já tenho credenciais.

**PASSAPORTE QUALIFICA**  
Simulador

Ainda não tenho credenciais. Como fazer?

**Serviços**  
Passaporte Qualifica

**PERGUNTAS FREQUENTES**

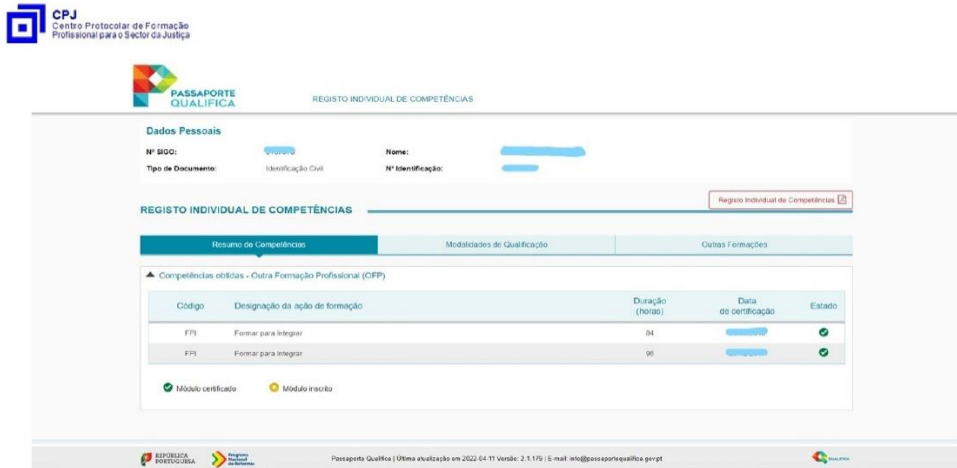
Aqui pode encontrar as respostas às perguntas mais frequentes.

**CONSULTA DE DOCUMENTOS**

Aqui pode consultar e visualizar documentos.

**MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA ADULTOS**

Aqui pode consultar as modalidades de formação.



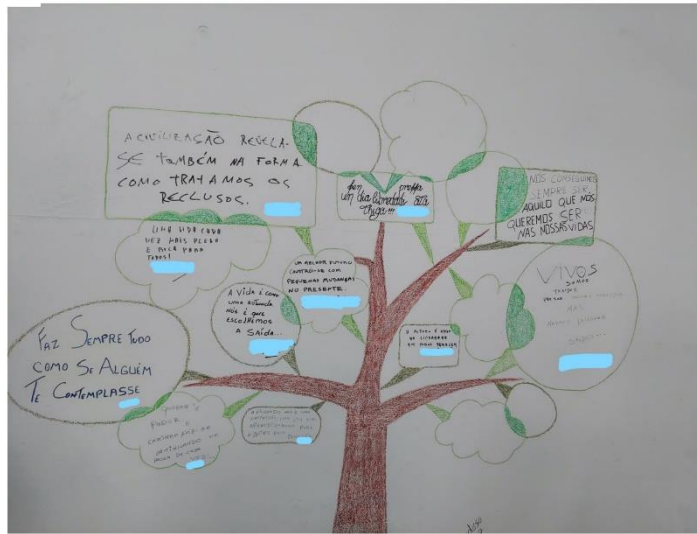
## Atividades frequentes

- Recolha das folhas de presença
- Verificação das folhas de presença (assinaturas, faltas...)
- Digitalização das folhas de presença
- Acompanhamento dos formandos em espaço oficial
- Horários e respetivos ajustes (se necessário)
- Arquivo de documentos
- Confirmação de material para apoio à formação
- Logística da limpeza das salas
- Justificação de faltas
- Contabilização das horas contratadas e lecionadas pelos formadores
- Reuniões com os formadores
- Mapas de controlo/atas



## Atividades realizadas com os formandos





EP Coimbra 06/05/2022

**COMO SE TE FOSSE PERDER**

Anselmo Ralph e Diogo Piçarra

O amanhã não é garantido pra ninguém  
 E o presente distancia num segundo  
 Vamos fazer de conta que é o último beijo  
 Vejo o tempo a passar e não aceito  
 Que não me dei a mim cada meu segundo  
 Hoje dou-te a luz que vive no meu peito  
 Se temos uma vida para aprender  
 Que no fim só quer quem já não tem  
 Eu não sei se amanhã vais estar aqui pra mim  
 Ou se eu vou estar aqui pra ti  
 Hoje dou-te tudo, tudo  
 Como se te fosse perder  
 Não sei se amanhã vais estar aqui pra mim  
 Ou se eu vou estar aqui pra ti  
 Hoje dou-te tudo, tudo  
 Como se te fosse perder  
 Hoje sei que não existe o amor perfeito  
 Mas contigo eu sinto que já tenho tudo  
 Dito para ti, vejo o primeiro beijo  
 E que eu não te posso perder  
 Sem antes te dizer  
 Que de tudo o que eu quero  
 Para poder viver  
 E não preciso de mais nada, nada  
 Por isso vou dar-te tudo, tudo, tudo  
 Se temos uma vida para aprender  
 Que só faz falta quem se quer bem  
 (2x) Eu não sei se amanhã vais estar aqui pra mim  
 Ou se eu vou estar aqui pra ti  
 Hoje dou-te tudo, tudo  
 Como se te fosse perder

\*Video available at: <https://www.youtube.com/watch?v=jurBRxh5Q>



EP Coimbra 06/05/2022

**AS IF I WAS GOING TO LOSE YOU**


Anselmo Ralph e Diogo Piçarra

Tomorrow isn't guaranteed for anyone  
 And the present disappears in a second  
 Let's pretend that it's the last kiss  
 I see time passing by and I don't accept  
 That I haven't given myself to you in every second of  
 mine  
 Today I'm giving you the light that lives in my chest  
 We just have a life to learn  
 That in the end someone only wants those who doesn't  
 have anymore  
 I don't know if you will be here for me tomorrow  
 Or if I will be here for you  
 Today I'm giving you everything, everything  
 As if I was going to lose you  
 I don't know if tomorrow you will be here for me  
 Or if I will be here for you  
 Today I'm giving you everything, everything  
 As if I was going to lose you  
 Today I know that there isn't a perfect love  
 But with you I feel that I have everything  
 I look at you, I can see the first kiss  
 That's why I can't lose you  
 without telling you I want  
 That you are everything  
 To live  
 And I don't need anything, anything, anything else  
 So I will give you everything, everything  
 I just have a life to learn  
 We only miss those ones who love you  
 (2x) I don't know if tomorrow you will be here for me  
 Or if I will be here for you  
 Today I'm giving you everything, everything  
 As if I was going to lose you


\*Video available at: <https://www.youtube.com/watch?v=jurBRxh5Q>



1. "Estar longe de casa levou a um maior distanciamento com os meus filhos, quer física quer emocionalmente, a destruição dos laços afetivos é algo inevitável."
2. "Para nós estar aqui é difícil, mas para as nossas famílias é pior. Eles têm de explicar o porquê de estarmos longe, colmatar a nossa ausência e resolver qualquer situação/problema que surja. Por vezes acresce a dificuldade de uma resolução mais imediata, nomeadamente em questões burocráticas."
3. "Para os meus filhos/sobrinhos/netos/afilhados é complicado, as crianças conseguem ser cruéis. Para além de estar preso, os meus filhos têm de conviver com o julgamento social."
4. "Sinto a falta dos meus filhos, mas prefiro que eles não me visitem ou o façam com pouca frequência. Entrar aqui pode deixar marcas profundas num adulto, quanto mais para uma criança."
5. "Prefiro que os meus filhos não me visitem. Vou falando com eles por carta. Por cada carta que leio é como uma pequena lufada de oxigénio para me manter firme até sair daqui."
6. "Aqui sinto que perdi o que tinha de mais precioso, a minha liberdade e o crescimento dos meus filhos."

 CPJ  
Centro Protocolar de Formação  
Profissional para o Sector da Justiça


7. "A prisão fez-me refletir na importância dos pequenos momentos, jantar em família, dar um passeio, brincar com os meus filhos..."
8. "Eu tento ajudar e estar presente, mas sei que aqui não é igual. Não há nada que substitua um pai presente e em algumas situações, por muito que queira sei que não posso ajudar, sinto-me impotente."
9. "A mãe dos meus filhos prefere que eles não me venham visitar, para não se preocuparem e ficarem tristes. Vou conversando com eles por telefone, carta ou videoconferência. "
10. "A relação entre os pais às vezes é mais conflituosa do que cordial, porque nem sempre concordam na educação dos filhos. Em situações limite, o pai pode ficar privado dos seus direitos parentais, nomeadamente o contacto com os filhos. "
11. "Para mim, a noite é o pior. Quando as luzes apagam sinto uma grande solidão e penso nos momentos que estou a perder com os meus filhos, o seu crescimento e conquistas. "
12. "O pior quando tenho que vir embora é ter os meus filhos a pedir para ficar, brincar com eles, para dormirem comigo... É muito duro."

 CPJ  
Centro Protocolar de Formação  
Profissional para o Sector da Justiça

“

CPJ

**A formar para integrar**



”

9

## Referências Bibliográficas

- ANQEP (2022). Referencia de Formação - Operador de Informática.  
<https://catalogo.anqep.gov.pt/1feabed8-56b6-49b4-8aaa-2777dc1fcae9>
- CPJ (2022). <https://www.cpj.pt/index-2.html>

## Apêndice 3: AA com o B3



### IMPACTO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA SAÚDE

EPC  
OMH 21-23  
CIDADANIA E EMPREGABILIDADE



## Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

- ☀️ Reforçar a capacidade dos países de adaptação aos riscos relacionados com as alterações climáticas
- ☀️ Integrar medidas de combate às alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais
- ☀️ "Aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas"



- ☀️ Planeamento e gestão eficaz das alterações climáticas, nos países menos desenvolvidos, com especial enfoque nas mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas
- ☀️ Implementar o compromisso da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de mobilizarem, em conjunto, 100 mil milhões de dólares por ano, a partir de 2020, de forma a responder às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações significativas de mitigação e implementação transparente

\*<https://www.ods.pt/objectivos/13-combater-as-alteracoes-climatericas/?portfolioCats=24>



"SÊ A MUDANÇA QUE QUERES  
VER NO MUNDO."

GHANDI





## **Alterações climáticas: consequências ambientais**



Calor extremo, secas



Inundações



Extinção de espécies



Subida do nível médio do mar



Aumento da temperatura



Incêndios florestais, que resultam em poluição do ar



## **Consequências para a saúde**

- As consequências diretas da nossa inação para a saúde humana irão agravar as desigualdades sociais, diz o relatório. Países em desenvolvimento – vão sofrer o impacto do calor extremo, das doenças e saúde mental precária.
- Três quartos da população mundial podem ficar expostos ao stress das temperaturas até 2100, segundo o IPCC.
- Os desastres naturais e as secas prolongadas associadas ao transtorno de stress pós-traumático, ansiedade e depressão.
- Risco de morte por calor para os habitantes de bairros de baixo rendimento e principalmente para os indivíduos sem habitação
- Mais de um terço de todas as mortes relacionadas com o calor podem agora estar diretamente ligadas às alterações climáticas.



## **Consequências para a saúde**

- Aumento da mortalidade causada pelas ondas de calor e inundações
- Aumento da transmissão de doenças como o dengue e a malária (calor+contaminação das águas)
- O calor produz impactes diretos e indiretos. No ano 2000 causaram 150 000 vítimas mortais em todo o mundo, em 2040, a OMS prevê que esse número possa chegar às 250 000 por ano, a nível mundial
- Prevê-se que, em 2050, as ondas de calor causem 120 000 mortes adicionais por ano na União Europeia e tenham um custo económico de 150 mil milhões de euros, se novas medidas não forem tomadas.
- Carraças e outros transmissores de doenças mais resistentes e a aparecerem em novos locais devido às altas temperaturas.
- Estações do ano alteradas e mais longas, levam a um risco maior para a saúde de quem tem alergias





## ☀ Consequências para a saúde ☀

- A poluição atmosférica pode causar problemas respiratórios e cardiovasculares e levar a mortes prematuras
- Inundações. Ex: em 2014, na Bósnia-Herzegovina, Croácia e Sérvia, causaram 60 mortos e atingiram mais de 2,5 milhões de pessoas. Os deslocados a longo prazo passaram a sofrer de stress
- Deterioração ou a contaminação do ambiente. Por exemplo, as águas das cheias podem transportar substâncias químicas poluentes
- As temperaturas mais elevadas facilitam a ocorrência de incêndios florestais, levando a perda de vidas e bens e poluição da atmosfera com partículas que desencadeiam doenças prematuras



## ☀ Consequências para a saúde ☀

- A poluição atmosférica pode causar problemas respiratórios e cardiovasculares e levar a mortes prematuras
- Inundações. Ex: em 2014, na Bósnia-Herzegovina, Croácia e Sérvia, causaram 60 mortos e atingiram mais de 2,5 milhões de pessoas. Os deslocados a longo prazo passaram a sofrer de stress
- Deterioração ou a contaminação do ambiente. Por exemplo, as águas das cheias podem transportar substâncias químicas poluentes
- As temperaturas mais elevadas facilitam a ocorrência de incêndios florestais, levando a perda de vidas e bens e poluição da atmosfera com partículas que desencadeiam doenças prematuras








## Medidas de mitigação

- 💡 Investimento nos sistemas de saúde
- 💡 Crescente acessibilidade de tecnologias amigas do ambiente.
- 💡 Igualdade de acesso à saúde e a criação de cidades mais resilientes
- 💡 Gestão de gado de forma sustentável
- 💡 Reflorestação
- 💡 Reciclagem
- 💡 Adequação do cultivo face ao atual meio ambiente que temos
- 💡 Recorrer ao "transporte ativo", como bicicletas










## Aspetos positivos

-  Fornecimento proativo de mais igualdade de acesso à saúde e a criação de cidades mais resilientes
-  Energias renováveis mais acessíveis
-  Tentativa de reflorestação da América Central
-  Crescente acessibilidade de tecnologias amigas do ambiente.
-  As emissões de gases com efeito de estufa estão no nível mais alto de sempre, mas o seu crescimento tem vindo a abrandar

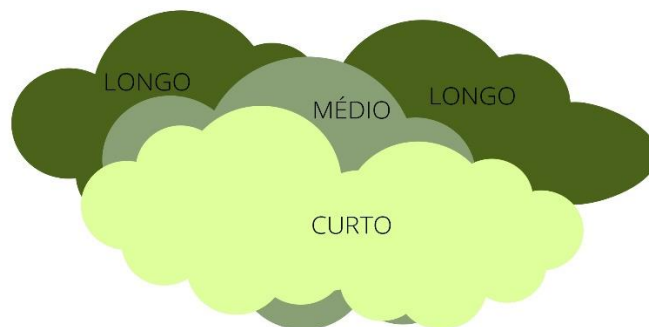


## Obstáculos às medidas de mitigação

-  Enormes custos para instalação - aumentam as desigualdades da transição energética - países em desenvolvimento (particularmente no hemisfério sul) ficam para trás
-  Energias renováveis não foram suficientes para neutralizar as emissões da atividade industrial e do crescimento populacional em todo o mundo
-  Conhecimento limitado dos riscos atuais e futuros
-  Ausência de políticas, regulamentos e normativos
-  Falta de capacidade de competências humanas
-  Inexistência de tecnologia, principalmente os países em desenvolvimento
-  Custos elevados para instalação de energias renováveis



## Consequências a ... prazo





**Como podemos salvar as abelhas?**

**Qual a sua importância para a nossa sobrevivência?**

7 em cada 10 portugueses reciclam diariamente, contudo nem sequer chegamos a integrar a lista dos 25 países europeus que mais reciclam (esta lista é liderada pela Alemanha e os seus 56% de resíduos reciclados).



Reciclar é apenas o 3º da política dos 3 R's. Antes deste há que Reduzir os recursos gerados e Reutilizar os materiais até que estes não tenham mais serventia.



Segundo a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos), apenas 10% dos resíduos em Portugal são reciclados.

## MITO OU VERDADE ?



É preciso lavar as embalagens antes de as deitar no ecoponto.

**Mito**

As embalagens, depois de recolhidas são alvo de tratamentos e lavagens para serem posteriormente transformados.

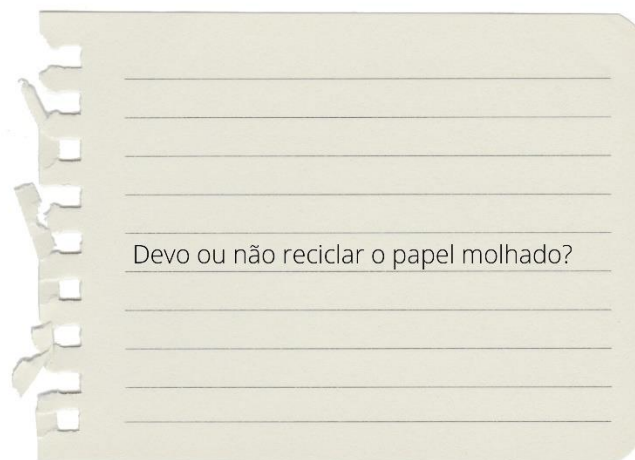
Se partir um copo, devo colocar os vidros no ecoponto verde.



## Mito

Não. Habitualmente, os copos são feitos a partir de vidro temperado. O vidro temperado já sofreu várias alterações, pelo que, reciclado pode resultar em vidro de baixa qualidade.

Além disso, o vidro e louças como porcelanas ou cerâmicas não fundem todas à mesma temperatura, provocando instabilidade no novo material.



## Mito

Por causa da sua humidade, provoca estragos em todo o processo de transformação.

Quando o papel estiver húmido deve ser colocado no lixo comum.



Os produtos só podem ser reciclados uma vez.

## Mito

Por norma, podem ser reciclados mais do que uma vez.

O papel pode ser reciclado, em média, entre cinco a sete vezes, enquanto que o plástico só pode ser reciclado entre uma a duas vezes, para que este não perca qualidades.

Posso colocar os talhares de plástico no ecoponto amarelo?



**Mito**

Não, este ecoponto destina-se apenas a EMBALAGENS.



Sacos de papel são melhores que os de plástico!



**Mito**

Os sacos de plástico demoram mais de 100 anos para se degradarem, contudo os de papel podem ser mais poluentes na sua produção e transporte.

De acordo com o *Greenpeace*, durante a produção de sacos de papel são libertadas para a atmosfera mais 70% de substâncias nocivas. Além disso, o seu impacto sobre cursos de água é 50 vezes maior.

De um modo geral, cerca de 1/4 de todo o lixo colocado nos contentores de reciclagem não pode ser reciclado.

**Verdade**





✗ Papel sujo	✓ Sacos de papel das compras	✗ Sacos de cimento
		✓ Papel de embrulho
✓ Folhetos publicitários		✗ Caixas de cartão com gordura
✓ Rolo interior do papel higiênico e do papel de cozinha		✓ Caixas de pizza
	✗ Toalhetes e fraldas	
✗ Papel de alumínio	✓ Caixas para ovos;	
	✓ Revistas e jornais	
✗ Lenços, papel de cozinha e guardanapos de pape		
Lâmpadas	Copos de vidro ou Cristal	Frascos
Garrafas		Pirex
	Ampolas de medicamentos	
	Boiões	
Espelhos	Pratos/chávenas de cerâmica	
✗ Lâmpadas	✗ Copos de vidro ou Cristal	✓ Frascos
✓ Garrafas		✗ Pirex
	✗ Ampolas de medicamentos	
	✓ Boiões	
✗ Espelhos	✗ Pratos/chávenas de cerâmica	

## Apêndice 4: Plano de sessão da escuta ativa



**Local:** Estabelecimento Prisional de Coimbra  
**Curso:** EFA B3: Operador de Informática  
**Módulo:** Aprender com Autonomia (AA)  
**Data:** 25/02/2022  
**Duração da sessão:** 3h (das 14h às 17h)  
**Público Alvo:** Curso B3 – Operador de Informática  
**Tema da sessão:** Escuta ativa; Comunicação; Colaboração  
**Pré-requisitos:** Não tem  
**Formador:** Drª Olga Vaz (mediadora) com participação da estagiária (Katharina Gonçalves)

Objetivo geral: No final da ação, os formandos devem ser capazes de colaborar entre si na resolução de problemas.

No final da ação, os formandos devem ser capazes de aplicar os princípios da escuta ativa...

Tempo previsto	Objetivos específicos	Conteúdos	Metodologia	Atividades Pedagógicas	Recursos	Balanco das atividades realizadas
(Aproximadamente) 7 minutos	- Identificar características pessoais	- Características pessoais - Escuta ativa	- Questionário	- Preenchimento do questionário da escuta ativa	- Papel - Caneta - Manual de AA	Não se aplica
10 minutos	- Transmitir corretamente a mensagem que escutaram, para outro colega. - Descrever as dificuldades sentidas	- Capacidade de escuta ativa - Prestar atenção à mensagem ouvida	- Oral/Exposição/Transmissão - Debate	- Um formando receberá uma mensagem de forma oral e escrita pela formadora. De seguida deve transmiti-la oralmente a um dos colegas e assim sucessivamente até que todos os formandos tenham rececionado a mensagem	- Mensagem a ser transmitida entre os formandos	- Através do último formando, verifica-se se a mensagem reproduzida pelo mesmo é igual ou diferente da inicial.



Sede: Rua S. Domingos de Berfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ✉ 21 7785726 | cpjustica@cpj.pt | www.cpj.pt  
 Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Moirinhos | 2065 – 016 Alcoentre | ☎ 263480 090 | ✉ 263487 079



	- Identificar pontos menos positivos e de que forma poderiam ter sido evitados			- Faz-se um balanço com o grupo do que correu bem, menos bem e de que forma poderia ter corrido melhor.		
5 min	- Escutar com atenção as instruções dadas pela formadora	- Atenção - Capacidade de concentração - Escuta ativa	- Questionário/Ficha	- Realização da ficha com o exercício de resolução em 3 minutos	- Papel - Caneta - Manual de AA	- Verificação de quantos formandos foram bem sucedidos na realização da tarefa
10-15 min	- Reproduzir as instruções dadas pela formadora sob a forma de desenho - Debater em grupo o motivo pelo qual os desenhos ficaram diferentes - Retirar ilações, em grupo, sobre as conclusões a que chegaram ao visualizarem o desenho que cada um fez.	- Perceção das instruções dadas - Reprodução em desenho das instruções	- Exposição - Debate	- Atividade de perceção: serão dadas várias instruções aos formandos e estes devem tentar reproduzi-las em desenho (dinâmica do "Monstro") - Debate sobre as diferenças entre os desenhos, visto que as instruções foram as mesmas. - Debate em grupo sobre as conclusões que se podem retirar da atividade.	- Papel - Caneta - Instruções para a atividade	- Visualização dos desenhos realizados pelos formandos.
10 minutos	- Refletir sobre as implicações que o	- Diferentes tipos de comunicação	- Expositivo	- Visualização de alguns cartoons referentes ao tema da comunicação.	- Computador	- Análise das conclusões a que o grupo chegou



Sede: Rua S. Domingos de Berfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ✉ 21 7785726 | cpjustica@cpj.pt | www.cpj.pt  
 Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Moirinhos | 2065 – 016 Alcoentre | ☎ 263480 090 | ✉ 263487 079



	tipo de comunicação que exercemos afeta a comunicação - Aplicar		- Debate	- Debate em grupo sobre os cartoon e ilações que retiram dos mesmos	- Projetor	
20-25 minutos	- Aplicar os princípios da escuta ativa	- Resolução de problemas - Colaboração	- Expositivo	- Cada formando receberá um envelope com um desafio para resolver - Após a conclusão do desafio (ao todo 6), o formando terá acesso a uma pista (cada pista corresponde a um princípio da escuta ativa). As pistas serão distribuídas pela sala. - Debate em grande grupo sobre as pistas conquistadas e qual o possível tema subjacente.	- Desafios impressos - Princípios da escuta ativa impressos	- Verificação da conclusão dos desafios - Análise do debate entre os formandos.
10 minutos	- Resolver em conjunto o desafio proposto - Debater a importância da palavra encontrada	- Colaboração de ajuda - Capacidade de	- Expositivo - Debate	- Em conjunto os formandos terão de resolver um último desafio. Serão fornecidas um conjunto de letras desordenadas para que constituam a palavra "colaboração"	- Letras de caixa de papelão	- Observação dos participantes
7-8 minutos	- Identificar possíveis causas que prejudicam/interferem com a escuta ativa	- Concentração - Escuta ativa	- Questionário	- Preenchimento do questionário "Não me consigo concentrar porque..."	- Questionário "Não me consigo concentrar porque..." - Manual de AA	Não se aplica



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | cpjustica@cpj.pt | www.cpj.pt  
Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Mourinhos | 2065 - 016 Alcoentre | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079



20-25 minutos	- Enumerar pontos fracos e fortes de trabalhar em equipa - Definir/determinar soluções para os pontos fracos encontrados previamente	- Trabalho em equipa - Constrangimentos de trabalhar em equipa	- Oral/Expositivo	- Os formandos de forma individual indicam aqueles que consideram ser os seus pontos fortes e fracos de trabalhar em equipa - Os papéis são recolhidos pela formadora - Sem identificar a pessoa, são lidos os pontos fracos de cada um - O grupo deve entre si procurar soluções que ajudem a superar o ponto fraco assinalado	- Papel - Caneta	- Observação dos participantes
5 minutos	- Refletir sobre a frase com que ficaram relacionando-as com as aprendizagens adquiridas ao longo da sessão.	- Reflexão	- Expositivo	- Para finalizar serão distribuídos pelos formandos uma caneta acompanhada de uma frase motivacional para reflexão.	- Canetas para distribuição - Frases motivacionais	Não se aplica

#### Anexos:

1. Questionário da escuta ativa/Características Pessoais
2. Mensagem para os formandos transmitirem na atividade
3. Ficha com o exercício dos 3 minutos
4. Instruções dadas aos formandos para realização da atividade
5. Desafios para conquista de pistas
6. Pistas (princípios da escuta ativa) que serão distribuídas pela sala
7. Questionário: "Não me consigo concentrar porque..."
8. Frases motivacionais que serão distribuídas pelos formandos

Pinheiro, M.R. (2012). Elementos da Matriz de Planificação de uma Ação Educativa Orientada por Objetivos/Momentos de Ação

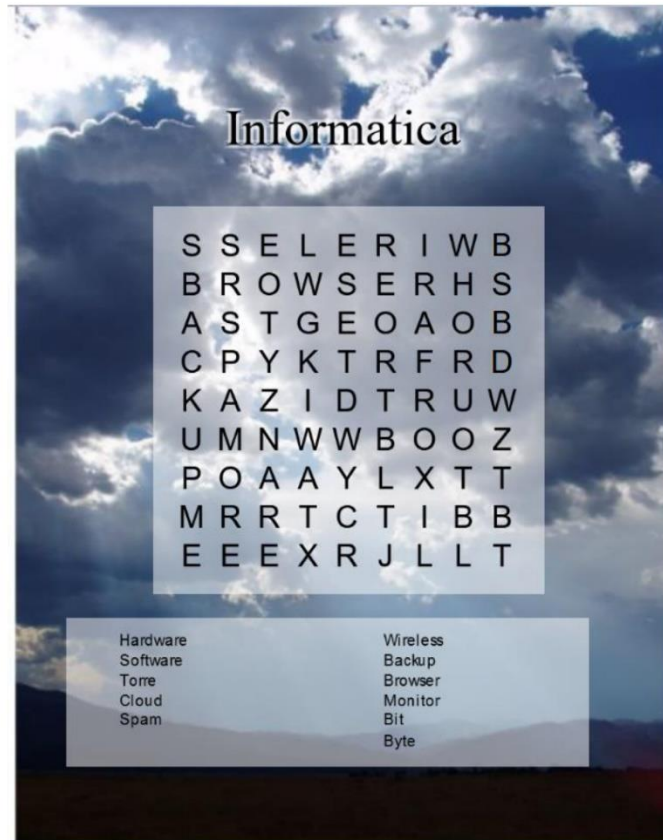


Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | cpjustica@cpj.pt | www.cpj.pt  
Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Mourinhos | 2065 - 016 Alcoentre | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079

## Apêndice 5: Desafios e competências da escuta ativa



1º Desafio:



\*Recurso criado em: [https://www.puzzle-maker.com/crossword\\_Design.cgi](https://www.puzzle-maker.com/crossword_Design.cgi)



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, n.º 16 | 1500-559 Lisboa ☎ 21 7711750 ☎ 21 7785726 cpjustica@cpj.pt www.cpj.pt  
 Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Moinhos | 2065 - 016 Alcoentre ☎ 263480 090 ☎ 263487 079



## 2º Desafio:

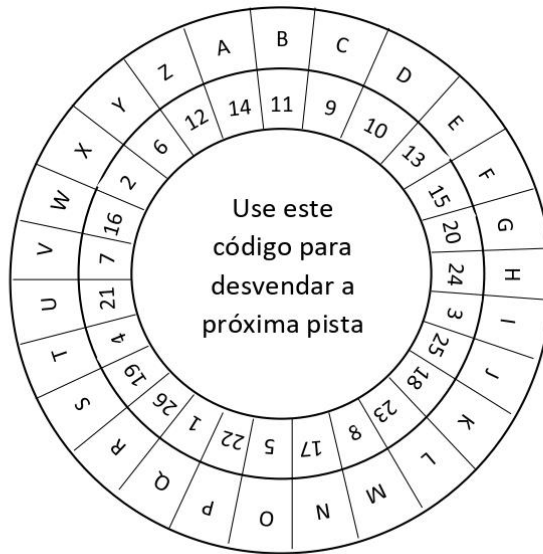
Já todos sabemos que a informática é fundamental na nossa vida, por isso “a informática básica ensina os conceitos fundamentais dos computadores, noções importantes que facilitam a vida e a organização do trabalho. Hoje em dia, o conhecimento de informática básica é um requisito comum para muitas vagas de emprego.”

\*Texto retirado em: <https://www.significados.com.br/informatica/>





3º desafio:



22-26-5-9-21-26-13 22-13-26-4-5 10-14-19 13-2-22-13-9-4-14-4-3-7-14-19



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | ✉ cpjustica@cpj.pt/www.cpj.pt  
 Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Moinhos | 2065 – 016 Alcoentre | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079



4º desafio:

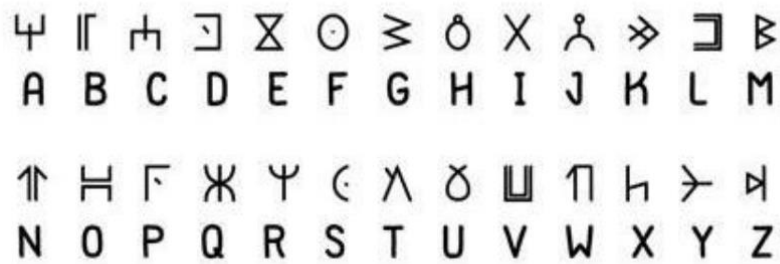
Desenha as horas no esquema ao lado, como se encontra no exemplo








5º desafio:



\*Imagem retirada de: <https://www.pinterest.pt/pin/487022147212602217/>

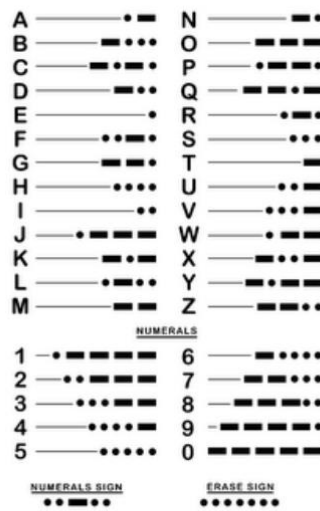
4 1 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13  
2 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22



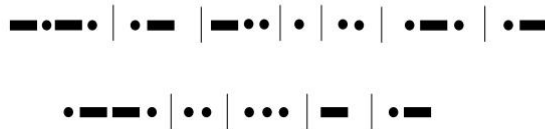
Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | ✉ cpjustica@cpj.pt | www.cpj.pt  
Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Moinhos | 2065 – 016 Alcoentre | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079



6º desafio:



\*Imagem retirada de: <https://br.pinterest.com/pin/211176669999280186/>



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | ✉ cpjustica@cpj.pt/www.cpj.pt  
 Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Moinhos | 2065 – 016 Alcoentre | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079



Sede: Rua S. Domingos de Benfca, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | cpjustica@cpj.pt | www.cpj.pt  
Núcleo de Formação de Alentejo: Vale de Monhos | 2065 – 016 Alentejo | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079



Sede: Rua S. Domingos de Benfca, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | cpjustica@cpj.pt | www.cpj.pt  
Núcleo de Formação de Alentejo: Vale de Monhos | 2065 – 016 Alentejo | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079

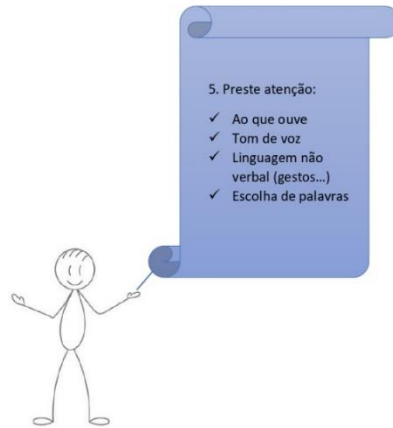
### 3. Não interromper



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | 📠 21 7785728 | cpj@cpj.pt | www.cpj.pt  
Núcleo de Formação de Alentejo: Vale de Mourão | 2085 – 016 Alentejo | ☎ 263480 090 | 📠 263487 079

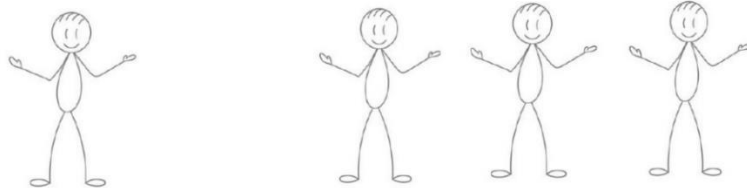


Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | 📠 21 7785728 | cpj@cpj.pt | www.cpj.pt  
Núcleo de Formação de Alentejo: Vale de Mourão | 2085 – 016 Alentejo | ☎ 263480 090 | 📠 263487 079



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | cpjustica@cpj.pt | www.cpj.pt  
Núcleo de Formação de Alentejo: Vale de Montinhos | 2065 - 016 Alentejo | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079

6. Procure ser empático, colocar-se no lugar da outra pessoa



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | cpjustica@cpj.pt | www.cpj.pt  
Núcleo de Formação de Alentejo: Vale de Montinhos | 2065 - 016 Alentejo | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079

## Apêndice 6: Plano de sessão sobre parentalidade em contexto de reclusão



### Plano de sessão

Módulo/UFCD:		Formador: Olga Vaz, Albano Coromoto e Ana Silva		Data: 06/05/2022		
Competências:		Materiais e Equipamentos		Atividades/Exercícios/Trabalhos		
Objetivos		Métodos e técnicas pedagógicas		Duração (minutos)		
Impacto das aprendizagens		Materiais e Equipamentos		Duração (minutos)		
Promover exercícios de socialização e ajustamento das expectativas de cada formando face ao quotidiano dos laços afetivos no período de reclusão e pós reclusão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Socialização</li> <li>- Laços afetivos /afetividade</li> <li>- Direitos parentais</li> <li>- Expectativas pessoais/familiares, sociais e de âmbito comunitário</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visualização do vídeo e música "Como se te fosse perder", de Anselmo Ralph e Diogo Piçarra</li> <li>- Reflexão e debate em grande grupo sobre a mesma</li> </ul>	20 min	
Orientar os formandos num processo de autoanálise para elevação da autoestima e autoconfiança.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reintegração na sociedade</li> <li>- Sentimento de pertença</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Computador</li> <li>- Powerpoint</li> <li>- Imagens</li> <li>- Música</li> <li>- Colunas</li> <li>- Frases</li> <li>- Documento com a letra da música, bem como a sua tradução</li> <li>- marcadores para oferecer aos convidados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expositivo</li> <li>- Demonstrativo</li> <li>- Interrogativo</li> <li>- Debate</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escolha de uma frase de forma aleatória, escritas previamente pelos formandos. As frases dizem respeito às perceções dos formandos sobre a parentalidade em meio de reclusão e pós reclusão.</li> </ul>	20 min	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sugestões/ chuva de ideias que surgem com o debate para colmatar as necessidades/ aspirações sentidas pelos formandos no período de reclusão e pós reclusão</li> </ul>
Promover as relações interpessoais durante o período de reclusão e pós reclusão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Auto estima</li> <li>- Autoconfiança</li> <li>- Segurança</li> <li>- relações interpessoais</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os formandos associam uma das imagens ilustrativas, previamente escolhidas que represente a frase escolhida.</li> <li>- Debate entre os formandos sobre as diferentes frases e imagens.</li> </ul>	20 min	

Elaborado por (Formador/a)

Validado por (Gestor de Projeto/Coordenador/a da ação)

Validado por: Perito/a Técnico/a



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-558 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ✉ 21.7785726 (cpjustica@cpj.pt) | www.cpj.pt  
 Núcleo de Formação de Alentejo - Vale de Moinhos | 2065 - 016 Alentejo | ☎ 263480 090 | ✉ 263487 07

## Apêndice 7: Letra da música “Como se te fosse perder”



EP Coimbra 06/05/2022

### COMO SE TE FOSSE PERDER

**Anselmo Ralph e Diogo Piçarra**

O amanhã não é garantido pra ninguém  
 E o presente desvanece num segundo  
 Vamos fazer de conta que é o último beijo  
 Vejo o tempo a passar e não aceito  
 Que não me dei a ti em cada meu segundo  
 Hoje dou-te a luz que vive no meu peito  
 Só temos uma vida para aprender  
 Que no fim só quer quem já não tem  
 Eu não sei se amanhã vais estar aqui pra mim  
 Ou se eu vou estar aqui pra ti  
 Hoje dou-te tudo, tudo  
 Como se te fosse perder  
 Não sei se amanhã vais estar aqui pra mim  
 Ou se eu vou estar aqui pra ti  
 Hoje dou-te tudo, tudo  
 Como se te fosse perder  
 Hoje sei que não existe o amor perfeito  
 Mas contigo eu sinto que já tenho tudo  
 Olho para ti, vejo o primeiro beijo  
 É que eu não te posso perder  
 Sem antes te dizer  
 Que és tudo o que eu quero  
 Para poder viver  
 E não preciso de mais nada, nada, nada  
 Por isso vou dar-te tudo, tudo, tudo  
 Só temos uma vida para aprender  
 Que só faz falta quem te quer bem  
 (2x) Eu não sei se amanhã vais estar aqui pra mim  
 Ou se eu vou estar aqui pra ti  
 Hoje dou-te tudo, tudo  
 Como se te fosse perder



\*Video available at: <https://www.youtube.com/watch?v=jjurBRxhk5Q>





EP Coimbra 06/05/2022

## AS IF I WAS GOING TO LOSE YOU

Anselmo Ralph e Diogo Piçarra



Tomorrow isn't guaranteed for anyone  
 And the present disappears in a second  
 Let's pretend that it is the last kiss  
 I see time passing by and I don't accept  
 That I haven't given myself to you in every second of  
 mine  
 Today I'm giving you the light that lives in my chest  
 We just have a life to learn  
 That in the end someone only wants those who doesn't  
 have anymore  
 I don't know if you will be here for me tomorrow  
 Or if I will be here for you  
 Today I'm giving you everything, everything  
 As if I was going to lose you  
 I don't know if tomorrow you will be here for me  
 Or if I will be here for you  
 Today I'm giving you everything, everything  
 As if I was going to lose you  
 Today I know that there isn't a perfect love  
 But with you I feel that I have everything  
 I look at you, I can see the first kiss  
 That's why I can't lose you  
 without telling you  
 That you are everything I want  
 To live  
 And I don't need anything, anything, anything else  
 So I will give you everything, everything  
 I just have a life to learn  
 We only miss those ones who love you  
 (2x) I don't know if tomorrow you will be here for me  
 Or if I will be here for you  
 Today I'm giving you everything, everything  
 As if I was going to lose you

\*Video available at: <https://www.youtube.com/watch?v=jjurBRxhk5Q> z





## Apêndice 8: Frases sobre a parentalidade



### Frases dos formandos relativamente à parentalidade em contexto prisional:

1. Estar longe de casa levou a um maior distanciamento com os meus filhos, quer física quer emocionalmente, a destruição dos laços afetivos é algo inevitável.

**Tradução:** Being away from home has led to a deep gap between my children and me, both physically and emotionally, and the loss of affective bonds becomes inevitable.

2. Para nós estar aqui é difícil, mas para as nossas famílias é pior. Eles têm de explicar o porquê de estarmos longe, colmatar a nossa ausência e resolver qualquer situação/problema que surja. Por vezes acresce a dificuldade de uma resolução mais imediata, nomeadamente em questões burocráticas.

**Tradução:** It is hard to be here, but it is worse for our families. They have to explain why we are far from home. They also have to fill our absence, face and deal with unexpected troubles that can arise. It is sometimes difficult to find out an immediate resolution, such as in bureaucratic matters.

3. Para os meus filhos/sobrinhos/netos/afilhados é complicado, as crianças conseguem ser cruéis. Para além de estar preso, os meus filhos têm de conviver com o julgamento social.

**Tradução:** It's too hard to our children /nephews/ grandchildren/ godchildren, because other children can be very cruel. My children also have to live with social judgment, besides the suffering caused by the fact we are in jail.

4. Sinto a falta dos meus filhos, mas prefiro que eles não me visitem ou o façam com pouca frequência. Entrar aqui pode deixar marcas profundas num adulto, quanto mais para uma criança.

**Tradução:** I miss my children, but I prefer that they don't often come and even never visit me. If visiting a prison can hurt an adult, it will be harder for a kid.

5. Prefiro que os meus filhos não me visitem. Vou falando com eles por carta. Por cada carta que leio é como uma pequena lufada de oxigénio para me manter firme até sair daqui.

**Tradução:** I rather prefer that my kids don't visit me here. I usually write and send them letters. Each letter I receive and read, brings me a bubble of oxygen to be stronger until I leave this place.

6. Aqui sinto que perdi o que tinha de mais precioso, a minha liberdade e o crescimento dos meus filhos.



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | [cpjustica@cpi.pt](mailto:cpjustica@cpi.pt) | [www.cpi.pt](http://www.cpi.pt)  
 Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Moirinhos | 2065 – 016 Alcoentre | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079



**Tradução:** I feel that I lost everything that matters here, my freedom and the growth of my children.

7. A prisão fez-me refletir na importância dos pequenos momentos, jantar em família, dar um passeio, brincar com os meus filhos...

**Tradução:** Jail makes me think of the importance of little moments, such as family dinners, going for a walk and playing with my children.

8. Eu tento ajudar e estar presente, mas sei que aqui não é igual. Não há nada que substitua um pai presente e em algumas situações, por muito que queira sei que não posso ajudar, sinto-me impotente.

**Tradução:** I try to be a present dad, but I know that it is not the same. There is nothing that can replace an everyday dad. Most of the times I can't help what makes me feel helpless.

9. A mãe dos meus filhos prefere que eles não me venham visitar, para não se preocuparem e ficarem tristes. Vou conversando com eles por telefone, carta ou videoconferência.

**Tradução:** My children's mother prefers that they don't visit me, because they get worried and feel sad. I usually talk to them on the phone, write a letter or make video conference call.

10. A relação entre os pais às vezes é mais conflituosa do que cordial, porque nem sempre concordam na educação dos filhos. Em situações limite, o pai pode ficar privado dos seus direitos parentais, nomeadamente o contacto com os filhos.

**Tradução:** The relationship between parents is not easy, because they sometimes don't agree with their children's education. In some extreme situations the father can lose his legal rights, like meeting his children, for example.

11. Para mim, a noite é o pior. Quando as luzes apagam sinto uma grande solidão e penso nos momentos que estou a perder com os meus filhos, o seu crescimento e conquistas.

**Tradução:** At night I feel worse. When light is off, I feel so lonely! I think about the moments with my children that I'm losing, their growth and achievements.

12. O pior quando tenho que vir embora é ter os meus filhos a pedir para ficar, brincar com eles, para dormirem comigo... É muito duro.

**Tradução:** When I have to come back, the worst thing is watching my children asking me to stay, to play and sleep with them... It's too difficult.



## Apêndice 9: Síntese da atividade



### Síntese da atividade sobre “Parentalidade em período de reclusão e pós reclusão”:

No âmbito do Aprender com Autonomia, no dia seis de maio realizou-se uma atividade intitulada “Parentalidade em período de reclusão e pós reclusão”, que teve como principal objetivo aferir a perceção dos reclusos sobre os laços afetivos que mantêm ou não com os seus filhos e de que forma o ambiente prisional ou as visitas realizadas neste contexto afetam a sua relação.

Aquando da chegada dos convidados, os formandos distribuíram a letra de uma música que iria ser abordada durante a sessão em português e inglês e um marcador de um livro, totalmente elaborado pelos formandos previamente à sessão. Cada marcador continha frases escritas sobre a perceção dos formandos relativamente à parentalidade em período de reclusão e pós reclusão. Para assegurar o sucesso da sessão, a convite da Mediadora, Dr<sup>a</sup> Olga Vaz, a formadora da área de competência chave de inglês, Professora Ana Silva, esteve presente para ajudar a traduzir o que seria dito durante a sessão aos convidados.

Num primeiro momento, os formandos e demais presentes ouviram e visualizaram o videoclipe da música “Como se te fosse perder”, da autoria de Diogo Piçarra e Anselmo Ralph. Após o seu término, cada formando partilhou com o grupo a palavra que para si melhor representava o seu sentimento ao ver e ouvir a música supramencionada. As palavras referidas variaram entre tristeza, dor, culpa, saudade e amor.

De seguida, cada formando deveria retirar à sorte uma frase de um saco. O saco continha frases previamente escritas pelos formandos sobre a questão da parentalidade em período de reclusão e pós reclusão. De ressaltar que a escolha do saco foi de particular importância, na medida em que continha a frase "Uma palavra e tudo está a salvo. Uma palavra e tudo está perdido", de André Breton. Assim, cada formando retirou uma frase e partilhou-a com o grupo, dizendo qual o significado que a mesma tinha para si e o que, na sua opinião, representava. Ao refletir sobre a frase, os formandos escolhiam uma das imagens previamente selecionadas pela mediadora, que no seu entender ilustrasse a sua



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, nº 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | ✉ [cpjustica@cpj.pt](mailto:cpjustica@cpj.pt) | [www.cpj.pt](http://www.cpj.pt)  
Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Moinhos | 2065 – 016 Alcoentre | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079



interpretação da frase em causa. Terminado o comentário, os colegas acrescentavam a sua (dis/con)cordância e o que considerassem pertinente acrescentar. Entre as diferentes intervenções, a principal mensagem revelou ser a mesma. Todos os formandos manifestaram um profundo sentimento de tristeza e culpa por se encontrarem em período de reclusão e pelas consequências que tal acontecimento acarreta para as suas famílias, especialmente para os seus filhos. Todos concordaram que quanto menor for a idade, mais difícil se torna, uma vez que perdem grande parte do crescimento dos seus filhos. Revelaram ainda que após a sua reclusão passaram a dar importância a pequenas atividades em família, como a refeição em família ou um passeio ao fim de semana. Segundo os formandos, o sentimento de impotência está sempre presente. Se por um lado, os filhos podem ser confrontados e marginalizados pelo facto de o progenitor se encontrar detido, por outro na eventualidade de surgir algum problema/urgência não poderem fazer nada ou muito pouco. Foi ainda comum a todos os formandos que a realidade da prisão é dura e não é ambiente para uma criança frequentar, podendo deixar-lhe marcas profundas. Por esse motivo, alguns formandos dizem preferir que os filhos os visitem com menor regularidade, enquanto que outros relatam que a prisão é um ambiente demasiadamente duro para se privarem da alegria de ver os seus filhos e família com frequência. Contudo, todos consideraram importante e necessário existir um espaço apropriado para receber os seus filhos, reforçar os laços parentais e preparar o pós reclusão.

Em suma, terminado o debate gerado entre os formandos, os convidados agradeceram pela receção e partilha de ordem tão pessoal, enquanto que os formandos por seu turno, consideraram ser uma experiência “libertadora”, essencial e necessária. Não obstante, ficaram enternecidos pelo interesse dos convidados na realidade por eles vivida. Os resultados da atividade foram, no nosso entender muito positivos. Para terminar, foi partilhado um *Coffe Break* com os formandos e convidados.



Sede: Rua S. Domingos de Benfica, n.º 16 | 1500-559 Lisboa | ☎ 21 7711750 | ☎ 21 7785726 | ✉ [icpijustica@cpi.pt](mailto:icpijustica@cpi.pt) | [www.cpi.pt](http://www.cpi.pt)  
Núcleo de Formação de Alcoentre: Vale de Moinhos | 2065 – 016 Alcoentre | ☎ 263480 090 | ☎ 263487 079